FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

JOSIANE APARECIDA MOZER

GESTÃO PÚBLICA EM LIVRO E LEITURA:

Revisitando o projeto *Uma Biblioteca em cada Município*

São Paulo
2006

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

JOSIANE APARECIDA MOZER

GESTÃO PÚBLICA EM LIVRO E LEITURA:
revisitando o projeto *Uma Biblioteca em cada Município*

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Campo de Conhecimento:
Transformações do Estado e Políticas Públicas

Orientador: Profa. Dra. Maria Rita Loureiro Durand

São Paulo
2006

Mozer, Josiane Aparecida.
Gestão Pública em Livro e Leitura: revisitando o projeto Uma Biblioteca em cada Município / Josiane Aparecida Mozer. - 2006.
179 f.

Orientador(a): Maria Rita Loureiro Durand.
Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Bibliotecas públicas – São Paulo (Estado). 2. São Paulo (Estado) – Política cultural. 3. Brasil – Política cultural. I. Durand, Maria Rita Loureiro. II. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 027.4(816.1)

JOSIANE APARECIDA MOZER

GESTÃO PÚBLICA EM LIVRO E LEITURA:
revisitando o projeto *Uma Biblioteca em cada Município*

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Campo de Conhecimento: Transformações do Estado e Políticas Públicas.

Data de aprovação: _____/_____/_____

Banca Examinadora:

_____

Profa. Dra. Maria Rita Loureiro Durand (Orientadora)
FGV/EAESP

_____

Profa. Dra. Regina Silvia Pacheco
FGV/EAESP.

_____

Profa. Dra. Maria Christina Barbosa de Almeida
Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo
2006

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Trabalhos como este não são feitos no singular. Muitas são as pessoas a nos ajudar, de diferentes formas e em diferentes momentos, e sem as quais tudo ficaria mais difícil.

Agradeço aos meus pais, pelo apoio e carinho, sempre!

Ao professor José Carlos Garcia Durand, pela confiança.

À professora Maria Rita Loureiro Durand, por me acolher em situação tão adversa.

Aos amigos do Itaú Cultural, especialmente à Selma, pelo apoio nunca negado, pela compreensão e incentivo.

Aos amigos Edson, Luís e Marcos, sempre tão presentes, fornecendo palavras de incentivo e as mais variadas formas de ajuda.

Às amigas Lis, Angélica e Helena, por entenderem minhas ausências.

À Andréia, pela compreensão e companheirismo em todas as horas.

Aos amigos Hivy e Jefferson, pela inestimável presença. Agradeço especialmente às conversas, ao incentivo, ao apoio nos momentos mais difíceis dessa jornada. Sem vocês eu não teria conseguido!

Agradeço aos professores da EAESP/FGV, aos colegas de curso e aos funcionários da biblioteca, sempre tão dispostos a nos ajudar.

Eu não espero pelo dia em que todos os homens concordem
Apenas sei de diversas harmonias bonitas possíveis sem juízo final.
Alguma coisa está fora da ordem
Fora da nova ordem mundial.

Caetano Veloso

RESUMO

O projeto *Uma Biblioteca em cada Município*, concebido e implementado pelo Ministério da Cultural, gestão Francisco Weffort, governo FHC (1995-2002), objetivou ampliar o acesso ao livro através da abertura e revitalização de bibliotecas públicas por todo o Brasil, mediante convênio com municípios.

Reconstruindo as suas origens, o processo de implementação e os debates suscitados, o texto analisa o projeto considerando as especificidades do campo cultural no Brasil e as dificuldades, comumente encontradas pela administração pública, na elaboração e implementação de políticas para o campo cultural.

Escolheu-se, para a realização da análise, apenas os municípios do Estado de São Paulo.

Palavras-chaves: Uma Biblioteca em cada Município – São Paulo; Análise de Políticas Públicas – Brasil; Gestão Cultural; Biblioteca Pública; Biblioteca Pública – Brasil.

ABSTRACT

The project *Uma Biblioteca em cada Município*, conceived and implemented by the Culture Ministry, administration Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso's government (1995-2002), aimed to enlarge the access to the book through the opening and revitalization of public libraries all over Brazil, by means of convention with counties. Rebuilding its origins, the implementation process and the raised debates, the text analyzes the project considering the specificities of the cultural field in Brazil and the difficulties, commonly found by the public administration, in the elaboration and implementation of policies to the cultural field.

It was chosen, to the accomplishment of the analysis, only the counties from São Paulo State.

Keywords: Uma Biblioteca em cada Município - São Paulo; Analysis of Public Policies - Brazil; Cultural Administration: Public Library; Public Library - Brazil".

Lista de abreviaturas e siglas

CBL – Câmara Brasileira do Livro

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

FAAP – Fundação Armando Álvares Penteado

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FEBAB – Federação Brasileira de Associações de Bibliotecas

FNAC – Fédération Nationale d'Achats des Cadres

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Operações relativas a Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes e de Comunicação

IFLA – International Federation of Library Association and Institutions

MinC – Ministério da Cultura

MSTC – Movimento dos Sem Teto do Centro

OESP – O Estado de São Paulo

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro SA

PNE – Plano Nacional de Educação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA – Plano Plurianual

PT – Partido dos trabalhadores

PSF – Programa Saúde Família

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SELA – Sistema Econômico Latino-Americano

SLL – Secretaria do Livro e Leitura

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TIPs – Tarefas Individuais Programadas

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas).

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO 14

1.1 - Política Pública e Cultura 15

1.2 - Avaliação e Análise de Políticas Públicas 17

1.3 – O Objeto de Pesquisa: justificativa e metodologia 18

2 - LIVRO, LITERATURA, LEITURA E BIBLIOTECA PÚBLICA 22

2.1 - Produção de Livros 22

2.3 – Literatura e Leitura como Direito Público 29

3 - BIBLIOTECA PÚBLICA: NOVAS DEMANDAS SOCIAIS E VELHOS DILEMAS 36

4 – BIBLIOTECA PÚBLICA NO BRASIL 44

4.1 – Instituto Nacional do Livro – INL 47

4.2 – Outras iniciativas: o Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, 1935 e o Sistema Estadual de Bibliotecas de São Paulo, 1983 60

5 – UMA BIBLIOTECA EM CADA MUNICÍPIO 65

5.1 – Concepção do projeto, críticas e debates 65

5.2 – A Biblioteca Pública e o Município 81

5.2.1 – Recebendo o projeto 82

5.2.2 – O Investimento e a Estrutura de Funcionamento da Biblioteca Pública Municipal 90

5.2.3 – A Biblioteca Pública Municipal e os Usuários 110

6 – AÇÕES GOVERNAMENTAIS PÓS 2002 E AÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS 118

6.1 – Fome de Livro 118

6.2 – São Paulo: um Estado de Leitores 122

6.3 – Algumas Experiências de Ongs e Comunidades na Ação por Bibliotecas Públicas 124

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS **133**

REFERÊNCIAS **137**

ANEXOS **147**

1 - Introdução

Formular política pública para o campo cultural não é tarefa simples. No mínimo, a tarefa exigirá do seu formulador que conheça, com certa profundidade, as especificidades do campo cultural, as relações que este campo estabelece com os demais campos sociais e os interesses dos agentes sociais que se movimentam pelo campo[1].

Alguns autores têm relatado, e a realidade, especialmente a brasileira, tem demonstrado, entretanto, ser comum o desconhecimento das especificidades do campo cultural ao se formular políticas públicas para a área.

Segundo José Joaquín Brunner, cultura pode ser definida em sua dimensão antropológica (tudo o que é elaborado e produzido pelo ser humano, simbólica e materialmente; constitui-se no cotidiano do indivíduo/comunidade) e em sua dimensão sociológica (produção elaborada, destinada a construir sentidos e a atingir um determinado público; depende de canais de expressão e de condições de desenvolvimento e aperfeiçoamento do talento de indivíduos). (BRUNNER, 1993, *apud* BOTELHO, 2001). Tratarei, aqui, apenas da dimensão sociológica de cultura.

Assim, a partir de um olhar sociológico da cultura, analisa-se, para além de sua dimensão simbólica, a cultura no seu sistema amplo de produção, envolvendo, além da manifestação artística por si só, os seus produtos, o seu público consumidor, as condições de seu desenvolvimento e os canais distribuição e as condições de acesso, segundo o funcionamento de um mercado, como coloca Bourdieu (2001).

Considera-se estar na inadequada percepção da conjunção desses aspectos a razão mais freqüente de erros ao se formular políticas públicas para o campo: a crença de que, democratizando o acesso à cultura, o seu consumo aumentará automaticamente, em especial o consumo dos bens do circuito erudito (DURAND, 2001).

[1] Utiliza-se aqui o conceito de *campo* desenvolvido por Pierre Bourdieu. Segundo ele, dentro da sociedade há *campos sociais menores*, ou seja, *espaços sociais específicos*, cuja lógica interna, o modo como as estruturas funcionam e se impõem aos agentes deste campo contém o princípio das interações que se exprimem neste espaço. Todo campo é um lugar de luta, que funciona como um *mercado* no qual cada agente busca defender seus *interesses* e faz parte de um jogo de poder onde se produz e se negocia um capital específico. Neste sentido, o sucesso das disputas depende do capital acumulado por cada agente (ver Bourdieu 2002, especialmente capítulo 3).

1.1 - Política Pública e Cultura

Durand (2001), ao refletir sobre as dificuldades em se efetivar políticas públicas para a área cultural no Brasil, produziu um artigo que reúne vários dos problemas que devem ser observados e, oxalá!, superados pela administração pública. Por sua importância e relevância para este projeto, segue uma breve síntese das principais idéias do artigo:

a) A falta de conhecimento do setor sobre a sua própria estrutura

Não se sabe ao certo o número de secretarias de cultura existentes, o relacionamento entre os três níveis de governo é "tênue e casuístico" e muitas vezes com sobreposição de trabalhos em algumas regiões (capitais) e total abandono de outras (interior). Freqüentemente, há a opção pela escolha de gestores com prestígio na área artística ou intelectual, mas sem nenhuma experiência administrativa e com pouco ou nenhum conhecimento das especificidades do funcionamento da política e da máquina burocrática governamental. Há, também, falta de visão do administrador público para entender e estabelecer a divisão de trabalho entre governo e iniciativa privada em matéria de políticas sociais, ou seja, "distinguir aquilo que, em cada região ou localidade, está sendo suficientemente bem resolvido pela indústria cultural, ou por manifestações espontâneas da população, e aquilo que, com base em critérios defensáveis, o governo deve encorajar" (DURAND, 2001, p. 67). Outra importante falha da administração é a escassez de pesquisa sobre o setor, especialmente as que retratem demandas e expectativas da população.

b) As fontes de financiamento

O dinheiro que move o setor cultural vem de três fontes distintas: dos cofres públicos (a parcela destinada à cultura nos orçamentos públicos fica abaixo de 1%); das leis de incentivo ao mecenato e patrocínio, e do bolso dos consumidores de cultura. Em relação às leis de incentivo, Durand chama a atenção para o papel que elas têm assumido no setor, tornando-se a mais importante fonte de financiamento à cultura sem que se faça um sério questionamento "sobre os efeitos do patrocínio corporativo sobre o tipo de cultura que é oferecida, a quem e a que preço" (Durand, 2001, p. 68).

c) A crença sobre a democratização do acesso

É comum a crença de que, ao se democratizar o acesso à cultura, automaticamente surgirão os consumidores de cultura. Pierre Bourdieu, ao realizar pesquisas sistemáticas sobre freqüência a museus na França, demonstrou que a relação de causa e efeito não é direta.

Isaura Botelho, refletindo também sobre esta questão, diz que qualquer ação governamental, para ser bem sucedida na área cultural, não pode se dar de forma desassociada da educação, pois a fruição dos gostos, a receptividade para os produtos culturais tem ligação íntima com o capital cultural adquirido pelo indivíduo ao longo de sua vida, e a melhor e mais democrática forma, ainda, de construção do capital cultural é a escola: "(...) as pesquisas[2] demonstram claramente que o sistema escolar, embora não sendo o único determinante, é a ferramenta mais acessível de construção de um capital cultural, abrindo também a porta de alimentação desse capital". (BOTELHO, 2001, p. 82).

Conhecendo-se algumas dessas críticas e problemas, assim como a costumeira ausência de iniciativas de avaliação de ações, projetos e programas de governo na área cultural, propõe-se aqui uma primeira análise dos resultados de um projeto do Ministério da Cultura/MinC intitulado *Uma Biblioteca em cada Município*, tomando-se como foco de observação o Estado de São Paulo.

Importante destacar que, pelo proponente - a Secretaria do Livro e Leitura através do MinC - o referido *projeto* é tratado como sendo um *programa*. Entretanto, utilizando a conceituação sugerida por Draibe (2001) para diferenciar política, programa e projeto, estou considerando *Uma Biblioteca em cada Município* um *projeto* para a ampliação da rede de bibliotecas públicas, inserido no programa do Ministério da Cultura em prol da ampliação do público leitor de livros no país.

> O senso comum e algumas velhas lições de administração, teoria de organização ou técnicas de planejamento distinguem, em graus decrescentes de abrangência, políticas, programas e projetos. Tomemos um exemplo da política pública governamental brasileira. Se nos referimos à *política educacional* como conceito mais abrangente da intervenção na educação, o *programa* da merenda escolar constitui uma entre as tantas ações em que se desdobra aquela política, enquanto o *projeto de descentralização* do programa da merenda escolar constituiria uma unidade ainda menor de ação, entre as que integram o programa da merenda. (DRAIBE, 2001, p. 17).

[2] Refere-se às pesquisas realizadas na França, ao longo das décadas de 70 e 80, sobre os hábitos culturais dos franceses como forma de orientar políticas públicas para o setor.

1.2 - Avaliação e Análise de Políticas Públicas

A avaliação de políticas públicas tornou-se, na lógica da Nova Administração Pública, instrumento entendido como de fundamental importância na medida em que pode significar a oportunidade de reflexão crítica da ação política e a constatação da realidade dos resultados alcançados, isto é, um instrumento importante para alcançar a transparência e a responsabilidade de governos (BARREIRA e CARVALHO, 2001; CAIDEN e CAIDEN, 2001). Através dela, se busca o conhecimento das condições, meios, resultados e impactos da intervenção política e a verificação da eficácia, eficiência, efetividade e *accountability* das ações (DRAIBE, 2001).

Entretanto, a avaliação não é a produção de um conhecimento desinteressado e frio. Avaliação é atribuição de valor, é poder auferir se determinadas ações são boas ou ruins, se atingem os objetivos propostos, e se se realizaram da melhor maneira sob determinadas condições. É também a possibilidade de conhecer a relação existente entre o processo decisório de gestores e os resultados alcançados.

Considerando que políticas públicas são o resultado das preferências, opções e interesses de determinados grupos ou pessoas, o exercício de avaliação deve levar em conta, portanto, o processo pelo qual passa a implementação de programas, ou seja, as estratégias escolhidas, os conflitos presentes na sua elaboração e/ou execução, os atores (institucionais ou individuais) envolvidos, a construção de rede de apoio e parcerias, a construção de coalizão de sustentação e estrutura da implementação (relação entre formulação e implementação).

Para Draibe (2001), a avaliação torna-se mais completa e mais eficaz quando consegue realizar, concomitantemente, os trabalhos de verificação de resultados, verificação de impactos e verificação das características do processo de implementação.

Neste mesmo sentido, Arretche (2001) chama a atenção para a necessidade de se entender que a implementação traz modificações para as políticas públicas, ou seja, ao ser executado, um programa pode transformar-se segundo as referências dos implementadores[3]. Isto porque, segundo sua análise, implementadores não participam da formulação, assim como formuladores não participam da execução, criando-se portanto um vazio entre a idealização e a aplicação do programa. E se a atenção sobre formuladores é importante na avaliação de

[3] Arretche, M, 2001. "Para o avaliador, é igualmente fundamental, contudo, ter em mente que a implementação modifica o desenho original das políticas, pois esta ocorre em um ambiente caracterizado por contínua mutação. Mais que isto, devem levar em conta que os implementadores é que fazem a política, e a fazem segundo suas próprias referências. Nessas circunstâncias, cabe investigar a autonomia decisória dos implementadores, suas condições de trabalho e suas disposições em relação à política sob avaliação." p. 54.

programas, da mesma forma é importante a atenção sobre os executores, pois suas ações e preferências têm influência decisiva sobre os rumos efetivos do programa.

Ainda segundo Arretche, outras modalidades de avaliação podem ser utilizadas: *avaliação política* e *análise de políticas públicas*. Cada uma dessas modalidades de avaliação supõe abordagens diferenciadas e, por conseqüência, conclusões de natureza diversa. (ARRETCHE, 1998).

Dada a natureza deste estudo e os constrangimentos que comumente acompanham pesquisas de dissertação de Mestrado, optou-se pela abordagem da *análise de políticas públicas* segundo a definição da autora:

> Por análise de políticas públicas, entende-se o exame da engenharia institucional e dos traços constitutivos dos programas. Qualquer política pública pode ser formulada e implementada de diversos modos. Digamos, as possibilidades de desenho institucional de uma política nacional de saúde, por exemplo, são as mais diversas do ponto de vista das formas de relação entre o setor público e o setor privado, das formas de financiamento, das modalidades de prestação de serviços e etc. A análise de políticas públicas busca constituir estas diversas características, de forma a apreende-las em um todo coerente e compreensível. Ou, melhor dizendo, para dar sentido e entendimento ao caráter errático da ação pública. (ARRETCHE, 1998, p. 30).

1.3 – O Objeto de Pesquisa: justificativa e metodologia

O MinC no governo Fernando Henrique Cardoso se beneficia, em nível administrativo, de dois fatores importantes: estabilidade econômica do país com o Plano Real e a permanência do mesmo ministro ao longo dos oito anos de governo. Inserido nesta conjuntura, o Ministério pôde reestruturar-se após o desmonte sofrido na gestão Collor, aumentar sua verba, retomar e vitalizar projetos iniciados em épocas anteriores, implementar novos projetos e aprimorar as leis de incentivo à cultura.

Segundo Francisco Weffort, Ministro da Cultura de 1995 a 2002, sua gestão se orientou no sentido de difusão e ampliação de acesso à cultura produzida, por entender ser a difusão

cultural, assim como a inclusão de todos na fruição da cultura, elemento essencial para o fortalecimento democrático do país (WEFFORT, 1998).

Sob esta orientação, a democratização do acesso ao livro e a promoção do hábito da leitura passaram a ser vistas como áreas onde se fazia necessária a intervenção do MinC.

Segundo pesquisa da Câmara Brasileira do Livro/CBL, em 2001, a população brasileira lê em média 1,8 livros por ano[4]. Os estrangulamentos da cadeia do livro desde sua produção até chegar às mãos dos possíveis leitores são: custo de produção elevado, devido às baixas tiragens; carência de pontos de venda e insuficiência da rede de bibliotecas públicas.

Desde logo, a questão do acesso ao livro tem duas dimensões: a material, ou de acesso físico ao objeto livro, diz respeito à distribuição, pontos de venda, existência de bibliotecas públicas. A dimensão simbólica, ou capacidade de desfrute do texto, diz respeito ao nível educacional da população e à valorização social da leitura. [reavaliar se fica o "entre outros" que constava aqui] Para que o hábito da leitura se propague pelo país, entende-se necessário melhorar cada uma dessas etapas e desenvolver programas de incentivo à leitura.

Buscando minimizar as deficiências no acesso ao livro e na promoção da leitura, a gestão Weffort criou programas voltados para o livro, leitura e bibliotecas e ampliou programas anteriores à sua gestão, como o *Proler* e o *Paixão de Ler*[5]. O projeto *Uma Biblioteca em cada Município*, destinado à ampliação da rede de bibliotecas públicas no Brasil, insere-se neste quadro de iniciativas.

O objetivo do projeto foi ampliar o acesso ao livro através do incentivo à abertura e à revitalização de bibliotecas públicas por todo o país, entendendo ser o equipamento "biblioteca pública" um importante meio para democratização do acesso ao livro e possível dinamizador da vida cultural dos municípios brasileiros, especialmente os pequenos municípios.

Em documento[6] fornecido pela atual gestão do MinC, no período entre 1996 e 2002 foram implementadas e modernizadas 1573 bibliotecas públicas, assim distribuídas geograficamente pelo país:

[4] CÂMARA Brasileira de Livros. Retratos da leitura no Brasil, 2001.

[5] O Programa Nacional de Incentivo à Leitura – Proler – foi instituído em 13 de maio de 1992 através do decreto presidencial n. 519 e está vinculado à Fundação Biblioteca Nacional. Seus objetivos: promover o interesse nacional pela leitura, estruturar uma rede de programas para consolidar práticas de leitura, criar condições de acesso ao livro. Paixão de Ler, campanha baseada na experiência francesa *La Fureur de Lire*, foi iniciada pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro em 1992. Em 1997, foi incorporada pelo MinC.

[6] Trata-se de uma listagem relacionando todos os municípios atendidos e o número de bibliotecas que foram abertas e/ou modernizadas.

Acre: 8	Alagoas: 22	Amazônia: 6	Amapá: 5
Bahia: 95	Ceará: 117	Distrito Federal: 36	Espírito Santo: 39
Goiás: 86	Maranhão: 46	Minas Gerais: 155	Mato Grosso do Sul: 26
Mato Grosso: 34	Pará: 41	Paraíba: 22	Pernambuco: 60
Piauí: 25	Paraná: 109	Rio de Janeiro: 64	Rio Grande do Norte: 33
Rondônia: 54	Roraima: 3	Rio Grande do Sul: 98	Santa Catarina: 75
Sergipe: 29	São Paulo: 247	Tocantins: 38	

Segundo depoimentos de William Nacked e De Fiore[7], colhidos na fase piloto da pesquisa de campo (julho 2005), não teria havido, até então, pesquisas consistentes e sistemáticas capazes de apontar quais municípios, dentre os contemplados no projeto, ainda manteriam bibliotecas abertas e sob quais condições. Informações dispersas indicavam situações de mau uso dos recursos doados às bibliotecas ou mesmo o seu fechamento.

Diante da inexistência de avaliações ou análises do projeto, nasceu a proposta dessa pesquisa.

Trata-se de projeto de âmbito nacional. Meu enfoque, entretanto, limitou-se por razões de tempo e dinheiro, ao Estado de São Paulo, onde 105 municípios foram beneficiados[8].

Parti da coleta de dados sobre a elaboração do projeto, examinei algumas críticas de setores sociais nele implicados e, por fim, conheci a experiência *in loco*, em alguns municípios.

Utilizei na coleta de dados uma abordagem em três fases: num primeiro momento, estabeleci contato telefônico com cada um dos 105 municípios, procurando falar com o funcionário/bibliotecário responsável, ou, quando não possível, com o órgão da administração pública responsável pela biblioteca, geralmente a Secretaria de Educação ou a Secretaria de Cultura; num segundo momento, enviei um questionário[9] para todos os municípios, com questões que versavam sobre estrutura, funcionamento, administração e políticas públicas para a biblioteca, deixando o espaço principal para o projeto *Uma Biblioteca em cada Município*; por último, e tendo por base as informações coletadas pelos procedimentos anteriores, e as

[7] Willian Nacked é presidente da Instituição Brasil Leitor e Ottaviano De Fiore o então Secretário do Livro e Leitura na gestão Weffort e responsável pelo projeto *Uma Biblioteca em cada Município*.
[8] A lista completa dos municípios atendidos no Estado pode ser consultada no Anexo.
[9] Ver modelo de questionário no Anexo.

restrições de tempo para concluir a dissertação, a seleção de **três** municípios para visitação e observação *in loco*. Utilizei, nesta fase, entrevistas semi-estruturadas e em profundidade, procurando agentes sociais em posição-chave, ou seja, em posição de relevância para compreensão do objeto de estudo.

Dos 105 municípios que receberam o questionário, 55 responderam.

As cidades escolhidas para visitação foram Barra do Chapéu, na região do Vale do Ribeira; Saltinho, região de Piracicaba e Santo Antônio da Alegria, região de Ribeirão Preto. Os critérios de escolha se basearam em (1) ter o município confirmado ter sido beneficiado pelo projeto para abertura da biblioteca municipal; (2) ser o município de pequeno porte, com características de desenvolvimento semelhantes, como número de habitantes e níveis de escolarização; (3) estar em regiões distintas do Estado.

Com estes critérios, excluímos da visitação cidades em que o convênio com o MinC serviu apenas para revitalizar biblioteca preexistente. Isso de dava, geralmente, em cidades maiores e mais estruturadas, tanto do ponto de vista da administração como do ponto de vista econômico. Achamos ser mais produtivo observar casos em que o convênio foi a razão da implantação da primeira biblioteca local. Isso se deu geralmente em municípios menores e mais pobres. Afinal, o Brasil é formado de pequenos municípios em sua grande maioria, o que faz ser possível extrapolar o observado nesses pequenos municípios do Estado de São Paulo para o resto do país e, segundo, porque ficaria mais fácil perceber o alcance social da biblioteca, e, portanto, a eficiência do projeto do MinC.

2 - Livro, Literatura, Leitura e Biblioteca Pública

O livro é um objeto cultural que chega de forma desigual às diferentes classes sociais brasileiras. Torná-lo acessível e divulgar o hábito da leitura têm-se demonstrado tarefa complexa num país de dimensões continentais marcado por grandes diferenças sociais, cujo sistema educacional público é profundamente deficiente.

Este capítulo apresenta uma inicial reflexão sobre as especificidades do mercado editorial na era da comunicação de massa, partindo de uma abordagem mais geral para, em seguida, destacar as especificidades desse setor no Brasil e os problemas aqui presentes para tornar o livro um bem acessível a todos. Apresenta, também, uma inicial reflexão sobre o direito público à literatura e à leitura no Brasil.

2.1 - Produção de Livros

O livro é um objeto cultural ameaçado de extinção? A pergunta se coloca na medida em que novas tecnologias de comunicação, cada vez mais sofisticadas, são apontadas como responsáveis por uma possível perda de prestígio do livro como veículo de informação e entretenimento. Cinema, televisão e internet são, sucessivamente, apontados como os principais inimigos para a permanência do livro entre nós. Claro está que o advento dessas tecnologias provocou modificações na forma da relação livro-leitura-pessoas, mas até agora não há indícios concretos de que a existência do livro esteja realmente ameaçada.

Barker e Escarpit (1975), refletindo sobre essa questão na década de 70, afirmam que meios de comunicação audiovisuais interferiram na produção editorial, mas não a ponto de causar sérios abalos. Segundo nos informam, a produção mundial de livros em 1971 era cerca de 500 mil títulos/ano.

> Entre 1950 e 1970, a produção mundial de títulos duplicou e a de exemplares triplicou. No mesmo período, levando-se em conta os adultos que se alfabetizaram e as crianças que freqüentaram escolas, a população mundial de leitores elevou-se a mais do dobro.
>
> Esses dados mostram que o consumo individual de material de leitura aumentou. Por isso podemos dizer, com certo grau de confiança, que o livro está mantendo sua posição mesmo em uma era de comunicação de massa.
>
> (...)

> De um modo geral, o desenvolvimento do rádio e, especialmente, da televisão aumenta o desejo de ler e gera uma demanda de livros diretamente proporcional ao tamanho da rede audiovisual. (BARKER e ESCARPIT, 1975, p. 1; 4-5).

Para Zaid (2004), mesmo com tanta tecnologia de informação, e até por causa dela, a produção de livros aumentou significativamente desde a invenção da imprensa e, no início do século XXI, atingiu-se a produção de um milhão de títulos por ano com tiragens de milhares de cópias.

> Quinhentos títulos foram publicados em 1550, 2300 em 1650, 11 mil em 1750, e 50 mil em 1850. Em 1550 a bibliografia acumulada era em torno de 35 mil títulos; em 1650 era de 150 mil; em 1750 alcançou 700 mil; em 1850 foi de 3,3 milhões; em 1950 era de 16 milhões, e no ano 2000 atingiu 52 milhões. No primeiro século da imprensa (1450-1550), foram publicados 35 mil títulos; no último meio século (1950-2000), houve mil vezes mais, chegando a 36 milhões. (ZAID, 2004, p. 21).

Segundo este autor, a produção atual de livros é tamanha que aumenta consideravelmente a impossibilidade, para qualquer ser humano, de tomar conhecimento do todo publicado. Publica-se um livro a cada 30 segundos, e seriam necessários 30 milhões de dólares e 24 km de prateleiras para comprar e armazenar os livros disponíveis. (ZAID, 2004, p. 22).

A crescente produção mundial tem relação íntima com a facilidade de se publicar um livro. Comparado a outras produções culturais, como o cinema e programas de televisão, o livro é muito mais barato na sua produção e pode sobreviver a pequenas tiragens, ou seja, é viável em pequena escala, o que garante a diversidade de títulos publicados. Tiragens muito altas de títulos é fato raro, reservado apenas ao fenômeno de *best- sellers*[10]. A maioria da produção editorial se dá com uma grande diversidade de títulos em pequenas tiragens. É uma realidade mundial, e quanto mais culta e educada for uma determinada sociedade, mais variada será sua produção editorial. Para o produto livro, ao contrário de produções cinematográficas

[10] Um exemplo atual de altas tiragens é o livro *Código Da Vinci*, de Dan Brown, que segundo tem noticiado a imprensa nacional, atingiu a marca de mais de 40 milhões de exemplares vendidos em todo o mundo. Ver Folha Online Ilustrada. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u59979.shtml. Acesso em: 11maio 2006.

ou televisivas, a diversidade e a produção em pequena escala traz benefícios ao setor. (ZAID, 2004, p. 25-27).

A produção de livros no Brasil, de acordo com as pesquisas da Câmara Brasileira do Livro, CBL, e o Sindicato Nacional dos Editores do Livro, SNEL, entre 1990 a 2004, foi de 575.232 títulos e 4.574.179.096 exemplares. Destes, 4.517.180.901 exemplares foram efetivamente vendidos. (CBL. Disponível em: http://www.cbl.org.br/pages.php?recid=58. Acesso em: 11 maio 2006)[11]. De 1990 a 1997, a produção apresenta comportamento ascendente seguido de um declínio contínuo a partir de então, segundo pesquisa de Earp e Kornis (2005).

Zaid (2004) acredita que a crescente produção do livro, em termos mundiais, diz respeito não só à facilidade e barateamento de sua produção, mas, e principalmente, por ser o livro o objeto de consumo de informação mais prático e agradável que existe. E relaciona uma série de vantagens oferecidas por ele: livro pode ser folheado, manuseado de trás para frente e vice-versa, sendo fácil nele encontrar as informações desejadas, pois nenhum livro precisa de manual de instruções para ser manuseado. O livro é lido na velocidade do leitor, é legível ao olho humano. O livro é portátil e pode ser carregado para qualquer lugar, lido sob quaisquer situações nos horários mais variados e plenamente encaixados na rotina do leitor, que pode ser o tempo utilizado para um deslocamento, uma viagem, uma espera. Nenhum aparelho de mídia disponível no mercado pode superar as facilidades oferecidas pelo livro: a internet precisa de um aparelho que conecte o internauta, seja um computador ou um celular; CDs ou DVDs igualmente precisam de um aparelho de decodificação apropriado que exige, entre outras coisas, um local adequado para a sua instalação[12]. (ZAID, 2004, p. 61).

Para Chartier (1999), numa reflexão semelhante, a grande revolução no registro da palavra escrita não foi a invenção da imprensa, mas a mudança do formato de rolo (formato usado para os manuscritos por civilizações antigas por séculos, em que era preciso desdobrar o texto na horizontal para realizar a leitura) para o códex, desenvolvido por romanos aproximadamente no século III d.C., que é este formato de encadernação de folhas dobradas que conhecemos até hoje e que nenhuma invenção tecnológica foi capaz de superar. Apesar de todas as vantagens do texto eletrônico, a palavra impressa no papel e a publicação formato códex ainda são, segundo Chartier, os meios preferidos para a realização do ato da leitura.

[11] No site não é indicado, mas entendemos estar incluída a produção e venda de livros didáticos.
[12] O autor apresenta, aqui, apenas as vantagens relacionadas ao formato físico do livro, mas entende que os benefícios oferecidos pelo livro são muitos, em especial os propiciados pela leitura de entretenimento e de informação.

2.2 - Acesso ao Livro

Se, segundo vimos, a produção do livro não é ameaçada pela presença da mídia eletrônica e o seu formato físico atende plenamente às necessidades de seus leitores, a pergunta feita inicialmente sobre a extinção do livro cede lugar a uma outra pergunta, muito mais pertinente à dinâmica do mercado editorial: como promover, de forma eficiente, o acesso do leitor interessado ao livro produzido?

O acesso do indivíduo ao livro pode se dar de duas maneiras: através da compra ou através do empréstimo em suas várias formas, isto é, empréstimo de amigos, empréstimo de bibliotecas. O recurso de impressão de livros ou textos disponibilizados *on line*, através da internet, é também uma forma de acesso à produção escrita, mas que, ao meu ver, não escapa da condição da compra, pois várias são as necessidades tecnológicas a serem satisfeitas na obtenção do texto ou livro pelo requerente: possuir o computador, a impressora e um provedor de acesso, ou ir a um lugar que disponibiliza todos os equipamentos e pagar pela impressão. Ambos os casos se dão em relação a obras que não tenham os entraves dos direitos autorais. Ou, o que já está muito em uso, a compra do livro em formato eletrônico com a permissão para baixá-lo e imprimi-lo, de acordo com os direitos autorais.

Para a indústria editorial, cujo interesse primeiro é a garantia de venda de seu produto, o grande desafio é fazer com que haja o encontro do livro com o leitor que o deseja. Uma logística de distribuição eficiente capaz de fazer com que o livro que interessa ao leitor chegue às suas mãos é imprescindível, mas não suficiente. (ZAID, 2004).

Para Zaid (2004), uma distribuição eficiente, com milhares de pontos de venda adequadamente distribuídos por todo o território de uma dada sociedade, como acontece via de regra com sociedades do chamado primeiro mundo, não resolve o problema dos desencontros entre livro-leitor, principalmente devido à imensidão de títulos à disposição. A solução, segundo este autor, está na reformulação do perfil das livrarias, ou seja, que abandonem o objetivo da reunião universal de títulos e adotem a especialização de seu acervo. Criando uma identidade facilmente percebida pelo consumidor, torna-se mais fácil promover o encontro do leitor com o livro que lhe interessa, pois ele, consumidor, saberá onde procurá-lo.

> Um livro corretamente posicionado torna mais atraente toda uma coleção, e quando o todo assume um perfil coerente o livro é encontrado com maior facilidade por seus possíveis leitores. Da mesma forma, os artigos em uma

> revista reforçam uns aos outros e tornam a revista atrativa, como uma constelação interessante, avivando a troca de um grupo de autores e leitores. (ZAID, 2004, p. 86).

Na questão distribuição e pontos de venda de livros no Brasil, o problema é mais complexo. Existem cerca de 3 mil editoras, 15 mil gráficas e 1500 livrarias no país[13], das quais cerca de 350 pertencem a 15 redes e a grande maioria está localizada nas regiões sul e sudeste do país. O setor de distribuição opera com poucas firmas de porte médio. (EARP e KORNIS, 2005). O que significa não haver um sistema eficiente para a distribuição de livros no país.

O problema é antigo, entretanto. O setor editorial brasileiro enfrenta problemas com a distribuição e com a insuficiência de pontos de venda desde meados do século XX. É comum lembrar-se, nessa questão, das inovações e soluções criativas realizadas pelo editor Monteiro Lobato, considerado figura importante para a formação do mercado editorial brasileiro. (Hallewell, 1986; PASSIANI, 2002; LINDOSO, 2004).

A escassez atual de livrarias tem relação com o sistema de compras de livros do governo, segundo alguns autores. Livrarias cresceram, no Brasil, com a expansão do sistema de ensino, estruturadas para atender à demanda por livros didáticos. Com a crescente presença do setor governamental na aquisição de livros didáticos para doação a estudantes pobres, iniciada na década de 60 e ainda em ação, as livrarias foram alijadas desse processo, já que as compras se deram – e ainda se dão – diretamente nas editoras, provocando a considerável diminuição no número desses estabelecimentos. (LINDOSO, 2004; EARP e KORNIS, 2005). O surgimento de grandes redes e a possibilidade de vendas diretas ao consumidor pela internet, também são apontadas como causas atuais importantes na crise das livrarias no país.

As firmas de distribuição não estão em posição mais favorável, pois ao operarem com uma margem de lucro entre 10 e 15% do preço de capa do livro, consideram que transportar pequenos pedidos para regiões afastadas do centro produtor é oneroso e pouco atrativo comercialmente. (EARP e KORNIS, 2005).

O custo para produção de um livro, como já foi dito, é baixo quando comparado à produção de outros meios de comunicação, especialmente cinema e televisão. Entretanto, o preço de consumo do livro para o leitor pode ser relativamente caro, ou acima de sua capacidade de compra dada a sua renda mensal.

[13] Segundo Lindoso (2004), não há uma estatística confiável sobre o número exato de livrarias ou pontos de venda existentes no Brasil.

> Existe uma diferença econômica essencial entre o livro e os outros meios. Faz parte do negócio da imprensa, do rádio e da televisão ganhar uma audiência que pode ser vendida a terceiros. O conteúdo, que deve ser aceitável para esses terceiros (os anunciantes), serve como isca para atrair e determinar o tamanho e o tipo de audiência que o jornal, o rádio ou a televisão podem proporcionar.
> (...)
> No caso do livro, não existem esses terceiros: todos os custos são pagos pelo consumidor. Na transmissão de rádio e televisão comerciais, dá-se o oposto: a audiência não paga nada, salvo a compra do equipamento. Jornais e revistas são pagos em parte por terceiros e em parte pelo consumidor. (ZAID, 2004, p. 53-54).

O acesso ao livro pela compra pode ser dificultado pelo preço com o qual chega ao consumidor em economias onde a renda do trabalhador é baixa.

No caso do Brasil, o preço do livro é alto para a maioria da população, embora seu preço absoluto seja um dos mais baixos do mundo[14]. Considerado mundialmente o 7º maior mercado editorial, com vendas de 345 milhões de exemplares[15] no ano de 2002, superior a vendas do Reino Unido, Itália e Espanha, o consumo *per capita* não ultrapassa 2 livros por ano. Isso se deve ao preço relativo do livro, ou seja, seu preço de consumo em relação à renda *per capita*. Nessa relação, o livro brasileiro é muito caro, sendo seu valor equiparado aos valores relativos de livros comercializados na Alemanha e Bélgica (EARP e KORNIS, 2005).

Neste ponto, pode-se pensar no papel da biblioteca como local de acesso ao livro[16].

Na pesquisa de Barker e Escarpit (1975), o papel da biblioteca como ponto democrático de acesso ao livro é assim destacado:

> As bibliotecas são um elo importantíssimo da rede de distribuição, cujo trabalho é fundamentalmente transferir o livro do depósito do editor para as mãos do leitor. Elas não somente põem o livro ao alcance daqueles que de outra forma não poderiam lê-lo, seja por falta de dinheiro para comprá-lo ou por falta de

[14] Livros alemães e belgas são os mais caros do mundo, entre 14 a 17 dólares. Brasileiros, chineses e russos ficam entre 1 a 3 dólares. Ver EARP e KORNIS, 2005.
[15] Números que incluem livros didáticos.
[16] Para o setor editorial, a biblioteca é entendida como uma coadjuvante de peso no mercado. Para educadores, é vista como local imprescindível para a continuidade da educação. Para os profissionais da informação, é o local privilegiado para tornar acessível ao cidadão os mais variados conteúdos e formatos da informação produzida.

> uma livraria no local onde moram, mas também, principalmente no caso das bibliotecas infantis, podem estimular e desenvolver o hábito e a prática da leitura. (BARKER e ESCARPIT, 1975, p. 76).

Suas reflexões apontam o papel das bibliotecas também para o aquecimento do mercado editorial:

> Há quem diga que as bibliotecas prejudicam a venda de livros, mas não há prova disso. Um exemplar de um livro de uma biblioteca pública pode ser emprestado a 80 pessoas ou mais, mas é improvável que todas elas viessem a comprá-lo, se não pudessem levá-lo da biblioteca (...). Para o editor a compra de livros pelas bibliotecas pode ajudar materialmente na cobertura das despesas da edição de um título.
>
> (...)
>
> Nos Estados Unidos as bibliotecas são, de um modo geral, abastecidas diretamente pelos editores ou por atacadistas, mas na Europa, na Oceania e em muitas outras partes do mundo, elas são abastecidas pelas livrarias, que podem ser especializadas, ou por fornecedores que transacionam mais com bibliotecas do que com o público.
>
> (...)
>
> Como as bibliotecas, do mesmo modo que as livrarias, existem para servir ao público mas que, ao contrário dessas, são mantidas com verbas de impostos nacionais ou municipais, costuma-se dizer que elas têm o dever de ajudar as livrarias locais mediante a compra de livros. Assim, confiadas nas compras "garantidas" por parte das bibliotecas, as livrarias podem encomendar maior número de exemplares de livros para mostruário e para venda ao público. (BARKER e ESCARPIT, 1975, p.76-77).

Segundo o raciocínio apresentado por esses autores, o desenvolvimento de políticas públicas para o abastecimento de bibliotecas é duplamente necessário: para aquecer o mercado e para proporcionar o acesso democrático ao livro.

Em alguns países, o poder público investe seriamente na compra de livros para bibliotecas. Segundo pesquisas de Earp e Kornis (2005), China e EUA são os dois maiores compradores institucionais de livros, respectivamente 54% e 38% de toda a sua produção editorial, sendo, no caso da China, 8 milhões de livros e, nos EUA, 113 milhões de livros

destinados às bibliotecas. Os dados apresentados por Lindoso (2004), que se baseia em informações divulgadas pelo Bureau of Census da Association of American Publishers e da American Library Association dos Estados Unidos, os gastos do setor público norte americano, ano de 2000, com aquisições de livros para as bibliotecas públicas, escolares, acadêmicas e especiais somaram o valor de 5.737.188.000 dólares, o que representou 23% do faturamento do setor editorial para aquele ano.

A comparação com a realidade brasileira não é animadora. Embora o Brasil apareça em 3º lugar mundial como comprador institucional no mercado editorial, a produção adquirida vai para a distribuição direta aos estudantes pobres. As compras do governo para bibliotecas são muito pequenas e não acontecem de forma satisfatória: nem para aquecer o mercado, nem para tornar o livro mais acessível à população de baixa renda. (EARP e KORNIS, 2005).

2.3 – Literatura e Leitura como Direito Público

A leitura e a literatura são um direito de todo cidadão que deve ser respeitado e garantido pelos poderes públicos?

Segundo a análise de alguns autores, sim.

Antonio Candido, ao refletir sobre os direitos humanos, inclui o consumo de literatura como um importante direito humano a ser respeitado. Numa seqüência de argumentos, mostra porque considera a literatura um bem indispensável à humanidade e, portanto, um direito humano a ser respeitado incondicionalmente. Seu desrespeito, ou o seu não reconhecimento como bem de direito humano, significa a revelação da permanência da situação de desigualdade econômica (desigualdade de distribuição de bens) e toda a sorte de violências a ela associadas. (CANDIDO, 2004).

Para demonstrar ser a literatura um bem indispensável à humanidade, recorre ao conceito de bens compressíveis e incompressíveis, formulado pelo sociólogo francês Louis-Joseph Lebret, padre dominicano fundador do movimento Economia e Humanismo. Candido entende que refletir sobre os direitos humanos implica em refletir sobre o que a sociedade define como bens compressíveis (supérfluos) e bens incompressíveis (indispensáveis a todos). Se é óbvio que certos bens são incompressíveis, como alimentação, moradia e roupa, outros também são obviamente encarados como compressíveis, como cosméticos, enfeites. Mas atenta para o fato de ser a linha divisória entre estes bens muito tênue e difusa. Tudo é uma questão de ponto de vista, de modos de ver, que cada sociedade, em cada época, vai estabelecendo.

Para o autor, os bens incompressíveis vão além das necessidades como moradia, saúde, educação, liberdade individual, justiça pública. São também os direitos à crença, lazer, opinião, literatura e arte. (CANDIDO, 2004, p. 174).

> Mas a fruição da literatura e da arte estariam mesmo nessa categoria? Como noutros casos, a resposta só pode ser dada se pudermos responder a uma questão prévia, isto é, elas só poderão ser consideradas bens incompressíveis segundo uma organização justa da sociedade se corresponderem a necessidades profundas do ser humano, a necessidades que não podem deixar de ser satisfeitas sob a pena de desorganização pessoal, ou pelo menos de frustração mutiladora. A nossa questão básica, portanto, é saber se a literatura é uma necessidade deste tipo. Só então estaremos em condições de concluir a respeito. (CANDIDO, 2004, p. 174).

Para Candido, literatura são todas as criações de caráter poético, ficcional ou dramático que, segundo sua análise, sempre estiveram presentes em todos os tipos de cultura e níveis sociais, “desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações.” Considera a literatura uma manifestação universal, presente em todas as pessoas de todas as épocas. Não há povo que não entre em contato com algum tipo de fabulação. Afirma o autor, “ninguém é capaz de passar 24 horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado”. Da mesma forma que ninguém é capaz de se abster do sonho durante o sono. (CANDIDO, 2004, p. 174).

A literatura é “um fator indispensável de humanização”. E como tal, diz-nos o autor, ela tem importância equivalente a outras formas de inculcamento institucional, como a “educação familiar, grupal ou escolar”. Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais de acordo com os seus valores e crenças. E ela pode ter tanto a função de reforçar regras e valores, quanto de questionar e sublevar essas regras e esses valores. (CANDIDO, 2004, p. 175).

A literatura é uma aventura capaz de causar diversos sintomas, pois não é, nem de longe, inofensiva. Como a vida, a literatura pode nos colocar em contato com a realidade de forma não convencional ou não controlada. A literatura tem

> (...) papel formador de personalidade, mas não segundo as convenções; seria antes segundo a força indiscriminada e poderosa da própria realidade. Por isso, nas mãos do leitor o livro pode ser fator de perturbação e mesmo de risco. Daí a

> ambivalência da sociedade em face dele, suscitando por vezes condenações violentas quando ele veicula noções ou oferece sugestões que a visão convencional gostaria de proscrever. (CANDIDO, 2004, p. 176).

Humanizadora e contraditória ou contraditória porque humanizadora, a literatura apresenta, para ele, 3 faces distintas e complementares: "(1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente". (CANDIDO, 2004, p. 176).

Das três faces, a primeira é por ele considerada a mais importante, apesar de atentar para o fato de agirem de forma concomitante sobre o leitor. Entretanto, é a primeira das faces que ele considera responsável pela transformação do leitor.

"Toda obra literária é antes de mais nada uma espécie de objeto, de objeto construído; e é grande o poder humanizador desta construção enquanto construção." Ao elaborar uma estrutura, o escritor apresenta uma ordenação de idéias, um modelo de coerência e raciocínio gerados pela "força da palavra organizada". E Candido compara palavras, nesse caso, a tijolos de construção. (CANDIDO, 2004, p. 177).

A forma associa-se ao conteúdo. Quando uma obra literária "toca" o leitor, opera-se a conjunção da força da forma ao conteúdo por ela apresentado:

> (...) o conteúdo só atua por causa da forma, e a forma traz em si, virtualmente, uma capacidade de humanizar devido à coerência mental que pressupõe e que sugere. O caos originário, isto é, o material bruto a partir do qual o produtor escolheu uma forma, se torna ordem; por isso, o meu caos interior também se ordena e a mensagem pode atuar. Toda obra literária pressupõe esta superação do caos, determinada por um arranjo especial das palavras e fazendo uma proposta de sentido. (CANDIDO, 2004, p. 178).

Assim, a literatura nos humaniza na medida em que nos propicia um melhor entendimento sobre a natureza, a sociedade, o nosso semelhante. Ela dá forma aos sentimentos e à visão do mundo, nos organiza, nos liberta do caos. Negar a fruição à literatura, para Candido, assemelha-se a mutilar a nossa humanidade, além de nos impedir de entrar em contato com um "instrumento consciente de desmascaramento" (CANDIDO, 2004).

O autor, entretanto, não considera a ser suficiente que as pessoas tenham acesso a algumas poucas formas literárias, geralmente classificadas como populares e com duvidoso teor estético. A humanização de que fala está atrelada à possibilidade de todos, independentemente de condição social, terem acesso ao vários tipos de literatura produzida. Para ele, entretanto, isso só será possível se a organização social oferecer uma melhor distribuição de renda. Somente numa sociedade mais igualitária as obras literárias poderão transitar sem barreiras, enfraquecendo a divisão percebida entre popular e erudito.

> Em nossa sociedade há fruição segundo as classes na medida em que um homem do povo está praticamente privado da possibilidade de conhecer e aproveitar a leitura de Machado de Assis ou Mário de Andrade. Pare ele, ficam a literatura de massa, o folclore, a sabedoria espontânea, a canção popular, o provérbio. Estas modalidades são importantes e nobres, mas é grave considerá-las como suficientes para a grande maioria que, devido à pobreza e a ignorância, é impedida de chegar às obras eruditas.
> (...)
> Para que a literatura chamada erudita deixe de ser privilégio de pequenos grupos, é preciso que a organização da sociedade seja feita de maneira a garantir uma distribuição eqüitativa dos bens. Em princípio, só numa sociedade igualitária os produtos literários poderão circular sem barreiras, e neste domínio a situação é praticamente dramática em países como o Brasil, onde a maioria da população é analfabeta, ou quase, e vive em condições que não permitem a margem de lazer indispensável à leitura. Por isso, numa sociedade estratificada deste tipo a fruição da literatura se estratifica de maneira abrupta e alienante. (CANDIDO, 2004, p.186-187).

Sociedade com menor grau de diferença social poderá oferecer maior possibilidade de comunicação entre um nível de cultura (popular) e outro (erudito) de forma quase natural, segundo Candido, através do acúmulo de experiências e conhecimentos. Por outro lado, quanto mais desigual uma sociedade, maior a dificuldade de intercomunicação cultural, e não pela capacidade individual, mas pela falta de oportunidade.

Em sociedades extremamente desiguais, como no caso do Brasil, Candido considera que iniciativas de governos e “homens esclarecidos” podem minimizar o problema da falta de oportunidades culturais e cita, como exemplo, iniciativa por ele considerada como sendo a de

maior envergadura da administração pública brasileira no quesito cultura: a atuação de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo nos anos 30[17].

Para Bourdieu, existe um complicador a mais nessa questão. A fruição da cultura tem relação direta com o *habitus*[18] do indivíduo e com o capital cultural que acumulou. Facilitar o acesso puro e simples de todos às produções culturais reconhecidas como eruditas não significa que a fruição por todos esteja garantida. É preciso, antes, que haja uma expansão do capital cultural, uma formação da percepção e da apreciação de bens simbólicos objetivamente disponíveis numa dada formação social. (BOURDIEU, 2003).

Para Lajolo (2001), o importante na questão é que o leitor tenha a liberdade de escolher o que ler, segundo seus gostos e referenciais culturais. Para esta autora, literatura é tudo quanto estiver ao alcance do leitor e puder expressar idéias. Não concorda com afirmações sobre haver uma crise da literatura atualmente, o que há, segundo sua análise, é uma diversificação da produção literária que escapa aos conceitos tradicionais que a definem. Há literatura para todos os gostos, de todos os níveis.

> (...) pois a literatura de que falam os que resmungam continua viva, vai bem, obrigada, e até manda lembranças. Apenas não está mais sozinha em cena. Está acompanhada e muito em acompanhada! Ao lado dos romances esotéricos, da poesia de auto-ajuda, da ficção científica e do romance policial, continuam a ser lidos e apreciados os romances de antigamente, as novelas de cavalaria, os chamados clássicos, a poesia. Talvez venham dessas múltiplas faces da literatura os resmungos mal-humorados que zumbem em nossos ouvidos. (LAJOLO, 2001, p. 10).

Para a autora, o que há, atualmente, é uma intensa diversificação editorial que amplia o conceito clássico de literatura, destarte a resistência de especialistas. Não há, segundo sua análise, mais espaço para a desqualificação literária pela estética do consagrado, porque o mercado já ampliou o conceito de literatura. Tudo é literatura.

---

[17] Esta experiência será tratada mais detalhadamente no capítulo seguinte.

[18] Os condicionamentos associados a uma classe partucular de condições de existência produzem habitus, sistemas de disposição duradouros e transponíveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a visada consciente de fins e o controle expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente 'reguladas' e 'regulares', sem ser em nada o produto da obediência a regras e sendo tudo isso, coletivmente orquestradas sem ser o produto da ação orgaizadora de um maestro. (Bourdieu, Les sens pratique, p. 88-89, *apud* Bonnewitz, Patrice, 2003, p. 76-77).

> De tudo um pouco, com menos ou com mais estrelas, mas com direito assegurado a território no mapa e espaço no livro. E é esse reconhecimento que faz a diferença. Faz tempo que mulheres, homossexuais, índios, negros e imigrantes escrevem livros. Mas a identidade dessa produção era invisibilizada. Essa identidade diluía-se na idéia tradicional de que a boa literatura não tem idade, não tem cor de pele, não tem sexo. Mas quem é que acredita nisso?
> (...)
> Dos anos sessenta em diante, essa produção escrita, até então tida como marginal ou menor, ganha destaque e começa a subverter a própria noção de literatura. (LAJOLO, 2001, p. 111-112).

Apesar das diferenças ao considerarem o que é literatura, Lajolo e Candido concordam sobre ser a literatura uma manifestação criativa a que todos têm o direito de consumir. Para Lajolo, assim como para Candido, a literatura tem o poder de organizar o caos do mundo na percepção dos leitores. Entretanto, ao considerar tudo o que é escrito como literatura, a autora extrapola o suporte livro e considera literatura textos encontrados em paredes de construções da cidade, *outdoors*, anúncios de ônibus, CDs e CD-ROMs, vídeos, DVDs e internet. (LAJOLO, 2001).

Ao falar do papel da internet no mundo da palavra escrita, a autora não a considera uma concorrente do livro. Ao contrário, entende ser benéfica e democratizadora da palavra escrita, na medida em que disponibiliza textos e livros inteiros a todos os interessados. Para ela, computador, CDs, murais, postes, *outdoors* são, no fundo, suportes para a palavra escrita, exatamente como o livro, que convive com essa variedade de suportes sem perder sua posição.

Ao falar sobre as diferentes formas de leitura, Martins (1999) também considera de forma positiva a validade de suportes como o computador, a televisão, o cinema e etc. Para ela, estes equipamentos de comunicação fornecem possibilidade de contato diário com a escrita e a leitura, especialmente o computador, mas este contato se dá numa fragmentação e rapidez que o difere do exercício cuidado da leitura.

Para Campos e Souza (1999), concordando com Martins, a existência de novos suportes tecnológicos de comunicação não prejudica a criação do hábito da leitura, ao contrário, o revitaliza. Entretanto, consideram de especial importância a mediação, isto é, a introdução dos leitores iniciantes por leitores experientes ao mundo do texto escrito, o livro, por ser ele de natureza muito diversa das linguagens presentes nos meios de comunicação.

> A verdade é que filme e livro, produtos audiovisuais e textos, são linguagens diferentes. Uma não toma o lugar da outra e, além disso, se complementam. Desvendar o funcionamento de uma e outra só nos abre possibilidades de reconhecer e produzir sentidos. (CAMPOS e SOUZA, 1999, p. 145).

O objetivo das autoras é refletir sobre a relação entre adolescentes e leitura. Entendem por leitores a capacidade de indivíduos em retirar da leitura elementos significativos que possam ser incorporados a outros de forma incessante, construindo um conhecimento. Segundo sua análise, atualmente os programas educacionais têm ampliado o significado de leitura para além dos textos escritos: leitura de vídeos e imagens, por exemplo. Embora não discordem disso, consideram ser necessário – e já em tempo – desenvolver atividades de leitura do texto escrito, "trata-se de desenvolver a 'faculdade de atenção' – pausada e reflexiva – sobre o mundo, que hoje é dificultada pela velocidade e pela simultaneidade dos acontecimentos." (CAMPOS e SOUZA, 1999, p. 149).

Para elas, o papel dos livros de ficção é importantíssimo na tarefa de desenvolver a habilidade para leituras mais longas e densas, na aproximação do jovem que se quer formar leitor com o livro. Entretanto, dizem as autoras, é necessário que se saiba escolher a estratégia adequada de abordagem. A escolha equivocada poderá levar o intento ao fracasso. Em outras palavras, o trabalho de mediação entre jovem leitor desprovido do hábito da leitura e o livro requer alguns cuidados na escolha do que sugerir como leitura. "Talvez essa propalada resistência dos jovens à leitura não diga respeito a um completo jejum de leituras, mas signifique uma específica resistência a esses textos mais longos; ou que coloquem dificuldades de compreensão imediata." (CAMPOS e SOUZA, 1999, p. 151).

3 - Biblioteca Pública: novas demandas sociais e velhos dilemas

Em 1994, a *International Federation of Library Association and Institutions - IFLA* em parceria com a UNESCO, apresentou a terceira versão de seu Manifesto IFLA / UNESCO sobre Biblioteca Pública[19]. Nele, encontra-se a definição:

> A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros.
>
> Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos usuários que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes como, por exemplo, minorias lingüísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas.
>
> Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriadas assim como acervos tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação.
>
> As coleções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais. (IFLA/UNESCO, 1994).

Em linhas gerais, o manifesto enfatiza o dever ser da biblioteca pública como espaço de circulação de informação; promotora de serviços que inclua a todos, inclusive aos que se encontram impossibilitados fisicamente de freqüentá-la; disponibilização de acervo relevante aos interesses da comunidade, com coleções que atendam aos interesses de todas as faixas etárias e etnias ali presentes e com disponibilização de acesso às tecnologias modernas de comunicação e recuperação de informação.

[19] Existem vários tipos de bibliotecas com diferentes funções e objetivos: biblioteca escolar, voltada para atendimento de professores e estudantes de uma dada unidade escolar, é desejável que seu acervo possa dar suporte ao trabalho educativo; biblioteca especializada, cujo acervo procura atender determinadas áreas do conhecimento, como cinema, direito, saúde e etc.; biblioteca universitária, voltada para atendimento do corpo discente e docente de determinada faculdade, com acervo pertinente aos objetivos da área do conhecimento; biblioteca pública, voltada para atendimento da sociedade, oferecendo acervo variado e acesso livre. Aqui, tratarei apenas da biblioteca pública.

Além de conceituar biblioteca pública, o manifesto também define as funções que deve desempenhar como espaço para a formação do hábito da leitura, apoio à educação formal e autodidata, promotor do diálogo entre etnias e respeito à diversidade cultural.

Desde a sua fundação em 1927, na Escócia, a IFLA propõe-se a ser um organismo internacional destinado a defender e definir o espaço e importância da biblioteca e seus serviços ao conjunto das sociedades. Suas reflexões têm acompanhado as inovações tecnológicas na esfera da comunicação e informação e sugerido modificações na atuação desse equipamento para melhor adequar-se às novas situações cotidianas. Para tanto vem publicando normas, diretrizes e manifestos[20]. Da mesma forma a UNESCO, que já em 1949 publica seu primeiro texto definindo o conceito de biblioteca pública e as suas funções sociais[21].

O que equivale dizer que, ao longo de todo o século XX, o conceito de biblioteca pública foi se modificando. As inovações tecnológicas no campo da comunicação que incidiram sobre a redefinição do papel social da biblioteca vão desde o surgimento do rádio, passando pelo cinema e televisão, até a realidade da Internet. É profundo o grau de transformação das relações sociais com essas novas possibilidades de comunicação e rápida disseminação da informação, articulando economia, política e cultura. (CASTELLS, M., 1995).

Para Castells, (1995), a tecnologia da informação, gerida principalmente no pós-segunda guerra, possibilitou a reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 70. A agilidade na transferência de dados à longa distância a partir de computadores ligados a redes trouxe, por conseqüência, modificações não só nos modelos de produção e distribuição de riqueza e bens materiais, como nas relações pessoais, onde a comunicação interpessoal ganhou novas dimensões. Novos desenhos geográficos de pobreza e riqueza foram se configurando, ao mesmo tempo em que se intensificaram os conflitos étnicos e culturais. Para ele, a assim denominada sociedade informacional (contraponto à sociedade industrial), intensificou como nunca as diferenças econômicas entre indivíduos e entre nações e gerou, por conseqüência, grandes níveis de exclusão social.

Nessa nova configuração social, a biblioteca pública pode e deve assumir, para especialistas da área, um novo e mais amplo papel, para além da guarda de documentos. Ela

[20] Em 1973, a IFLA publicou *Normas para bibliotecas públicas*. Em 1986 publicou *Diretrizes para Bibliotecas Públicas*. Em 1994, *Manifesto IFLA/UNESCO para Bibliotecas Públicas*. Em 2001, *Diretrizes IFLA/UNESCO para o desenvolvimento de bibliotecas públicas*. (DIRECTRICES IFLA/UNESCO para o desarrollo del servicio de bibliotecas públicas, 2001. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001246/124654s.pdf. Acesso em abr. 2006).

[21] Trata-se, segundo JARAMILLO e MONTOYA, do primeiro documento formal de uma instituição internacional sobre o papel social da biblioteca pública. Ver JARAMILLO, O.; MONTOYA, M. Revisión conceptual de la biblioteca pública. *Revista Interamericana de Bibliotecología*. Medellín, v. 23, n.1-2, ene./dic. 2000. p. 13-56.

deve se transformar no espaço promotor de inclusão social e democratização da informação atualmente produzida.

Para Merlo Vega (2003), na chamada sociedade da informação[22],

> sem uma intervenção pública poderão se formar três grupos de cidadãos segundo a sua relação com a informação e a capacidade de utilizá-la: os cidadãos que podem acessar a informação e, ainda, podem selecioná-la e dela fazer uso; aqueles que podem acessar a informação, mas que não sabem selecioná-la nem utilizá-la e, em terceiro lugar, aqueles que nem podem acessá-la ou utilizá-la. Isso representa um grande desafio para o setor público, já que atualmente se dispõe de uma grande quantidade de informação, mas se deve garantir que seja assim para todos. Nesse sentido, as bibliotecas podem e devem contribuir para a garantia desse acesso igualitário e devem, ainda, potencializar uma nova alfabetização: a alfabetização tecnológica e informacional de todos os cidadãos e grupos da população. (Tradução minha, p. 2).

Isto porque a informação não é produzida e nem disponibilizada de forma igualitária. Segundo Castro (2003), o retrato da distribuição desigual da informação pode ser assim apresentado:

- Enquanto ¾ da população mundial reside em países não desenvolvidos, estes detêm apenas 30% da produção jornalística;
- 65% da população mundial sofrem uma aguda escassez de livros;
- leitores do *New York Times* consomem mais jornal no domingo do que a média anual de um africano;
- apenas 17 países no mundo têm um Produto Nacional Bruto maior que as despesas com publicidade nos Estados Unidos;
- os Estados Unidos e a *Commonwealth,* com apenas 15% da população mundial, usam mais de 50% da capacidade dos satélites geo-estacionários, e, o Terceiro Mundo, menos de 10%;
- dez países desenvolvidos, com 20% da população mundial, dominam cerca de ¾ de todas as linhas telefônicas existentes; os Estados Unidos têm mais linhas telefônicas que a Ásia; a Holanda, mais que a África; a Itália, mais que a América Latina; Tóquio, mais que a África. (CASTRO, p. 138).

[22] Baseada em Castells, Sociedade da Informação pode ser definida como uma sociedade onde as tecnologias da informação possibilitam modificações profundas na base material mundial, conectando em redes e modificando as formas de relação entre a economia, o Estado e a sociedade. Segundo Suaiden (2000), a sociedade da informação foi vista por alguns especialistas, no início dos anos 90, como uma sociedade capaz, pela avançada tecnologia da informação, de compartilhar recursos e promover o bem-estar social. Esta não é a visão de Castells, que ao contrário, vê um acirramento das desigualdades sociais, fazendo crescer exponencialmente o número de excluídos.

Entendida então como um espaço adequado para minimizar desigualdades de acesso à informação, a biblioteca deve desenvolver ações de combate à exclusão, seja através da ampliação de seus serviços para além de sua estrutura física, como levar informação e acervo para quem não pode ir às suas dependências, via alternativas como ônibus-biblioteca, caixa-estante, mala de livros, postos de serviço em lugares de alta movimentação, como terminais de ônibus, etc. Além de promover a habilidade do cidadão com a leitura e a escrita e a habilidade informacional. (MERLO VEGA, 2003).

Promover esses novos serviços tem sido um grande desafio, mesmo em países com tradição em biblioteca.

A biblioteca pública não é equipamento cultural cuja presença se faça intensa na vida cotidiana dos cidadãos. Se pegarmos as informações de Merlo Vega sobre o número de usuários de bibliotecas públicas em relação ao número total de habitantes dos países da Europa, verifica-se que: na Alemanha, 13,5% de sua população utiliza-se da biblioteca pública; Áustria, 11,2%; Bélgica, 22,7%; Espanha, 17,6%; Finlândia, 47,9%, França, 20%; Irlanda 23,5%; Portugal, 32,5%, Reino unido, 58,1% (MERLO VEGA, 2003, p. 3, dados de 1998). Para o autor, são números que revelam ser necessário pensar sobre a importância da biblioteca nesses países, e sugere ser necessário desenvolver ações que possam mudar este quadro e transformar a biblioteca em equipamento de substancial presença na vida cotidiana das pessoas. Para que isso possa se efetivar, o autor considera imprescindível o estabelecimento de uma rede territorial e técnica de bibliotecas públicas com um real investimento dos municípios. E o município é, na sua visão, a principal instância capaz de transformar esse quadro.

> Município e biblioteca devem trabalhar de forma conjunta. Quanto mais apaixonado e estreito for o interesse das autoridades municipais por sua biblioteca pública, maiores serão os níveis de bem-estar de seus cidadãos. Não é essa a finalidade última de qualquer governo municipal? A pergunta não é em vão porque não parece que existam muitas bibliotecas públicas plenamente estáveis em suas comunidades. E o resultado disso pode atribuir-se ao escasso apoio das administrações das quais depende, sempre muito abaixo do aconselhável. (MERLO VEGA, 2003, p. 2, tradução minha).

Merlo Vega é um autor que reflete as questões da biblioteca pública tendo como pano de fundo a realidade de seu país, Espanha, que, segundo ele, somente agora tem se dedicado a pensar formas de disponibilizar serviços de informação a seus cidadãos. Ele considera isso um atraso, quando comparado às iniciativas do Reino Unido, que já há 3 décadas se preocupa em

oferecer serviços de informação através de bibliotecas públicas, o *Community Information Services*. (MERLO VEGA, 2003).

Sequeiros (2005), ao refletir sobre as novas possibilidades e responsabilidades sociais da biblioteca pública, chega a conclusões semelhantes tendo por pano de fundo a realidade de Portugal. Para ela, a biblioteca pode e deve ser o espaço para efetivação da democracia, possibilitando a inclusão das diversas formas de excluídos da nova realidade mundial:

> A biblioteca pública pode, e deve meu entender, ser vista sobretudo como um espaço de interação social e cultural. Como um espaço físico que muitas vezes, e de forma muito rica, pode ser utilizado como ponto de encontro e de socialização. Em Portugal, sobretudo em locais onde escasseiam espaços públicos deste tipo, várias bibliotecárias e bibliotecários têm sabido tirar grande proveito de instalações recentes, confortáveis, tornando-as acolhedoras. O que há algum tempo era visto como uma freqüência não desejada, afastada dos objetivos das bibliotecas públicas, é agora valorizado como pólo de vida cultural e de socialização de diferentes gerações, sexos, grupos sociais vários – vejam-se os casos de afluência de crianças do ensino básico que, barulhentas e irrequietas, fazem repensar esses espaços, e de imigrantes que acorrem à internet e que parecem encontrar um espaço para si, para além das barreiras lingüísticas dos materiais impressos. (...) as bibliotecas devem acolher as diferentes manifestações culturais de e para as diferentes pessoas que neste país habitam. Se o fizerem de forma criativa e empenhada, contribuirão para acolher e preservar a diversidade cultural que possuímos. O que não pode ser feito deixando de fora grupos e pessoas que, penalizados já com vidas excluídas noutras esferas, vêm a sua identidade pessoal e cultural ainda mais fragilizada por impossibilidade de terem parte ativa nesta outra das práticas culturais. (SEQUEIROS, 2005, p. 1)

Promover esses novos e mais democráticos serviços de bibliotecas públicas em países com pouca tradição em bibliotecas representa desafio ainda maior.

No caso da América Latina, os problemas enfrentados em relação às bibliotecas – e não só em relação a elas – são muito parecidos: carência de políticas públicas para a área, falta de pessoal qualificado para a sua gestão, baixa procura dos seus serviços pela comunidade,

permanência do analfabetismo[23], desigualdade quanto ao acesso às novas tecnologias da informação[24] (BETANCUR B., A., 2002).

Claro está que as dificuldades de desenvolvimento de um equipamento cultural não devem ser analisadas sem levarmos em conta as condições sócio-econômicas da América Latina, que apresenta desenvolvimento desigual entre seus cidadãos, alargando drasticamente o fosso que separa ricos e pobres, materializado na realidade dos altos níveis de desemprego, movimentos migratórios e miséria da grande maioria de sua população. Garcia Canclini, ao falar do peso da dívida externa sobre a América Latina, cita a conclusão do relatório do Sistema Econômico Latino-Americano, SELA, de 2001, que diz que cada habitante da região deve, ao nascer, por volta de 1550 dólares[25].

Para Betancur (2002), apesar desse quadro pouco animador, a biblioteca pública pode uma instituição importante para a inclusão social na região. Se, por um lado, a biblioteca pública não escapa da realidade desfavorável em que se encontra a América Latina, por outro está num momento histórico crucial para afirmar-se como serviço público essencial, se souber buscar transformações em sua forma de atuar. Reconfigurar os serviços oferecidos pela biblioteca pública para as necessidades da comunidade local é, para a autora, a grande saída. Ela define como trabalho essencial garantir a disseminação de informação de interesse local, o que implica em que a biblioteca conheça as necessidades do local onde está inserida e possa, então, fornecer-lhe o que deseja.

> Neste sentido, são numerosas as potencialidades que tem a biblioteca pública no contexto atual para diversificar e redirecionar, se se quer, sua proposta social. (...). Nesta perspectiva, e apesar dos múltiplos problemas para avançar em seu funcionamento, a biblioteca pública tem o compromisso transversal com os seus principais eixos de trabalho; a leitura, a informação e a cultura, em relação com uma vinculação direta e permanente com a comunidade real, a potencial e, em

[23] Segundo o *Informe Subregional de América Latina: Evaluación de la Educación para todos en el año 2000*, elaborado pelas Nações Unidas e citado Betancur (2002), a América Latina apresenta cerca de 43 milhões de analfabetos com idade superior a 24 anos, espalhados por comunidades indígenas, zonas rurais e núcleos urbanos marginais. Isto, apesar dos esforços de redução do analfabetismo, que, segundo este mesmo documento, de fato ocorreu na região, principalmente entre crianças.

[24] Com uma população por volta de 522 milhões de pessoas na América Latina, estimava-se que, dos 1,9% das pessoas com acesso à internet em 2002, houvesse um aumento para 12,8% em 2005. (BETANCUR B., 2002). No Brasil, segundo informação do Ibope em 20 de abril de 2006, são atualmente 14,1 milhões de pessoas com acesso à internet a partir de suas residências. Ver: http://www.ibope.com.br. Acesso em: 26 abr. 2006.

[25]"Em tais declarações parece que já não se trata se queremos ou não ser latino-americanos, trata-se de um trágico destino pré-natal. Mas também sabemos que essa cifra média da dívida significa para alguns habitantes o que poderão ganhar em uma semana ou em algumas horas, e para a maioria de indígenas e camponeses seu salário de cinco ou dez anos". (CANCLINI, N. Reconstruir políticas de inclusão na América latina. In: POLÍTICAS culturais para o desenvolvimento. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p. 22).

> atualidade, com a virtual (...) os serviços bibliotecários devem transcender esse mero existir em uma comunidade e só abrir suas portas a uns usuários acidentais. E só mediante a capacidade de ser interlocutor da comunidade a partir da análise do contexto; da interpretação e reconhecimento das necessidades de informação de seu público; da intervenção com programas e serviços de maneira consciente e sistemática, poderá levar, de maneira substancial, aos processos de fortalecimento das identidades da participação cidadã e comunitária e à formação de redes sociais para contribuir com sua cota para uma democracia ativa. (BETANCUR B., 2002, tradução minha).

As reflexões sobre as potencialidades da biblioteca pública na nova ordem social também estão presentes entre os especialistas brasileiros.

Para Suaiden (2000), a biblioteca pública brasileira deve inserir-se na sociedade buscando novas formas de atuação capazes de corrigir as deficiências apresentadas no passado, "como criar uma interação adequada com a comunidade e implantar produtos que de fato facilitem o acesso à sociedade da informação" (2000, p. 57). Para tanto, o autor considera ser imprescindível a realização, por parte da biblioteca pública, de diagnósticos capazes de detectar as necessidades informacionais da comunidade à qual deve atender. Para ele, permanece entre nós o equívoco de se conceber biblioteca pública como uma entidade que deve prestar serviços ao público indistinto e em geral, independente das condições sociais, educacionais e culturais. Trata-se de uma concepção falha que, na prática, atende apenas a um segmento social: estudantes de primeiro e segundo graus. A realização de diagnósticos para a elaboração de serviços adequados às necessidades da população, utilizando-se de metodologias e técnicas de pesquisa, como construção de cenários, monitoramento tecnológico, *brainstorming* e grupo focal, podem apresentar-se como uma solução na melhoria do funcionamento do equipamento e no uso mais adequado dos recursos financeiros sempre tão escassos. Da mesma forma, a segmentação de mercado pode significar uma alternativa para a dinamização da biblioteca pública.

> A técnica de [construção de] cenários se utiliza para identificar tendências e observar variáveis, tais como o desenvolvimento das coleções, as necessidades de novos produtos e serviços, assim como o melhoramento das condições educativas e culturais da comunidade. A técnica de monitoramento tecnológico

> tem características particulares de observação de fatores científicos, telemáticos e tecnológicos que podem afetar a biblioteca pública e a comunidade. O *brainstorming* estimula respostas criativas em um grupo de pessoas com o fim específico de solucionar problemas gerados pela integração da biblioteca com a comunidade. Nessa técnica é importante compartilhar com a comunidade a tomada de decisão, principalmente nos momentos difíceis como por ocasião dos cortes orçamentários. No grupo focal, realizam-se entrevistas gravadas com técnicos, usuários, não-usuários e membros da alta hierarquia, mediante duas perguntas básicas: Como é a biblioteca hoje? Como deveria ser a biblioteca? A tabulação e análise dos resultados permitirá à biblioteca elaborar estratégias de acompanhamento do próprio desenvolvimento comunitário.
>
> (...)
>
> No caso específico de biblioteca pública, justifica-se a utilização de técnicas de segmentação de mercado, pois os interesses informacionais da comunidade são heterogêneos e os recursos disponíveis nem sempre são suficientes para atender a esse tipo diversificado de demanda.
>
> Para a seleção do segmento adequado, geralmente se utilizam duas variáveis. A primeira é a que se chama força organizacional, ou seja, os pontos fortes da biblioteca relacionados com o desenvolvimento das coleções, os recursos humanos e os produtos e serviços disponíveis para a comunidade. A segunda é a atração de mercado, que deve refletir os pontos fortes do segmento a ser escolhido com os recursos disponíveis na biblioteca. Na medida em que as duas variáveis se cruzam e os pontos fortes são coincidentes, aquele segmento terá condições de ser viabilizado sem grandes esforços financeiros e humanos. Se os pontos fortes não coincidirem, a biblioteca terá de realizar um esforço maior financeiro e de capacitação de recursos humanos para viabilizar a proposta da segmentação de mercado. (SUAIDEN, 2000, p. 59-60).

Entre o conceito proposto por órgãos internacionais e as reflexões teóricas sobre o dever ser adequado da biblioteca pública na sociedade contemporânea, há uma realidade que apresenta constrangimentos ao realizar-se desejável da “nova” biblioteca pública. Por ser a biblioteca pública no Brasil o nosso foco de análise, será somente sobre as condições reais da biblioteca brasileira que falaremos daqui em diante.

4 – Biblioteca Pública no Brasil

Os obstáculos para o desenvolvimento de bibliotecas públicas, no Brasil, são vários.

Embora a biblioteca pública seja considerada responsabilidade do Estado desde o primeiro governo Vargas e algumas ações tenham sido efetuadas - como convênios entre união e municípios para a abertura de bibliotecas públicas e doação de acervos – a desatenção da administração pública em relação às bibliotecas se manifesta na escassez de verbas a elas destinadas, em geral insuficientes para a manutenção do espaço físico, quadro de funcionários e aquisição/atualização de acervo. (MILANESI, 1986).

As compras governamentais de livros, em nível de administração local, raramente acontecem; em nível federal, privilegiam os didáticos para doação direta aos estudantes carentes. Segundo a pesquisa de Earp e Kornis (2005), o governo federal brasileiro gastou, em 2003, o equivalente a 456 milhões de reais com a compra de livros, sendo 446 milhões apenas com o Programa Nacional do Livro Didático. Acompanhando a reflexão dos autores, fica evidente não haver política para a compra de livros como investimento para bibliotecas, no Brasil.

O quadro de profissionais da biblioteconomia é escasso para a ocupação de postos em bibliotecas públicas por dois motivos complementares: os baixos salários oferecidos pelos órgãos públicos – que, em geral preferem empregar funcionários sem qualificação para achatar mais ainda os salários – e a procura, por parte dos recém-formados, por cargos no setor privado, geralmente centros de informação de empresas, onde a valorização e a remuneração do profissional é, de longe, muito maior.

Se, por um lado, há o problema da falta de formação de profissional, por outro há, segundo a literatura, a postura conservadora adotada por bibliotecários ou funcionários responsáveis pela biblioteca pública. Por décadas esses profissionais exerceram suas atividades de forma burocrática, tendo como alvo de suas preocupações a boa guarda do acervo e a pouca ou nenhuma atenção às necessidades do usuário (SPERRY, S.,1993; SILVA, E., 1990). Há, nas últimas duas décadas, um alerta por parte de estudiosos da área para a necessidade de se formar profissionais mais atuantes, mais capacitados para assumir as responsabilidades dos trabalhos em bibliotecas públicas, profissionais preparados para transformar, efetivamente, este equipamento em instrumento de ação cultural (FLUSSER, V., 1983).

Milanesi, ao pesquisar[26] a situação das bibliotecas do Estado de São Paulo no início da década de 80, identificou alguns problemas marcantes: precariedade das instalações, geralmente a biblioteca dividindo espaço com outros órgãos públicos como escolas e salas na prefeitura ou, se em espaço independente, geralmente com problemas de adaptação, já que raramente foram espaços pensados para abrigar uma biblioteca; precariedade no quadro de funcionários, com baixos salários e, na maioria das bibliotecas, apenas um funcionário para administrá-la, cujo nível educacional assim se distribuía: 63 das bibliotecas apresentavam bibliotecários na função, 120 delas apresentavam funcionários com segundo grau completo, 66 delas apresentavam funcionários com curso superior e 43 delas funcionários com nível básico de instrução escolar; inexistência de catálogo do acervo; insuficiência de equipamentos, como máquina de escrever ou projetores (lembrando: a pesquisa é da década de 1980); não aplicação de verbas para seu bom funcionamento, que vai desde a não renovação de acervo até ao mau pagamento do funcionário; freqüência majoritária de estudantes de primeiro e segundo graus. (MILANESI, 1986, p. 110-114).

Alguns dos problemas acima citados aparecem em pesquisas mais recentes.

A preponderância de estudantes entre freqüentadores de biblioteca pública continua muito forte. Em pesquisa sobre o comportamento cultural da população que vive na região metropolitana de São Paulo, realizada em 2005, os autores apuraram que a freqüência à biblioteca está associada a pessoas em idade escolar. (BOTELHO e FIORE, 2005, p. 77)[27].

Ausência de investimentos por parte da administração pública é outro problema recorrente. Neste ponto, há a sobreposição de dois problemas, que se fundem: a não apropriação da biblioteca pública pela maioria da população e a falta de atenção da administração pública, pois a não demanda pelos serviços oferecidos pela biblioteca dificulta a pressão – seja da sociedade civil, seja do profissional da área – pelo investimento do administrador público e conseqüente elaboração de políticas públicas consistentes. A biblioteca não é reconhecida, pela população, como serviço público de direito e necessário ao seu desenvolvimento.

[26] À época, o Estado de São Paulo possuía 572 municípios. A pesquisa aplicou questionário a esse universo, "com o objetivo de obter um contorno nítido dessa repartição pública". O retorno foi de 334 bibliotecas. Milanesi, 1986, p. 109-110.

[27] Dos entrevistados, 32,3% afirmaram nunca ter ido a uma biblioteca. "Neste caso, a faixa etária parece ser decisiva, pois 9 em cada 10 entrevistados que nunca freqüentaram biblioteca têm mais de 25 anos e cerca de 6 em cada 10 têm mais de 40 anos. A universalização progressiva do acesso à educação nas últimas décadas é a explicação mais óbvia para esses resultados, visto que freqüentar biblioteca é, para grande parte da população, uma prática relacionada à idade escolar (cerca de 88,4% dos entrevistados entre 15 e 24 anos afirmaram já ter ido a uma biblioteca)". (BOTELHO e FIORE, 2005, p. 77).

Para ilustrar a atualidade de tal afirmação, vejamos a opinião de duas funcionárias públicas, designadas pela administração local, em tempos diferentes, para trabalharem na biblioteca pública de um dos municípios beneficiados pelo projeto *Uma Biblioteca em cada Município* (elas não têm formação de nível superior e nem experiência anterior de trabalho em bibliotecas)[28]:

> Eu acho que o gasto maior, aqui da cidade, é com o posto de saúde. Remédio é caro e tem que ser comprado. O livro nós precisamos, a população precisa, mas remédio é mais importante. (RIBAS, Ana Paula, depoimento, 2006).

> A biblioteca é importante porque é fonte de cultura, é muito bom para o conhecimento da pessoa, mas as pessoas que moram lá no sítio, elas não vêem assim, elas acham a biblioteca, a leitura de livros, uma bobagem. Tanto que vinha criança aqui e dizia que não iria mais levar o livro. Eu perguntava 'por que, meu anjo?', 'Porque minha mãe não quer que eu leve mais, ela falou que é bobagem ler...' Então você entende o que acontece aqui? Às vezes, os filhos levavam os livros – e é principalmente essas mulheres que moram no sítio, não sei se elas tinham medo que os perdessem – mas elas falavam que não queriam mais que os filhos levassem o livro. (LIMA, Sandra, depoimento, 2006).

Como já foi dito, a biblioteca pública passou a ser considerada uma responsabilidade do Estado na década de 1930, com as mudanças institucionais colocadas em marcha pelo governo Vargas. Em nível federal, o Instituto Nacional do Livro - INL representou a principal e mais longa ação envolvendo bibliotecas públicas no país, entre 1937 e 1990. Mais recentemente, outras iniciativas foram executadas. Aqui, o objetivo é apresentar a criação e atuação do INL e de duas outras iniciativas governamentais de nível municipal e estadual, respectivamente a criação do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo em 1935 e a sua relação com a biblioteca pública municipal, e a criação, em 1983, do Sistema Estadual de Bibliotecas de São Paulo. Procuraremos contextualizar cada uma dessas ações governamentais e, na medida do possível, balizá-las segundo as críticas de especialistas.

[28] Funcionárias da biblioteca municipal de Barra do Chapéu, São Paulo.

4.1 – Instituto Nacional do Livro – INL

O INL foi o primeiro órgão governamental brasileiro, de nível federal, a tratar da questão da biblioteca pública.

É importante, portanto, uma apresentação mais detalhada das suas funções e políticas de atuação durante todo o período de sua existência, assim como entender o contexto de sua criação.

Os acordos políticos vigentes durante toda a primeira república chegam ao final da década de 20 completamente desgastados. As inúmeras manifestações sociais durante toda a década e a incapacidade de novos arranjos políticos levaram à chamada revolução de 30, com a promessa de novas bases, novas alianças, novas perspectivas.

No plano social, exigências de melhoria das condições de vida da população, sendo a regularização dos contratos de trabalho e a popularização da educação as principais reivindicações que o novo governo promete atender.

Por ser o aspecto de maior relevância para o que estamos tratando, vamos nos debruçar um pouco sobre o debate educacional que se travava então.

Durante as décadas de 20 e 30 surge com força a proposta de criação de um sistema nacional de educação. Discutia-se a necessidade de definição de responsabilidades cabíveis aos três níveis de governo, a grade curricular, a metodologia de ensino. Em jogo, projetos de educação com propósitos diferentes. Tratava-se de um período em que a educação passou a ter importância ímpar nas discussões políticas porque compreendida como instrumento fundamental para construção do tipo ideal de nação. Os setores sociais organizados - a igreja, políticos de diferentes matizes ideológicos e militares - sabiam que da escolha de um ou outro projeto educacional resultaria os diferentes rumos de desenvolvimento da sociedade. De propostas de laicização, popularização e gratuidade do ensino a propostas de defesa da escola privada, elitista ou nuances autoritários, fez-se o debate.

As principais propostas em debate foram: a dos chamados escolanovistas, tendo por principais expoentes Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo; da igreja católica, representada, principalmente, por Alceu Amoroso Lima; a proposta inspirada no movimento fascista, de Francisco de Campos, e a proposta dos militares. (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000).

A Escola Nova, movimento surgido na década de 20, levantava a bandeira do ensino gratuito, laico e de responsabilidade do poder público. Entendia a educação como uma forma

de promoção da igualdade de oportunidades, pois educação de qualidade para todos garantiria destaque por competência pessoal e não por condição social. A função básica da educação seria a formação do cidadão livre e consciente, imprescindível à formação de um Estado Nacional moderno e democrático.

A proposta desenhada pela igreja católica colocava-se em combate direto aos ideais dos escolanovistas. A laicização, assim como o ensino gratuito sob responsabilidade do poder público, entrava em conflito direto com os interesses da Instituição. Responsável por grande parte das escolas privadas, a igreja lutava por garantir a legalidade de sua atividade, assim como a obrigatoriedade do ensino religioso.

A proposta fascista tinha evidente inspiração nos movimentos italiano e alemão. Pregava a necessidade de controle da juventude através da disseminação de valores morais como pátria e família, tendo por líder a figura carismática do chefe da nação. A escola seria o local ideal para a disseminação dos valores morais tão úteis à construção de um Estado forte e autoritário, cuja função seria moldar e tutelar a juventude. A igreja poderia ser uma aliada.[29]

Na proposta das Forças Armadas, a educação aparecia vinculada à questão da segurança nacional, entendida como um instrumento estratégico para a mobilização controlada. Entendiam ser necessário que todo o povo pensasse de forma militar, em defesa dos ideais da nação. Só assim o país estaria a salvo de ideologias perigosas e internacionais.[30]

Em 1936, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, propôs aos segmentos sociais dedicados aos debates sobre a educação que participassem da elaboração de um documento a servir de base para a formalização de uma educação nacional. Com a colaboração de educadores, estudantes, escritores, cientistas, jornalistas, sacerdotes e políticos, elaborou-se o que ficou conhecido como Plano Nacional de Educação, PNE[31], uma colcha de retalhos com

[29] Francisco Campos, o grande representante intelectual da proposta, inspirado pelo nazi-fascismo europeu, julga ser o momento histórico da falência do Estado liberal e democrático, portanto um equívoco construir um sistema educacional baseado em tais princípios. Para ele, a evolução histórica caminhava para a necessidade de construção de Estados fortes e autoritários, centrados na figura do líder e que, neste novo contexto, cada setor social teria seu papel a desempenhar para o bom funcionamento da nação. (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000, 79-84).

[30] Se a concepção militarista da educação "não chega a se realizar em sua plenitude, ela é, no entanto, ensaiada de diversas maneiras, e compõe o clima no qual, a partir principalmente de 1937, a atividade educacional seria conduzida no país. (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000, p. 89).

[31] As propostas presentes no PNE podem assim ser resumidas: na primeira parte, trazia a definição das bases de funcionamento das instituições de ensino nas questões escolares e extra-escolares, de âmbito público ou privado, em todo o país. Previa a liberdade de cátedra desde que restrita à matéria do professor; garantia a educação religiosa; impunha a obrigatoriedade da educação da moral e cívica. Na segunda parte do documento, a descrição das etapas da educação: ensino comum do primário ao secundário; cursos de especialização para aqueles que não fossem admitidos no ensino secundário, e ensino superior, destinado somente aos egressos do secundário. A importância maior, em nível de controle de qualidade, se dava ao ensino secundário, pensado como um

algumas propostas presentes nas diferentes posições em questão, moldadas mais ao gosto dos objetivos do Estado. No jogo político, o PNE foi recebido com muitas críticas pelo Congresso pós-34. Com o golpe em 1937 e conseqüente fechamento do Congresso, o Plano Nacional de Educação não chegou a ser votado e o Ministério da Educação ficou livre para aplicar o que achava adequado e interessante aos objetivos do Estado Novo. (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000).

Parte do que propunha o PNE serviu de base para a criação do INL, especialmente as suas definições sobre as atividades extra-curriculares: a publicação de livros e outros materiais impressos de interesse educativo e a criação de bibliotecas públicas permanentes e circulantes, por poderes públicos ou pela iniciativa de particulares, que deveriam receber do governo central a doação de publicações e auxílio técnico na organização de acervos. Estavam dadas as diretrizes atribuídas ao INL. (OLIVEIRA, 1994, p. 43).

Criado por Decreto Lei nº 93 de 21 de dezembro de 1937, o INL tinha por atribuições editar uma enciclopédia brasileira e um dicionário da língua portuguesa (tarefas que herdou do Instituto Cayru[32]), editar obras de interesse para a cultura nacional, incentivar o desenvolvimento do mercado editorial brasileiro e estimular a criação de bibliotecas públicas. (OLIVEIRA, 1994, p. 43).

No bojo de um Estado autoritário, a criação do INL representa, a um só tempo, o movimento de construção de um Estado moderno burocrático, organizado em hierarquias e com poder centralizado, e a necessidade de controlar a produção e circulação de idéias no país[33]. Por ser o livro considerado como um elemento poderoso de transmissão de idéias, aliás postura comum entre governos autoritários, o INL aparece como a possibilidade concreta de efetivação desse controle assumindo a responsabilidade de editar e distribuir os "bons livros".

Gustavo Capanema, ao justificar a criação do Instituto ao presidente Getúlio Vargas, assim se expressa em relação ao livro:

---

preparatório para ingresso no ensino superior, destinado à formação das elites do país. (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000).

[32] Segundo Araújo, o Instituto Cayru, especialmente criado para a edição de uma enciclopédia brasileira e de um dicionário da língua portuguesa, em 13 de janeiro de 1937, é transformado, em dezembro do mesmo ano, no INL. (ARAÚJO, 2002, p. 28).

[33] Não à toa, outras instituições foram igualmente criadas no período, como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN, o Instituto Nacional do Cinema e Serviço Nacional do Teatro, o Serviço de Radiodifusão Educativa, incorporação de instituições como a Casa de Rui Barbosa, Biblioteca Nacional, Museu Histórico Nacional, Museu de Belas-Artes, além de criação de leis para o rádio e cinema, incentivo à recuperação do folclore e apoio à música erudita. E, claro, o Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP.

> O livro é, sem dúvida, a mais poderosa criação do engenho humano. A influência que ele exerce, sob todos os pontos de vista, não tem contraste.
>
> O livro não é só o companheiro amigo, que instrui, que diverte, que consola. É ainda e, sobretudo o grande semeador que, pelos séculos afora, vem transformando a face da terra. Encontraremos sempre um livro no fundo de todas as revoluções.
>
> É, portanto dever do Estado proteger o livro, não só promovendo e facilitando a sua produção e divulgação, mas ainda vigilando no sentindo de que ele seja, não o instrumento do mal, mas sempre o inspirador dos grandes sentimentos e das causas humanas.
>
> Para tais objetivos, seria conveniente a criação do Instituto Nacional do Livro. Submento à elevada consideração de V.Ex. um projeto de decreto-lei, dispondo sobre a matéria. (Gustavo Capanema, Exposição de motivos, de 15 de dezembro de 1937, Arquivos do CPDOC, GCg 34.09.06/1 *apud* ARAÚJO, 2002, p. 31-32).

O livro deve ser controlado para ser *só o companheiro amigo, que instrui, que diverte, que consola.*

Por volta de 1850, na Inglaterra, pressões populares por abertura de bibliotecas públicas produzia na elite mais conservadora este mesmo medo professado por Capanema em relação aos livros, pois a biblioteca, disponibilizando a informação impressa a toda a população, poderia levá-la à inconformidade e a manifestações de repulsa à ordem estabelecida. Havia, por parte da elite inglesa, a óbvia ligação entre livros, idéias e biblioteca pública (BATTLES, 2003; OLIVEIRA, 1994). Esta óbvia ligação não se deu por aqui.

Isto porque nossas condições históricas não permitiram à população a assimilação nem do livro e nem da biblioteca. Os altos índices de analfabetismo, a existência de poucas bibliotecas ligadas à divulgação apenas de cultura erudita impressa, a falta de incentivo por parte de órgãos públicos, a ausência de mercado editorial e a não popularização do livro representam o conjunto de fatores que explicam o distanciamento entre a população e a biblioteca. Não foi possível, entre nós, que a biblioteca pública desenvolvesse todo o seu potencial agregador/desorganizador, ou seja, seu potencial enquanto espaço de divulgação do livro para lazer e cultura, assim como o espaço para a divulgação de idéias e informação a todos, sem distinção, capaz de ser o instrumento popular de entendimento ou questionamento da ordem estabelecida. (MILANESI, 1986).

A primeira biblioteca pública brasileira, oferecendo serviço de empréstimo domiciliar, surgiu em 1811, na Bahia, por iniciativa de um rico produtor de açúcar[34]. Ainda que não contasse com o auxílio financeiro do governo do Estado, contava, entretanto, com o seu apoio político. Foi uma iniciativa de letrados para letrados, indivíduos que sentiram a necessidade de travar contato com conhecimentos produzidos fora do país e viram, na abertura de uma biblioteca, a solução para a aquisição de obras de seu interesse. Tratava-se de uma sociedade cujos membros se dispunham a pagar uma taxa de adesão e manutenção para a contratação de um bibliotecário e compra de acervo. Chamaram a essa sociedade "biblioteca pública". Embora fosse aberta a interessados, não foi pensada para ser um benefício à população[35]. Chegou a possuir 4 mil títulos entre livros e periódicos científicos, distribuídos entre astronomia, matemática, navegação e construção naval, arquitetura, física, química, botânica, mineralogia, medicina, geografia, história, filosofia, religião, economia política, literatura francesa, poucas obras de literatura portuguesa e brasileira e poucos livros impressos no Rio de Janeiro e Bahia[36]. (MILANESI, 1990, p. 71; OLIVEIRA, 1994, p. 20).

Funcionou por 4 anos. Seu acervo compunha-se, basicamente, de livros em francês e inglês. (OLIVEIRA, 1994). Problemas financeiros a levaram ao fechamento. Os associados não foram capazes de mantê-la, ainda que para isso tivessem, inclusive, recorrido à organização de loterias como fonte de recurso. (MILANESI, 1986, p. 71).

Antes dessa primeira e fracassada tentativa, as bibliotecas surgidas no Brasil sempre estiveram sob a guarda de organizações religiosas, especialmente jesuítas. Seu acervo dispunha-se a dar suporte à catequese e podia ser consultado, mediante autorização, por alunos e sacerdotes. Sobreviveram até a perseguição do Marquês de Pombal à ordem, que culminou, em 1759, na sua expulsão da colônia e destruição de seu sistema de ensino, incluindo aí o abandono das bibliotecas.(MILANESI, 1986, p.66). Outras ordens religiosas tiveram por prática a montagem e manutenção de bibliotecas com o objetivo de auxílio na propagação da fé, como os beneditinos e franciscanos. (SANTOS, P., p. 10).

[34] Pedro Gomes Fernão de Castelo Branco. (MILANESI, 1986, p. 70)
[35] Não será demais lembrar que a população alfabetizada então era por demais reduzida.
[36] Portugal proibia a impressão de textos na colônia. Só após a vinda da coroa portuguesa ao Brasil é que foi possível a instalação da imprensa régia, criada por decreto em 13 de maio de 1808 e, ainda assim, mantida sob censura (SANTOS, P., 1994, p. 12).

Fora isso, a circulação de livros no Brasil colônia foi uma atividade clandestina, em parte possível - apesar da feroz proibição da corte portuguesa - graças ao analfabetismo dos funcionários de alfândega[37]. (MILANESI, 1986, p. 69).

A primeira biblioteca pública oficial surgiu em 1825, no Rio de Janeiro, após o processo de independência. Era a transformação da Biblioteca Real em Biblioteca Imperial Pública[38]. Entretanto, é de se observar o caráter do termo "público" associado à biblioteca. Com certeza, dela faziam uso os poucos indivíduos alfabetizados, isto é, os profissionais liberais, funcionários públicos e religiosos. Espaço público, talvez, mas não de acesso popular.

Concomitantemente, a experiência de bibliotecas privadas manteve-se ainda por um longo tempo. Surgiram os Gabinetes de Leitura no Rio de Janeiro e em São Paulo durante todo o império. Segundo Milanesi (1986), essas experiências, mantidas por iniciativa de ricos proprietários e associações como a Igreja Católica, atestam duas importantes coisas: a real necessidade de setores da sociedade por informação e aprimoramento, e a distância que esses setores guardavam em relação às camadas mais pobres, pois tais Gabinetes não incluíam, em seu espectro de ação, o grosso da população iletrada presentes nessas cidades. Esses Gabinetes ajudaram a proliferar, ao fim e ao cabo, a idéia de biblioteca como símbolo de erudição.

A condição das bibliotecas no país não se transformou com a proclamação da República. Sabemos como a primeira república tratou as questões sociais, geralmente entendidas como assunto de polícia, ou seja, repressão por força a toda e qualquer manifestação popular por direitos civis[39]. Para Oliveira (1994), a ideologia liberal presente na primeira república pode ser sentida na forma como o Estado tratou os assuntos da área cultural, especialmente bibliotecas, que até o final dos anos 1920 desconheceram ações organizadas do Estado ou da sociedade para desenvolvê-las. Não passaram de espaços de apoio à catequese, guarda e disseminação da cultura européia e prática da distinção intelectual para poucos indivíduos ou grupos.

> Até o final dos anos 20, as bibliotecas brasileiras projetavam a imagem da sociedade colonial e dependente, na qual se desenvolveram. Atendendo apenas parte da sociedade, armazenavam a cultura européia e erudita, para deleite e

[37] Para ilustrar a real possibilidade de circulação clandestina de obras na colônia, Milanesi nos apresenta o fato de haver bibliotecas particulares em Ouro Preto, em especial em poder dos envolvidos no movimento de independência de 1789, repleta de obras então atuais e consideradas, pela coroa, perigosas por seu conteúdo. (MILANESI, 1986, p. 69).

[38] Hoje, Biblioteca Nacional.

[39] A bibliografia que trata das questões sociais durante a primeira república é extensa. Ver, em particular, CARONE, Edgard. *A primeira República no Brasil, 1889-1930*: texto e contexto. São Paulo: Difel, 1969.

> adereço de brasileiros cultos (...). Centrando sua atuação nas funções de guardiã de livros e disseminadora seletiva da informação impressa, a biblioteca iniciou sua trajetória de atuação discrepante em relação às necessidades de informação de uma sociedade em processo de urbanização e industrialização. (OLIVEIRA, 1994, p. 25).

Diante desse quadro, é de se perguntar por que o INL, sendo claramente um Instituto voltado para as questões do livro, incorporaria em suas atribuições a preocupação com a biblioteca pública?

Com base na literatura, é possível identificar ao menos dois importantes fatores que ajudam a responder à questão.

O motivo mais direto, a meu ver, é a biblioteca sendo entendida como um espaço para a recepção dos livros editados pelo Instituto. (OLIVEIRA,1994; MILANESI, 1986; LINDOSO, 2004).

> O decreto lei de criação do INL definia, em seus artigos, a preocupação com o livro, como veículo de instrumento de transmissão da cultura definida como nacional pelo Estado. Neste contexto, as bibliotecas tinham papel secundário e meramente instrumental, de receptoras da produção editorial do Instituto. Obras editadas com base em critérios de raridade e importância para a cultura brasileira, mas sem levar em consideração os interesses culturais e de informação das comunidades servidas pelas bibliotecas públicas. (OLIVEIRA, 1994, p. 46).

Outro motivo importante diz respeito à ligação dos intelectuais ao Estado Novo. Os modernistas acabaram sendo atraídos aos quadros diretivos construídos pelo Estado Novo em relação à educação e cultura, como Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, por exemplo. O Ministério da Educação do Estado Novo tinha interesse em legitimar suas ações culturais através da colaboração de intelectuais modernistas, assim como para estes intelectuais o Ministério poderia significar espaço para desenvolvimento de seus trabalhos, supondo, talvez, ser um bom canal para a transmissão do conteúdo revolucionário de suas obras (SCHWARTZMAN, BOMARY e COSTA, 2000)[40]. É importante lembrar que Mário de

[40] Para Schwartzman, Bomeny e Costa, o movimento modernista era suficientemente ambíguo para caber nas propostas ideológicas do estado autoritário que se constituía. Ver Tempos de Capanema, p. 98.

Andrade, o responsável pela criação do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, em 1935[41], e pela dinamização da biblioteca municipal, é um dos membros conselheiros do Instituto Nacional do Livro. (OLIVEIRA, 1994).

Entretanto, mesmo com a presença de intelectuais, as políticas para a biblioteca pública formuladas pelo INL não foram dissociadas da política do livro, sua principal preocupação.

Passemos, então, à análise da atuação do INL quanto às bibliotecas públicas.

Segundo Araújo (2002), na análise de atuação do INL é possível identificar quatro fases: (1) de 1937 a 1945, fase de criação e consolidação; (2) de 1946 a 1960, fase de incremento às atividades editoriais; (3) de 1961 a 1970, fase de ação cultural e segurança nacional; (4) de 1971 a 1990, fase da ideologia do planejamento. Oliveira (1994), embora concordando com a estrutura apresentada por Araújo, acha necessário acrescentar uma outra fase de entendimento da atuação do INL, a quinta fase, que denomina de "rumo à informação pública". (OLIVEIRA, 1994).

Ao longo de existência, o Instituto teve por diretores: Augusto Meyer, de 1937 a 1946, voltando à sua direção de 1961 a 1967; Adonias Filho, de 1954 a 1955; José Renato Pereira, de 1956 a 1960; general/escritor Umberto Peregrino, de 1967 a 1969; bibliotecária e escritora Maria Alice Barroso, de 1970 a 1974; escritor Herberto Sales, de 1974 a 1985; escritor Fábio Lucas, de 1985 a 1986; Osmário Alifait Lacet, de setembro de 1986 a janeiro de 1987; Wladimir Murtinho, de 1987 a 1990. (ARAÚJO, 2002, p. 12-13).

Ao assumir a direção do INL, Augusto Meyer, escritor gaúcho, já havia sido diretor da biblioteca pública do estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Ao que parece, sua passagem pela biblioteca pública do estado não foi marcada por ações inovadoras, pois ficou restrita a tarefas burocráticas, fundamentalmente. (OLIVEIRA, 1994). Entretanto, já no seu primeiro ano à frente do INL, formulou dois projetos para desenvolvimento de bibliotecas públicas bastante avançados[42]. O primeiro propunha a criação de 25 bibliotecas públicas nos bairros da cidade do Rio de Janeiro, abertas ao público em geral. O interessante da proposta era a forma como condicionava a criação da biblioteca à sociedade: a criação da biblioteca deveria

[41] Trataremos da criação do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo mais adiante.

[42] Para Oliveira (1994), pode ser um forte indício para supor a presença e influência, nesses anos, de Mário de Andrade: "Não foi possível identificar quais os seus colaboradores (...), mas as semelhanças existentes entre os projetos do INL e as propostas da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura de São Paulo, permitem supor que tenha havido influência do modelo paulista no trabalho de Augusto Meyer. Provavelmente através de Mário de Andrade, ex-diretor do Departamento de Cultura e consultor técnico do INL para o projeto da Enciclopédia Brasileira." (p. 53-54). Araújo não faz nenhuma menção à Mário de Andrade ou influências do modelo paulistano de bibliotecas executado pelo Departamento de Cultura da cidade. Para ela, a experiência de Meyer à frente da biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul foi o suficiente para capacitá-lo a pensar sobre políticas para a área, inspirando-se em modelos europeus, especialmente a Suíça. (ARAÚJO, 2002, p. 29).

partir da intenção da comunidade, ou seja, para ser criada, deveria contar com a participação de cinquenta pessoas, no mínimo, interessadas em sua abertura e dispostas a pagar por ela uma mensalidade. Através da solicitação por escrito desse grupo de pessoas, o INL faria o registro da biblioteca, arrecadaria a mensalidade e se responsabilizaria pela aquisição dos livros a serem encaminhados a ela, respeitando as sugestões da biblioteca; ao mesmo tempo, o INL enviaria para a biblioteca aberta as obras editadas por ele, materiais de expediente necessário ao trabalho e faria, ainda, a inspeção periódica para avaliação do seu funcionamento. O segundo projeto propunha a criação de sete bibliotecas centrais regionais nas cidades de Recife, Salvador, Belém, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Essas regionais deveriam ser dirigidas por bibliotecários profissionais, formados pela Biblioteca Nacional, e deveriam prestar assistência às pequenas bibliotecas da região, além de organizar serviços de integração e comunicação entre as unidades, como catálogos coletivos, permuta de obras entre as bibliotecas e criação de bibliotecas ambulantes para atender à população distante de bibliotecas. (OLIVEIRA, 1994, p. 46-49).

A conjunção dos dois projetos previa solucionar alguns dos problemas ainda presentes na realidade das bibliotecas brasileiras: serem apropriadas pela comunidade, sendo sua criação fruto da organização civil, e combater a dicotomia quantidade x qualidade, ou seja, a proliferação de bibliotecas públicas por regiões sem auxílio, sem rede de comunicação, sem coordenação capaz de fazê-las crescer em tamanho e qualidade dos serviços prestados. As bibliotecas regionais exerceriam exatamente a coordenação capaz de impulsionar a abertura de novas e mais capacitadas bibliotecas públicas.

Nenhum dos dois projetos foi aprovado pelo Ministério da Educação e o motivo alegado eram os custos muito elevados, para os quais o Ministério não dispunha de recursos. Para Oliveira (1994) os projetos não foram aprovados por serem exatamente o contrário do que propunha o modelo administrativo do governo, ou seja, os projetos supunham a participação efetiva da sociedade na sua criação, definição de acervo e gestão, além de propor a descentralização de serviços e decisões para as regionais, dados incompatíveis com um poder autoritário centralizador. Não eram os custos, mas uma opção política que estava em jogo. A autora ainda considera que estes dois projetos esbarrariam na falta de algumas condições importantes, como: comunidade alfabetizada com capacidade de organização social para usar e

manter a biblioteca pública; disponibilidade de profissionais de biblioteconomia, já que à época havia apenas dois cursos para a formação desses profissionais no país[43].

> Os projetos de Augusto Meyer assinalaram o primeiro esforço de planejamento de um sistema nacional de bibliotecas públicas, propondo um trabalho cooperativo em um universo de unidades fragmentadas e não comunicantes. Baseados em princípios de trabalho sistêmico, coordenado, cooperativo e comunitário e na formação de recursos humanos, os dois projetos foram frustrados em suas expectativas pela carência de recursos financeiros, humanos e pela falta de vontade política do Estado em implementá-los. Ao Estado interessava a biblioteca como canal de distribuição de obras que editava, e que eram representativas da nacionalidade brasileira, da cultura chancelada como oficial; não a biblioteca criada a partir das aspirações da população, até porque esta proposta contrariava a sua forma tutelada de conduzir a sociedade. (OLIVEIRA, 1994, p. 53)

Diante da recusa, Gustavo Meyer elaborou uma outra ação, menos avançada e mais ao gosto da postura centralizadora do governo: abertura de bibliotecas públicas em parceria com os municípios.

Sem dispor de instrumento legal para a criação de bibliotecas públicas, o INL só poderia agir através de convênios com os municípios, em que cada uma das partes dispunha de obrigações: ao INL cabia a prestação de assistência técnica para organização e funcionamento da biblioteca pública e a doação de obras, que seriam 260 volumes no total, enviados com suas respectivas fichas catalográficas e um formulário a ser preenchido pela biblioteca e remetido ao Instituto. À prefeitura caberia a criação da biblioteca através de decreto-lei, garantia de verba no orçamento municipal para a sua manutenção, o fornecimento de local, mobiliário e funcionário por ela responsável, além de incentivar a formação da Sociedade Amigos da Biblioteca.

Segundo a análise de Oliveira (1994), este trabalho de abertura de bibliotecas apresentou sérios limites: primeiro porque se prendia inteiramente à figura do prefeito, que poderia ter ou não a boa vontade para levar o empreendimento a bom termo; segundo, disseminou o equipamento cultural pelo país sem conseguir fazer com que ultrapassasse o nível

[43] No Rio de Janeiro, o curso era oferecido pela Biblioteca Nacional. Em São Paulo, pelo Instituto Mackenzie, de 1929 a 1931. Em 1935 este curso foi incorporado à Escola de Biblioteconomia do Departamento de Cultura da cidade. (OLIVEIRA, 1994, p. 51).

de “salas com livros”, oferecendo poucos serviços de informação e permanecendo isolada da população em geral e das demais unidades espalhadas pelos municípios do país. O INL conseguiu transformar a biblioteca pública em repartição pública, órgão inexpressivo dentro da máquina burocrática. (OLIVEIRA, 1994, p. 57, 188; ARAÚJO, 2002, p. 67). Outro problema identificado diz respeito ao tipo de acervo doado. Basicamente livros, em geral editados pelo Instituto e que, via de regra, não representavam interesse por parte da população[44]. A função de lazer da biblioteca pública foi deixada de lado.

Esta foi a base de atuação do INL, em relação à biblioteca pública, apresentando pequenas alterações, durante os seus 53 anos de existência. Modificação importante a ser destacada ocorreu na gestão de Maria Alice Barroso, pois com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, em 1971, que obrigava o ensino da pesquisa por parte das escolas de primeiro e segundo graus, o INL voltou-se para a doação de livros didáticos às bibliotecas, entendendo ser a biblioteca pública uma importante instituição de apoio educacional. A conseqüência disso, segundo Oliveira (1994) e Milanesi (1986), **foi a definitiva transformação da biblioteca pública em biblioteca escolar, deixando ela de atender ao público em geral para concentrar-se apenas no público estudantil, aprofundando ainda mais sua distância da sociedade**. Na gestão Herberto Sales, o INL retoma sua crença na necessidade de doação de obras de valor literário e reestrutura os termos do convênio com prefeituras no que diz respeito à constituição do acervo para as bibliotecas. Segundo a nova diretriz, o INL comprometia-se a enviar 450 volumes tendo como contrapartida municipal o equivalente a 10 salários mínimos anuais para a compra de obras; 350 volumes para a contrapartida de 8 salários mínimos anuais e 250 volumes caso não houvesse, por parte da prefeitura, comprometimento da compra. Ou seja, municípios que comprovassem impossibilidade financeira para a contrapartida. Embora tal medida objetivasse a atualização do acervo e a sua constituição de acordo com as necessidades e gostos dos usuários locais, ela não se efetivou de forma satisfatória por dois motivos: primeiro, devido à qualidade do acervo doado pelo Instituto, que além de não apresentar vínculos com o interesse da comunidade, acabava por repetir títulos por não possuí-los em quantidade suficiente para formar o lote de doação que rezava o convênio; em segundo lugar, a contrapartida das prefeituras, para aquisição de obras a partir das sugestões de usuários, não se realizava com a necessária regularidade, seja por falta de livrarias ou distribuidoras nas proximidades, seja por

[44] Segundo Oliveira (1994), o INL publicou e distribuiu traduções latinas, gramáticas tupiguarani, discursos de Epitácio Pessoa e outros políticos; enfim, obras sem interesse para a população em geral. (p. 195).

descontinuidade da administração municipal ou por pura e simples desistência do prefeito em manter o acordo. (OLIVEIRA, 1994, p. 183).

A partir de 1985, com a retomada do regime democrático de governo, o INL passa a entender biblioteca pública como centro de cultura e convivência, e busca suprir as deficiências para as bibliotecas públicas transformando-as em Centros Culturais. Por essa época, uma inovação na forma de aquisição de livros para doação com a utilização da Lei Sarney[45]. Através da Lei Sarney, o INL lançou mão de duas formas de atuação: (1) recebimento de doações de livros por empresas para repasse às bibliotecas conveniadas, em que editoras proporiam ao Instituto listas de obras para seleção e os títulos selecionados seriam adquiridos pelas empresas e doados ao INL para repasse às bibliotecas; (2) o *cheque-livro*, que consistia na seleção de bibliotecas e envio de cheques para que adquirissem, no mercado local, obras sugeridas por seus leitores. Esta ação, desenvolvida nos dois últimos anos de existência do INL, beneficiou 199 bibliotecas públicas e, pela primeira vez, descentralizou os processos de escolha de acervo. (OLIVEIRA, 1994).

De forma geral, o INL foi o órgão de promoção do livro, com políticas voltadas para o livro e para o mercado editorial. A biblioteca pública aparece, em suas ações, mais como o local de recepção de livros que como instituição portadora de especificidades a serem exploradas e modernizadas. A biblioteca criada e disseminada pelo Instituto foi elitista, conservadora e baseada no conceito de guardiã de livros. Suas ações ignoraram as transformações sociais pelas quais passou o país ao se industrializar e não dotou as bibliotecas públicas de equipamentos e serviços que pudessem atender aos novos interesses. Dentro de seu conceito de livro como símbolo de cultura, o Instituto julgava ser suficiente a doação do livro, colocando-o à disposição da população através da biblioteca pública para que fosse por ela usufruído, criando na sociedade o gosto e hábito da leitura. (OLIVEIRA, 1994; ARAÚJO, 2002; MILANESI, 1986, LINDOSO, 2004).

> Sua política pretendia, através da doação de livros, estimular o hábito de leitura na população. Na ótica dos dirigentes do Instituto, a disponibilidade de livros nas comunidades teria o dom da geração espontânea de leitores. Os livros presentes nas comunidades promoveriam o interesse pela leitura e, conseqüentemente, pela formação de seu hábito. Encontravam-se exemplos desta postura do INL nos convênios com as prefeituras iniciados em 1956 e na

[45] Lei de incentivo fiscal para a cultura, substituída, posteriormente, pela Lei Rouanet.

> implantação das minibibliotecas[46], em 1968. Mas esta concepção revelava, sim, um completo desconhecimento dos mecanismos ligados ato de ler, da geração do hábito de leitura e dos interesses de leitura das comunidades. O objetivo de formação do habito de leitura não podia concretizar-se, uma vez que o INL desconhecia como e por que o leitor lia (sua motivação pela leitura) e o que lia (o seu gosto). Também não propunha atividades que despertassem a motivação do leitor para a leitura e para outras formas de comunicação. (OLIVEIRA, 1994, p. 192).

Apesar de sua limitação na formulação de políticas para bibliotecas públicas, Oliveira (1994) considera ter o INL dado importantes contribuições ao desenvolvimento do equipamento: (1) colocando-a na agenda da política nacional; (2) possibilitando o crescimento de acervos para a maioria das bibliotecas conveniadas, que viviam basicamente das doações do Instituto; (3) apoiando o desenvolvimento da biblioteconomia no país.

No que diz respeito à estrutura administrativa, o INL passou por algumas modificações ao longo de sua vida, modificações estas que interferiram, por vezes, em seus projetos e ações. Criado como Instituto ligado ao Ministério da Educação, assim permaneceu até 1986, quando passou a integrar o recém criado Ministério da Cultura. Esta mudança representou uma significativa redução no orçamento, inviabilizando muito de suas atividades até então desenvolvidas. (OLIVEIRA, 1994). Antes, entretanto, já havia sido possível identificar, segundo Oliveira (1994), uma queda nas atividades do Instituto quando foi incorporado, em 1981, à Fundação Pró-Memória.

Após um diagnóstico sobre sua situação, em 1986, este acabou formando, com a Biblioteca Nacional, a Fundação Pró-Leitura, criada em 1987 e subordinada ao MinC. “A mudança da Pró-Memória para a Pró-Leitura, não provocou alteração significativa nas funções do INL em relação à biblioteca pública como veículo de informação.” (OLIVEIRA, 1994, p.156). O Instituto Nacional do Livro foi extinto, assim como o MinC, no ano de 1990, sob o governo Collor.

[46] Pequenos carros adaptados para transporte, exposição e empréstimo de livros para leitura no local (por 3 horas). (OLIVEIRA, 1994, p. 101).

4.2 – Outras iniciativas: o Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, 1935 e o Sistema Estadual de Bibliotecas de São Paulo, 1983

Para Milanesi, a primeira experiência de real popularização da biblioteca pública se deu na cidade de São Paulo no início dos anos 30 do século XX, com a administração pública de caráter progressista conduzida por um segmento do setor aristocrático cafeeiro. Primeiro por sua proposta de política de desenvolvimento cultural, com a criação, pela primeira vez na administração pública, de um departamento específico para a área; depois, por pensar a biblioteca, nesse contexto, como um equipamento para toda a sociedade, incluindo proletários, moradores de bairros periféricos, crianças, estudantes. Entretanto, a experiência sofreu sérios reveses com a mudança dos ventos políticos, que alijou do poder a facção progressista de São Paulo em meados da década de 30. (MILANESI, 1986). Era uma política de desenvolvimento da biblioteca pública, desvinculada da questão do livro, isto é, da promoção do livro em primeiro lugar, como aconteceu nas propostas do INL.

> O Departamento de Cultura, se não deu um novo conceito para esse termo, reforçou uma nova tendência: Cultura como algo que se distinguia da instrução escolar e ia além do simples divertimento. Se a própria educação, dentro da estrutura administrativa brasileira, bailou sob diversas denominações, mais deslocada ainda ficava a atividade cultural, que acabou encontrando abrigo no Ministério da Educação e Cultura. A prefeitura de São Paulo criava em 1935 um Departamento de Cultura, equivalente a uma secretaria.
>
> Paulo Duarte, Mário de Andrade e outros jovens mais ou menos sonhadores (...) imaginaram e propuseram um órgão que, além de um Gabinete de Diretor, tivesse cinco divisões: Divisão de Expansão Cultural, Divisão de Educação e Recreio, Divisão de Documentação Histórica e Social, Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos e Divisão de Bibliotecas. (...) Os homens que imaginaram o Departamento foram nomeados para dirigi-lo. (...)
>
> O desempenho de Mário de Andrade como teórico da Cultura e administrador do Departamento impulsionou aquele órgão para uma ação adiantada no tempo brasileiro. Um exemplo concreto disso é a biblioteca. Na época, existiam duas bibliotecas públicas em São Paulo: a do Estado, na praça João Mendes, e a Municipal, na rua Sete de Abril. Foram reunidas (o que permite avaliar a força da capital frente ao interior), surgindo, então, a Biblioteca Pública Municipal instalada em prédio planejado para ela e suntuoso para a época. Em dois anos de

> atuação (1935-1937), as realizações foram intensas, deixando marcas e influenciando as atividades culturais a partir de então. O Departamento de Cultura, bem como a sua Divisão de Bibliotecas, tiveram exatamente dois anos de ação sob o comando de Mário de Andrade. O órgão público persistiu, reduzido pelas dificuldades posteriores, mas tudo foi direcionado pelo impulso inicial. (MILANESI, 1986, p. 77-79).

A outra experiência avançada, ainda segundo Milanesi, deveu-se à criação do Sistema Estadual de Bibliotecas, desenvolvido na Secretaria de Estado da Cultura, Divisão de Bibliotecas, governo Montoro. Ele, Milanesi, elaborou e propôs o projeto ao então candidato a governo estadual, referente à criação de um sistema estadual de bibliotecas que pudesse ser um avanço em relação às propostas já apresentadas.

Segundo suas palavras:

> (...) naquela época estávamos muito tranqüilos na campanha do Montoro porque ele veio depois de anos de ditadura, e ali estavam os que se opunham à ditadura, como Zé Gregório, Serra, Fernando Henrique, Ruth, enfim, muita gente e muita gente da universidade. Não tinha PT, ainda. Nós éramos o outro lado da ditadura. Então eu fiz uma proposta e depois foi aprovada por um grupo pequeno. Eu expus, fiz um documento, que é uma página com seis itens. E mandei para todos os outros bibliotecários também. Em suma, o que queríamos era alterar o conceito de biblioteca pública, era mexer no conceito. E nessa ocasião eu estava fazendo o meu doutorado, esse que se chama *Ordenar para desordenar*. Então, a idéia básica era fazer de cada biblioteca pública um espaço cultural. Só isso mudava tudo, mudava tudo! Não era mais um acervo! Isso em 1982. Eu tive muitos problemas no meio da biblioteconomia, eu virei qualquer coisa menos bibliotecário, exatamente porque eu dizia que biblioteca só com acervo não se sustenta mais, e nem tinha internet na época... Ainda mais hoje... hoje é outra coisa... [por causa da internet]. Então quando o Montoro venceu, me chamaram lá na Secretaria (...). (informação verbal)[47].

O Sistema Estadual de Bibliotecas tinha por objetivo integrar as bibliotecas dos municípios do Estado e alterar o seu perfil de atuação, pretendendo dinamizá-las e torná-las

[47] Entrevista com Luís Milanesi em 17 mar. 2006.

centros de cultura, com oferta de serviços e participação efetiva da comunidade e dos agentes culturais do local.

> Seu objetivo era criar condições para o desenvolvimento de bibliotecas nos municípios, integrando-as, mediante convênio entre a Prefeitura e a Secretaria de Estado da Cultura, num Sistema que garantiria apoio técnico, administrativo e recursos mínimos para seu funcionamento.
> (...)
> O Sistema, além de facilitar a criação, o desenvolvimento e a integração das bibliotecas dos municípios, trazia em seu bojo um nova concepção de biblioteca pública, encarada como centro de convivência e informação, o que ampliava suas tradicionais funções de mantenedora e provedora de documentos, particularmente de documentos bibliográficos.
> (...)
> Além disso, o projeto do Sistema era portador de uma idéia de descentralização que tinha por objetivo estimular a "gerência" da biblioteca pela comunidade, abrindo à população a possibilidade de montar o seu próprio projeto de bibliotecas e participar efetivamente de suas atividades. (ALMEIDA, 1989, p. 2-4).

O convênio que o Sistema estabelecia com as prefeituras previa repasse de verbas para contratação de bibliotecário e inserção da biblioteca na coordenação do Sistema, que incluía, entre outras coisas, orientação de atividades, envio de boletins e noticiários, esclarecimento de dúvidas e auxílio na execução de trabalhos, além de reuniões periódicas com a coordenação. (MILANESI, 2006; ALMEIDA, 1989). Este convênio não previa o envio de acervo ou equipamentos, pois partia da idéia que o acervo deveria ser construído a partir das necessidades de cada localidade e com a participação da comunidade. Apostava na figura do bibliotecário, entendido pelo diretor do Sistema como elemento central para a mudança do perfil das bibliotecas públicas. Entretanto, conforme nos disse em entrevista, essa condição se mostrou equivocada, além de representar problemas para a administração municipal, o que levou à sua modificação.

Nas palavras de Milanesi, os acertos e equívocos do convênio no Sistema:

> (...) nós tivemos ganhos, muitos ganhos. Tínhamos uma série de publicações, exposições itinerantes, que mudou tudo nas bibliotecas. A forma de aquisição de livro não era por doação, não sou eu que determino aquele pacote de uma maneira paternal. Nós fizemos coisas que foram fortes. A nossa proposta era mandar recursos para o município definir o que queria comprar. Evidentemente aconteciam os maiores absurdos. A bibliotecária ou a funcionária que estava lá [na biblioteca] era espírita e só comprava livro cardecista. Agora, existe isso? Existe. E se nós mandarmos os livros vai mudar essa mentalidade? Não, essa mentalidade continua do mesmo jeito. No instante em que as pessoas começam a receber livros cardecistas, a comunidade que discuta aquilo, eu vou muito por aí. E algumas pessoas acham que não, [acham] que nós determinamos o melhor e nós mandamos o melhor.
>
> (...)
>
> eu imaginava que se eu tivesse profissionais habilitados, as coisas aconteceriam. E eu comecei a ter profissionais habilitados e as coisas não aconteciam.
>
> (...)
>
> Tinha uma rejeição dos próprios bibliotecários, com raras exceções. Tinham poucos profissionais que captaram isso [a proposta]. A maioria ficava perplexa porque diziam saber catalogar e classificar e não fazer exposição. “Eu tenho que fazer exposição? Não sei fazer isso. Isso não é coisa minha”. E, às vezes, em biblioteca maior, a bibliotecária simplesmente transferia isso para outra pessoa fazer. Dava-me um desconforto enorme... Nós tivemos questões esdrúxulas ligadas ao dinheiro. Eu repassava, suponhamos hoje, 1500 reais para contratar um profissional, por cidade. O município achava um absurdo eu repassar tudo isso para contratar pessoas. Era muito dinheiro. E daí começou a avolumar reclamação do tipo: “A bibliotecária vai ganhar mais que a minha secretária da cultura?” E o decreto Montoro era nítido: aquele dinheiro era para pagar o profissional. Resultado: algum tempo depois eu obriguei o pobre Montoro a mudar o decreto. Então nós abrimos a opção: pagar o profissional e o que sobrar, ou seja, se quiser pagar 500 reais, paga, e vai sobrar mil, esses mil eram destinados a livros e equipamentos. Se o município já tivesse o profissional, ele poderia usar os 1500 reais para comprar livros, equipamentos, o que ele quisesse. Então, eu tive tantos problemas com o modo de administrar, o uso completamente desviado dessa verba que a gente passava... A bibliotecária me

> ligava e dizia que o prefeito estava usando [a verba] para outra coisa... E depois ele apresenta as comprovações de que usou [a verba] direitinho.
> (...)
> eu peguei alguns casos desses. Eu não sei até que ponto isso foi significativo ou não. Mas eram essas coisas que você sabia. Para ter um programa, você tem que mexer com costumes, com valores... você tem que ter uma ação de presença forte. Como fazíamos isso? Dividíamos por região, aquelas regiões administrativas [do Estado], dentro tinham as sub-regiões. Então na região de São José dos Campos, tinha [o município] a de Cruzeiro, a de São José dos Campos, tinha a de Jacareí... enfim, são as sub-regiões. E nós fazíamos uma reunião a cada três meses nas sub-regiões, em cidades que quisessem organizar. Eu andava feito um louco! Nós nos reuníamos para discutir experiências, problemas, a cidade oferecia um almoço para o grupo e foi assim uma grande oportunidade de mudar mentalidades. E, às vezes, a própria ação em si mudava mentalidades. (informação verbal)[48].

Almeida (1989), ao analisar a estrutura do Sistema, conclui que ele, embora tenha sido elaborado com o intuito de provocar a participação das comunidades do local, não conseguiu fugir à estrutura centralizadora e hierárquica. Havia os canais de participação, mas as decisões eram centralizadas na coordenação do Sistema.

> Muitos participavam dessas decisões, mas, raramente, aqueles que eram diretamente envolvidos e afetados pelo Sistema, aqueles que eram parte integrante do Sistema e sem os quais este não existiria. A voz da comunidade chegava apenas até a fronteira do município; as outras decisões eram do Estado e podiam ser resolvidas em negociações, mas não possuíam um canal legítimo de expressão. O Sistema, talvez por descuido ou por sua própria natureza, era autoritário e hierárquico. (ALMEIDA, 1989, p. 153).

Outra questão apontada por Almeida (1989) diz respeito ao fato de que, ao serem incluídas no Sistema, as bibliotecas municipais passavam a ser tratadas como centros de informação e convivência. O Sistema entendia que as bibliotecas deveriam desenvolver trabalho político a partir da informação, deveriam ser um instrumento de transformação social. O entrave estava justamente na compreensão desse novo papel por parte dos bibliotecários, pois

[48] Entrevista com Luís Milanesi em 17 mar. 2006.

para participação ativa na vida pública do local exigiria deles, entre outras coisas, grande habilidade política, e talvez eles não tenham sido capazes de compreender ou de efetivar este seu novo papel, previsto pelo Sistema. (ALMEIDA, 1989, p. 159).

5 – Uma biblioteca em cada Município

5.1 – Concepção do projeto, críticas e debates

A gestão Francisco Weffort teve por desafio a consolidação do MinC, abalado seriamente pelo desmonte ocorrido sob o governo Collor.

> (...) [o] MinC, que não existia, tinha acabado de ser recriado, pois era uma secretaria. O Collor tinha afundado o Ministério, tinha destruído as instituições. Uma parte da nossa função era reconstruir o MinC. (...) Os outros Ministérios tinham continuidade, nós chegamos lá e não tínhamos números, não tínhamos mapa, não sabíamos nada! Nós não tínhamos nem Ministério, na verdade, [pois] as pessoas tinham sido dispersas, o *know-how* do Ministério tinha sido disperso.
> (...)
> Ele [Weffort, Ministro da Cultura], me deu carta branca no Ministério. De início ele me nomeou Secretário de Políticas Culturais, que é a mesma coisa que carta branca (...), aí eu decidi que no PPA o que nós tínhamos que fazer eram bibliotecas, que biblioteca é questão séria. O resto a cultura ia tocar de qualquer jeito, mas biblioteca ninguém estava tocando e isso nós tínhamos que fazer num programa de governo. Aí eu comecei a entender a questão, e aí eu virei um cara da leitura, coisa que eu não era antes.
> (...)
> nós sabíamos uma coisa básica, que o problema da cultura no Brasil não era a produção, mas a distribuição, isto é, que não tem teatro, não tem cinema, não tem centro de cultura. E, no Brasil, bastava olhar em volta para saber que não tinha bibliotecas. A população não tinha a tradição, não é só a tradição literária, mas tudo aquilo que a informação escrita traz para a cultura de um povo era praticamente inacessível à nossa população. Então nós precisávamos ter um

> programa de bibliotecas. E nós inventamos esse programa, chamando-o de *Uma Biblioteca em cada Município*. (informação verbal)[49].

De acordo com o MinC, em 1997 existiam cerca de 5.515 municípios no país, dos quais aproximadamente 2.316 não possuíam bibliotecas públicas, ou seja, 42% do total das cidades brasileiras com população estimada em 21,5 milhões de pessoas[50].

O MinC criou a Secretaria do Livro e Leitura/SLL, tendo como secretário Ottaviano De Fiore, e através dela concebeu, no ano de 1995, o projeto *Uma Biblioteca em cada Município* destinado a ampliar a rede de bibliotecas públicas pelo país, entendendo ser a biblioteca equipamento essencial no acesso democrático ao livro e na difusão cultural.[51]

O objetivo do projeto foi, em linhas gerais, dar condições de abertura de uma biblioteca pública nas cidades que não possuíssem tal equipamento ou revitalizar bibliotecas com serviços deficitários. (Projeto *Uma Biblioteca em cada Município*, 2001).

O orçamento, em nível federal, foi garantido pela inserção do projeto como ação permanente do governo, previsto pelo Plano Plurianual, PPA. Contava com o valor fixo de 2 milhões de reais por ano.[52]

No total, segundo De Fiore, foram gastos entre 65 e 70 milhões de reais com o projeto, sendo uma parte captada por meio da Lei Rouanet e o resto proveniente do orçamento federal.

> Eu devo ter gasto de 65 a 70 milhões de reais no total, sendo uma parte captada fora, com a Lei Rouanet, não foi todo do orçamento. Isso não chega a ser 1/5 do que foi gasto para fazer 10 filmes no Brasil. Um só filme você faz uma revolução cultural na leitura do povo. Só que a força organizacional do cineasta no sistema da cultura é muito maior do que o pessoal do livro. A questão é fazer

[49] Entrevista com Ottaviano De Fiore em 10 out. 2004.
[50] CULTURA no Brasil 1997. Disponível em: http//www.minc.gov.br/textos/tm03.htm#8.1
[51] "A biblioteca pública é uma instituição fundamental para o desenvolvimento educacional, cultural e social dos povos modernos, que não pode ser encarada como um simples depósito de livros. (...) É uma das ferramentas fundamentais na batalha que estamos travando para tornar o Brasil uma nação letrada". In: SECRETARIA DO LIVRO E LEITURA. Programa Uma Biblioteca em cada Município. Brasília: 2001. p. 4.
[52] Segundo entrevista de Ottaviano De Fiore em julho de 2005, todos os ministérios do governo foram chamados a apresentar programas que considerassem importantes e que seriam desenvolvidos ao longo do governo, com dotação orçamentária garantida pelo PPA. O MinC apresentou os projetos *Bandas de Música* e *Uma Biblioteca em cada Município*. Não houve, segundo este mesmo depoimento, base em nenhum estudo sobre deficiências da rede de bibliotecas públicas no país. A decisão de propor o projeto se deu sob o suposto, fartamente comentado, acerca da falta de bibliotecas públicas no Brasil. Os valores estipulados foram definidos segundo cálculos da equipe proponente, sem levantamento prévio dos custos da operação.

> com que o pessoal do livro adquira a força do pessoal do cinema. Nós vamos lutar por isso, justamente. (informação verbal)[53].

Conseguir dinheiro para manter o projeto foi, segundo De Fiore, o grande desafio de sua administração à frente da Secretaria do Livro e Leitura. Os 2 milhões de reais previstos pelo PPA não eram suficientes, o que exigia do Secretário buscar complemento na votação do orçamento no Congresso. Ele descreve o orçamento da união como uma peça de ficção, de difícil entendimento e que acaba por criar uma forma tosca de trabalho com o mercado externo, os fornecedores, pois o dinheiro demora a ser liberado e as transações são todas feitas na base das promessas de realização.

> O planejamento não era suficiente. O planejamento é uma peça de ficção. Você vai à Câmara dos Deputados, que podem fazer mudanças [no orçamento. Individualmente ou em grupo]. Devido ao jogo, o orçamento sai do Congresso mais alto do que entrou e do que poderá ser pago pelo governo. Depois que foi votado no Congresso, as interferências do governo diminuem, mas [ele, o governo] pode fazer um corte linear e contingenciar, pagar tudo no fim do ano. Ao pagar no fim do ano cria um problema para os ministérios porque [ministérios] só [podem] gastar os duodécimos [dinheiro que recebe por mês] e [com os quais] não se consegue fazer muita coisa. Então você faz promessas, monta tudo e paga de uma vez no final do ano. (informação verbal)[54].

Lindoso (2005) também critica seriamente os trâmites do orçamento na União.

> Esse negócio de execução orçamentária é uma das coisas mais complicadas que tem na administração pública. Porque a coisa entra no orçamento, mas até o Ministério da Fazenda liberar é um problema enorme. E muitas vezes libera no final do ano, na expectativa de que os Ministérios não consigam executar o

[53] Entrevista com Ottaviano De Fiore em 10 out. 2004.
[54] Entrevista com Ottaviano De Fiore em 10 out. 2004.

orçamento. É uma malandragem, além de outras que existem, (...) pelo sistema de administração federal. Porque, por exemplo, a verba do Fundo Nacional da Cultura, que vem da loteria, eles pegam e transferem para o Gabinete do Ministro e contingenciam a verba orçamentária. Isso provoca uma enorme distorção no orçamento do MinC porque o Gabinete do Ministro fica com muito dinheiro para gastar, mas os programas do Ministério não conseguem ser executados. Então aquilo que era para ser um acréscimo, o dinheiro da loteria do Fundo Nacional de Cultura, fica na verdade fazendo uma coisa manca no MinC porque é transferido diretamente para uma verba que é manejada pelo Gabinete do Ministro, enquanto os programas do ministério ficam a ver navios.
(...)
[a] execução orçamentária do MinC é extremamente precária e contrasta com a execução orçamentária do Ministério da Educação sempre, por várias razões. Primeiro, o Ministério da Educação consegue, por sua força política e porque o FNDE recebe recursos específicos para isso, executar os programas da forma prevista. Isso, aliás, foi uma das grandes virtudes da administração do Paulo Renato porque, antes dele, também era muito caótico o programa do livro didático em termos de cronograma de execução. Havia atrasos, havia dificuldades em definição de prazos... Paulo Renato, uma das coisas que ele conseguiu, realmente, foi estabelecer um cronograma bem fechado, de forma que havia um período de inscrição dos livros no programa, avaliação, negociação com as editoras, entrega e pagamento sem problemas. (...). O MinC nunca conseguiu fazer isso. E não conseguiu fazer por conta dessas questões orçamentárias e, também, por conta de que o MinC não tem estrutura. O MinC, até hoje, acredito, não é um Ministério que tenha uma estrutura operacional minimamente eficiente. As coisas simplesmente não conseguem ser feitas lá. Você não tem funcionário, (...) as pessoas não são preparadas... Só nos dois últimos anos do governo do Fernando Henrique eles fizeram alguns concursos para gestores de administração pública, chegaram algumas pessoas que conseguiram organizar em algum nível e tal... Mas, de qualquer forma, a execução orçamentária do MinC, no geral, é muito precária. Pode ser que tenha melhorado... (informação verbal)[55].

[55] Entrevista com Felipe Lindoso em 6 set. 2005.

A efetivação do projeto deu-se através de convênio firmado com os municípios, por meio do qual o MinC disponibilizaria verba para a aquisição de livros, equipamentos e mobiliário[56]; em contrapartida, os municípios entrariam com toda a infra-estrutura necessária (prédio, linhas telefônicas, funcionários). Deveriam, ainda, efetivar a criação da biblioteca através de Lei Municipal, para garantir sua inclusão no Orçamento Municipal e ter garantidos os recursos para sua manutenção e desenvolvimento.

Houve quatro formas de apresentação do projeto aos potenciais interessados: 1., envio de e-mail, por porte do MinC, às secretarias estaduais e municipais de cultura de todo o território, divulgando a existência do projeto e convidando para colaborar em sua divulgação; 2., contato direto com pessoas que o MinC considerava em posição de agente multiplicador, tais como prefeitos, vereadores, deputados, governadores; 4., localização e contato com instituições locais que funcionassem como "facilitador legítimo". Ou seja, instituição ativa na localidade e conhecedora de sua realidade, capaz de ajudar a escolher quais entidades ou instituições poderiam receber o projeto, sendo esta última forma a aplicada sistematicamente a partir de 1999, com a entrada do Instituto Brasil Leitor na viabilização da implementação do projeto.[57]

No início do projeto, a verba repassada aos municípios era de 40 mil reais em dinheiro, que deveriam ser distribuídos entre formação de acervo e mobiliário. O acervo compreendia cerca de 2.500 títulos, entre os quais uma enciclopédia Barsa, dicionários e obras de referência, literatura infanto-juvenil, para-didáticos de vários tipos, literatura adulta nacional e internacional, clássica e recreativa, obras de cultura geral. Uma lista de títulos era oferecida em caráter de sugestão.

A montagem do projeto nesses termos contou com a participação de profissionais da indústria editorial através da formação da Câmara Setorial do Livro[58]. E as vantagens apontadas

[56] Como veremos mais adiante, após dois anos de funcionamento do programa, o repasse em dinheiro foi substituído pelo envio de *kits*: 2 mil e 500 títulos de livros, mobiliário necessário e material de treinamento aos regentes das bibliotecas.

[57] A descrição dessa logística operacional foi apresentada pelo sr. William Nacked, presidente do Instituto Brasil Leitor, parceiro do MinC na implementação do projeto, em depoimento colhido em 21 de julho de 2005. Houve, entretanto, outras formas do programa chegar aos municípios, segundo informação de De Fiore em depoimentos colhidos em outubro de 2004 e 18 de julho de 2005: indicação por parte de deputados federais, como forma de agradar suas bases eleitorais locais, e por uma pesquisa de seleção realizada pelo MinC segundo indicadores de concentração populacional, educação e renda, e procura voluntária dos municípios.

[58] Criada no início da gestão FHC, em 1995, a Câmara Setorial do Livro e da Comunicação Gráfica surgiu como uma tentativa de integrar ações dos diversos setores profissionais ligados ao livro. Era formada por editores, autores, professores e funcionários públicos. Dos encontros realizados, surgiu o anteprojeto de Lei do Livro e um documento propondo metas e indicações de política cultural, que projetava ações até o ano de 2000. As atividades da Câmara Setorial do Livro encerraram-se em 1996 e suas propostas não foram levadas à prática. Ver LINDOSO, 2004, p. 140-141.

por eles para a adoção deste formato, eram: ajudar no fortalecimento de editoras e livrarias locais e na divulgação da literatura regional.

Raul Wassermann, presidente da Câmara Brasileira do Livro, CBL, de 1999 a 2003, assim justifica as vantagens da compra descentralizada de livros, defendida pelos profissionais do ramo através da Câmara Setorial:

> [A Câmara Setorial] foi um raro exemplo de união das classes editorial, papeleira, livreira, governo, gráfica e etc. Tanto é que acabou sendo Câmara Setorial da Comunicação Gráfica, não ficou só Câmara Setorial do Livro. (...) naquela Câmara Setorial se criaram várias comissões e os resultados foram muito bons, os documentos que saíram de lá foram muito bons. Saiu de lá um projeto de lei do livro, saiu de lá um estudo do que se esperava do livro depois do ano 2000... Nesse estudo havia uma coisa interessantíssima, mostrava que se o governo deixasse de comprar livro diretamente e fizesse a compra via distribuição de verbas ou vales, ou seja lá o que for - foi até feita uma experiência com cheque-livro, com a Biblioteca Nacional, no tempo do Márcio de Souza e deu certo – se [o governo] fizesse esse tipo de distribuição [distribuição de vales ou chque-livros], fazendo com que as escolas comprassem nas suas comunidades, seria possível dobrar o número de livrarias, porque teriam que surgir livrarias para esse atendimento (...); custaria um pouco mais caro para o governo, mas isso geraria um número tal de empresas que haveria retorno não só devido ao imposto, mas devido a um aumento do número de leitores. (informação verbal)[59].

Após dois anos de funcionamento do projeto, houve mudança na modalidade de repasse de verbas. Os motivos foram alguma suspeita de fraude, por parte das prefeituras, na compra do acervo e dificuldades do MinC em obter prestação de contas dos municípios. Com fiscalização insuficiente, a Secretaria do Livro e Leitura decidiu mudar a operacionalização do projeto. O repasse em dinheiro foi substituído pelo envio de um *"kit"* contendo os livros, o mobiliário e o material para capacitação do "regente de biblioteca"[60]. Se perdia em oportunidade de

[59] Entrevista com Raul Wassermann em 26 de jan. 2006.

[60] "Regente de Biblioteca" foi a designação dada, pela equipe que elaborou o projeto, ao profissional selecionado para administrar a biblioteca aberta. Por não haver a exigência para que a prefeitura beneficiada contratasse um

movimentação do mercado editorial regional, segundo a argumentação da equipe do MinC, ganhava em custos, pois a compra centralizada pelo Estado federal diminuiu o valor por unidade e conseqüentemente fortaleceu o poder de compra do Ministério.

> Nós chegamos à conclusão de que não se deve dar dinheiro na mão de prefeito. Então mudamos. Dar dinheiro vivo tinha dois motivos que provieram das reuniões da câmara setorial do livro, isso é uma demanda da CBL e do Sindicato Nacional de Editores de Livros, que nos ajudaram bastante, politicamente. A primeira razão era ajudar as editoras e livrarias locais, porque com isso você favorece o comércio local de livros, tanto editoras quanto livrarias. O segundo argumento era que todas as compras feitas a partir de uma lista única representam um viés do Estado e que seria muito melhor se as pessoas pudessem comprar literatura regional. Eles sempre citavam exemplos, verdadeiros, como Maranhão e Rio Grande do Sul, que têm movimentos editoriais próprios muito bons. Têm um monte de escritores, gente que não é lida fora do Maranhão. (informação verbal)[61].

Ou seja, a literatura regional poderia ser ajudada através do mecanismo da compra local. Os dois argumentos eram bons, segundo De Fiore, mas havia dois contra-argumentos melhores:

> (...) Primeiro, compro muito mais livros se eu comprar por atacado das editoras. Acabo pagando 50% do preço e duplico minha verba para a compra de livros. A compra por atacado tem uma lógica própria. Segundo, os benefícios da primeira versão não compensavam os malefícios dela. Tem a incompetência dos prefeitos, a falta de livrarias, a corrupção do sistema público que compra todos os livros de auto-ajuda do distribuidor – isto eu vi com meus próprios olhos!
> (...)
> Então isso era um malefício da primeira versão que você não consegue compensar porque não consegue fiscalizar. Claro que a gente pedia todas as

profissional da área de biblioteconomia, este não poderia ser chamado de bibliotecário. Daí a importância, também, do material de formação, ensinando princípios de catalogação, controle de empréstimos e relacionamento com o usuário, entre outros.

[61] Entrevista com Ottaviano De Fiore e, 10 out. 2004.

> contas, mas nós não temos funcionários suficientes... então não dá. Nós decidimos fazer o seguinte: comprar por atacado e dar a biblioteca pronta. (...) Não basta o pessoal das coordenadorias regionais da Ordem dos Bibliotecários ir lá [à prefeitura] porque não tem força junto ao prefeito. Eles recebiam a lista [de livros] e iam falar na prefeitura e acabavam falando com terceiro escalão, subsecretário que não tinha efetividade nenhuma dentro da hierarquia decisória. Não adiantava, era inútil. Nós tínhamos que dar o prato feito para eles. Se nós quiséssemos excelência, nós tínhamos que dar o prato feito e tínhamos que dar o treinamento para os funcionários, isso era uma coisa que tinha que ser feito junto. Então essa foi a segunda fase, que foi a maior parte de tempo [de execução] do projeto. (informação verbal)[62].

Esta segunda fase contou com a participação do Departamento de Biblioteconomia da UnB, que montou equipe para avaliar os títulos enviados pelas editoras. Através de edital, o MinC pedia às editoras que enviassem os títulos de seu catálogo. No Departamento de Biblioteconomia, esses títulos eram avaliados pela equipe responsável quanto à aparência gráfica, à qualidade e ao tema, e recebiam classificação de 1 a 5. Apenas os livros com classificação a partir de 3 seriam selecionados para compra. Consultoria a especialistas buscou garantir a inclusão de títulos importantes que poderiam não aparecer na lista das editoras, caso dos esgotados, por exemplo. (DE FIORE, depoimento, 2004).

A composição dos títulos oferecidos às bibliotecas passou a ser, nesta fase: 60% de títulos infanto-juvenis, 40% de títulos voltados para a literatura de lazer para adultos, incluindo *best-sellers*, literatura nacional, ensaios, literatura internacional, ficção científica e obras de referência.

> Nós tínhamos um convênio com a Universidade de Brasília, a UnB, abertamente a Faculdade de Biblioteconomia, [que] criou uma comissão e um mecanismo de seleção da oferta [de títulos] das livrarias e editoras. Nós fizemos um edital pedindo a elas [livrarias e editoras] que mandassem os exemplares que elas queriam vender, para o Departamento de Biblioteconomia da UnB. Lá, a professora Walda Antunes, muito competente na área, e que foi a responsável

[62] Entrevista com Ottaviano De Fiore em 10 out. 2004.

> por isso, dividia esses livros por assunto e entregava para grupos de alunos monitorados por um professor. Eles [os livros] eram julgados por uma ficha que incluía aparência gráfica, interesse do tema, qualidade do livro, texto e etc., e recebia de 3 a 5 estrelas. Os de 1 e 2 estrelas não entravam na seleção.
> (...)
> Todo ano essa lista mudava um pouco de acordo com as novas ofertas das editoras. Mas havia um bloco básico que mais ou menos se mantinha. Nós utilizamos também a indicação de especialistas para áreas que não iam aparecer na lista das editoras.
> (...)
> Então o [município] recebia os livros, as estantes e um curso de treinamento que começou a ser feito pela própria professora Walda.
> (informação verbal)[63].

Lindoso (2005), discorda radicalmente do argumento apresentado pelo MinC para a mudança de repasse em dinheiro para a doação dos *kits*. Para ele, a mudança, baseada em fraudes não comprovadas, só fez contribuir para que o mercado editorial regional, envolvendo editores, livreiros e escritores, continuasse sem assistência e em desvantagem em relação ao mercado editorial sediado no sudeste, além de sacrificar a participação da comunidade na escolha do que lhe interessa para ler.

> Eu acho o seguinte: se você está fazendo uma biblioteca nova, de alguma forma tem que definir um acervo para ser levado para essa biblioteca. Até aí, você tem uma justificativa para ter uma lista oficial, avaliada por todos os especialistas e técnicos do mundo e etc. Mas essas listas, mesmo essas, têm um defeito básico fundamental: elas não respeitam ou elas não partem da necessidade dos usuários das bibliotecas. Elas partem da idéia de que alguém ou um grupo de 'alguéns', sábios, decidem o que é bom para estar numa biblioteca. Por conseguinte, o que não está nessa lista não é bom ou não é tão bom quanto deveria ser. Então você tem uma exclusão de uma quantidade de livros que obviamente as pessoas estão atrás e não os encontram porque não entram nas listas. Você não encontra numa compra do governo federal centralizada que inclua, por exemplo, Paulo Coelho,

[63] Entrevista com Ottaviano De Fiore em 10 out. 2004.

para citar o nunca esquecido, No entanto, pessoas vão eventualmente atrás de Paulo Coelho porque não é à toa que ele é um *best seller*, as pessoas querem lê-lo.

(...)

Quer dizer, as listas têm esse traço altamente autoritário da definição... há os sábios que dizem o que é bom para as pessoas lerem e não [há] o respeito à autonomia do leitor. No mundo ideal, no meu entendimento, o que deveria ser feito? Uma avaliação permanente dos títulos publicados. Avaliação não no sentido de dizer se bom ou ruim, mas avaliação no sentido de dizer para qual público aquele tipo de livro se apresenta [interessa]. Então, eu não vou dizer que é ruim Paulo Coelho. Do ponto de vista de um gestor de um programa de bibliotecas, eu não tenho direito de dizer, para um usuário, que ele é um imbecil ou coisa que o valha porque ele está lendo Paulo Coelho ou Zíbia Gasparetto. Isso é um problema dele. Como cidadão ele lê o que quer, aliás isso está na Constituição. Eu posso, como gestor, e tem os problemas obviamente das limitações de recursos, colocar um espaço para que essas necessidades apareçam nas aquisições das bibliotecas, porque também, sei lá, no município do interior a pessoa está pedindo os livros da Embrapa[64] e não está pedindo o *Gerente de um minuto*... porque a Embrapa tem uma coleção de livros técnicos interessantes... mas está pedindo também a Zíbia Gasparetto, o Paulo Coelho e sei lá mais quem.

(...)

[Sobre] a desqualificação das compras feitas pelos prefeitos. Eu não estou dizendo que os prefeitos... pode até ter havido trambique, tramóia de gente que foi lá e pagou comissão para o prefeito e vendeu saldo [de estoques], sei lá o que... pode, pode ter havido tudo isso. Certamente houve vários casos desses, não estou duvidando [em] nenhum momento disso porque se conhece suficientemente a realidade, só que o problema não se resolve de cima para baixo. Resolve-se com paciência, informação, educação, de forma que os usuários das bibliotecas, eventualmente, possam se acostumar a ter e entender que a biblioteca é um serviço público, que eles têm o direito de ter o serviço [informação] que eles estão precisando e não aquilo que o sábio mandou que eles lessem. (informação verbal)[65].

[64] Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
[65] Entrevista com Felipe Lindoso em 6 set. 2005.

Outras opiniões condenam, em tese, a prática da formação de listas para doação de acervos. Entretanto, na opinião de quem recebeu a doação, a avaliação pode ser mais positiva:

> Os livros são muito bons, um acervo bem escolhido, bem interessante. Inclusive, vieram livros novíssimos, por exemplo, *Senhor dos Anéis*, [que] era quase recém lançado, na época (...). Acabou [a doação] sendo uma renovação total do nosso acervo, uma melhoria. Veio uma Barsa, atualizada... Um acervo que veio a enriquecer e melhorar [a biblioteca]. (informação verbal)[66].

> Quando veio essa doação do Ministério, foi maravilhoso! Veio uma doação de literatura infantil, de que nós estávamos carentes, (...) muito boa. Vieram livros para pesquisa, literatura para adultos... Um acervo muito bem selecionado. Foi esplêndido para nós, caiu como uma luva para as bibliotecas ramais. (informação verbal)[67].

O *kit*, como já dito, incluía, além do acervo e mobiliário, um curso de capacitação para o funcionário responsável pela biblioteca. O curso objetivava informar o funcionário sobre o funcionamento básico da biblioteca, como noções de catalogação, classificação, organização de ficha catalográfica, como se relacionar com o usuário e a comunidade, como elaborar atividades de incentivo à leitura, como criar a Sociedade Amigos da Biblioteca. Curso pensado para ser feito à distância, tendo por material uma fita de vídeo, um livro, um caderno de atividades, que deveria ser enviado para a coordenação do curso; ao completá-las, o participante receberia certificado de conclusão.

Os recursos para a efetivação do curso de capacitação foram viabilizados pela Força Sindical através do FAT, Fundo de Amparo ao Trabalhador, segundo De Fiore (2004) e Antunes (2005).

[66] Entrevista com Elisabete Biondo em 11 jul. 2005. Elisabete é diretora das bibliotecas públicas do município de Barueri, São Paulo.
[67] Entrevista com Carmela Giura em 13 jul. 2005. Carmela é diretora das Bibliotecas Ramais do município de Santo André, São Paulo.

Os termos do convênio entre a SLL e os municípios não exigiam a contratação de bibliotecário para estar à frente das bibliotecas, o que gerou muitas críticas por parte dessa classe de profissionais.

Para os gestores do projeto, não havia a possibilidade de exigir, da prefeitura, que ela contratasse um bibliotecário para o posto, pois são muitos os obstáculos: (1) falta de profissional para assumir todos os postos abertos por bibliotecas públicas; (2) os profissionais existentes dão preferência para trabalhar em grandes centros urbanos; (3) os salários oferecidos pelas administrações públicas locais não são atraentes, pois geralmente muito abaixo do piso da classe.

Segundo Walda Antunes (2005), responsável pela elaboração do curso de capacitação, no Brasil existem, hoje, 30 mil bibliotecários formados,

> E esses 30 mil estão em bibliotecas universitárias, especializadas e outros cargos de planejamento. (...) a interiorização desses poucos profissionais é quase inviável porque os salários nas capitais, cidades maiores, é de outro nível e eles não se interiorizam. Temos casos, mas são raros.
>
> (...)
>
> E a minha proposta foi de elaborar um [curso] usando metodologia de ensino à distância, e que não se trouxesse para as capitais ou cidades maiores, os responsáveis por bibliotecas, mas que o trabalho fosse feito dentro das bibliotecas públicas para a equipe da biblioteca, e que se chamasse, no mínimo, dez pessoas da comunidade, lideranças locais para participarem desse treinamento. Essas pessoas, esse grupo de pessoas, já no segundo encontro dentro do projeto da capacitação, têm a missão de formar a Sociedade de Amigos da Biblioteca. E isso é feito, então, durante o curso.
>
> (...)
>
> Isso é uma providência muito importante porque se cria, começa a se criar, uma massa crítica em torno da questão, do caso da biblioteca pública, e essas pessoas que são membros da Sociedade Amigos da Biblioteca se transformam em verdadeiros agentes culturais, então eles disseminam a questão da biblioteca na comunidade, a questão da leitura e outros projetos culturais que a biblioteca tem sempre na sua programação. (informação verbal)[68].

[68] Entrevista com Walda Antunes em 19 set. 2005.

E sobre as críticas recebidas dos bibliotecários e órgãos representantes da classe ao curso de capacitação, assim se coloca:

> (...) Mas eu já te falei da carência de bibliotecários nessa nossa conversas, e o que a gente viu? Que durante este trabalho, a questão recursos humanos era vital, e hoje eu te digo, se eu tivesse que fazer qualquer programa que não tivesse a questão recursos humanos resolvida, é preferível nem fazer porque não tem andamento... E o que ocorreu? A crítica foi dos profissionais bibliotecários porque, embora sendo um curso em nível de auxiliar de biblioteca, onde se dá orientações mínimas, digamos assim, para que a biblioteca se organize e funcione, os bibliotecários se sentiram temerosos de serem prejudicados com a presença do profissional [não bibliotecário]. (...) Eu tive ameaças de processo ético por conta disso, mas nós não recuamos. Nós fomos adiante e tivemos várias reuniões... Aí a gente mostrava, porque, infelizmente, toda essa preocupação não foi acompanhada, ao mesmo tempo, pela leitura do manual, [em que] a gente diz com extrema clareza que a questão do processamento técnico [classificar, catalogar], são procedimentos técnicos do profissional bibliotecário e se aprende isso na faculdade. Mas a gente dá uma noção de organização da biblioteca para essas pessoas e no manual é dito: "a elaboração das fichas é o que chamamos de catalogação. Esse é um serviço técnico feito pelo profissional bibliotecário, que utiliza regras internacionais para garantir a exatidão do trabalho, de modo a permitir a circulação da informação" [Trecho lido do manual de capacitação]. A gente se cercou sempre dessas ressalvas e tudo o mais. Apesar disso, a crítica foi exatamente dos profissionais bibliotecários inconformados com a penetração do curso. Então nós tivemos um pouco de trabalho para vencer isso. Realmente isso foi o incômodo maior. (informação verbal)[69].

Quando o presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia/ CFB, entre os anos de 2000 e 2002, Fernando Modesto, assumiu o cargo, já haviam sido feitos contatos entre a

[69] Entrevista com Walda Antunes em 19 set. 2005.

presidência anterior e a SLL quanto à possível colaboração do órgão na implementação do projeto. Conta-nos ele que sua primeira providência foi passar a minuta de compromisso que havia recebido, da SLL, para todos os órgãos representantes da categoria, assim como todas as regionais do Conselho. Em resposta, recebeu várias considerações que o levaram à decisão de não assinar o termo de participação. Entre os motivos:

> (...) Bom, eu disse que não poderia assinar esse convênio sem antes abrir um debate dentro da área e conhecer as opiniões de outros órgãos de representação, como FEBAB[70], como as associações e mesmo os Conselhos Regionais que faziam parte do sistema de conselhos de regulamentação profissional dentro da área. (...) Algumas considerações que vieram: não havia manifestação, por escrito, dos termos em que se [daria] a citada parceria com a Biblioteca Nacional, com os órgãos do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas; na coordenação do programa, não havia a figura do profissional bibliotecário, não havia recursos para a contratação de profissionais bibliotecários, priorizava-se a figura do auxiliar de biblioteca e do leigo em geral em detrimento de um profissional habilitado para gerir essas bibliotecas; o programa deveria se chamar "Um Bibliotecário em cada Município", porque a biblioteca só desempenhará sua função na comunidade se tiver um profissional bibliotecário para dirigir as ações. Essas eram as colocações que as pessoas faziam. (...) Além disso, o projeto previa cursos à distância (...) e as colocações feitas eram sobre quais os critérios utilizados pelo MinC para a contratação desse tipo de projeto [curso], a proposta dessa capacitação não mencionava a figura de um profissional qualificado, ou seja, um professor de ensino superior, de cursos de graduação em biblioteconomia como orientadores, por exemplo, ou qualquer profissional bibliotecário (...), havia uma questão ética [sobre] capacitar leigos, [pois] quem capacita é escola. (...) O CFB não poderia fiscalizar aplicações de verbas que seriam utilizadas na constituição dessas bibliotecas, que era o que o Conselho assumiria nesse convênio, quer dizer, por lei o CFB não poderia fiscalizar as aplicações de verba porque isso extrapola as suas próprias funções legais, ele tem um papel apenas no âmbito da profissão e comprometeria o CFB na fiscalização financeira do projeto, e que ele poderia responder ao Tribunal de Contas da União, caso se detectasse algum tipo de fraude ou de desvio financeiro (...).

[70] Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições.

Pessoalmente, Modesto não reconhece o argumento sobre a falta de profissionais como válido para justificar a concepção de um programa federal de incentivo à abertura e revitalização de bibliotecas públicas sem a presença, em sua opinião indispensável, do profissional bibliotecário. Para ele, o desenho do projeto deveria ser outro, possibilitando vencer os obstáculos mais duros, como falta de profissionais e baixos salários.

> (...) Uma biblioteca, na verdade, não é uma pilha, um depósito de livros, mas é um serviço de informação que atua para a formação humana, para melhoraria da sociedade (...), então não é uma questão corporativista, não é isso. É uma [outra] questão, [pois] você tem o profissional que estuda anos, que pesquisa anos, que possui metodologias universais, que domina uma série de padrões, protocolos que são fundamentais para a consolidação desses sistemas, mas que no Brasil é entendido como custo (...). [A Secretaria do Livro e Leitura] justificava, até nos planos do projeto, que muitos municípios não têm como contratar um bibliotecário, que é um profissional caro. A questão não é contratar, existem alternativas que poderiam ser utilizadas, por exemplo, poder-se-ia pegar esses recursos e melhorar a qualidade de vida da própria comunidade local. Olha, porque não se oferece uma bolsa para residentes locais, para que eles venham estudar em regiões que têm o curso de biblioteconomia? E ele pagaria como? Retornando ao seu município e trabalhando nessa biblioteca como um bibliotecário. Nós estaríamos fortalecendo a profissão e dando opções de formação para essa comunidade. Dá-se tanta bolsa de estudo, não se pode criar um programa para dar bolsas de estudos nessa comunidade, para um jovem que terminou o segundo grau, cursar biblioteconomia? Porque faltam bibliotecários no país. Aliás, essa falta de bibliotecários também era um ponto que eles [gestores do projeto *Uma Biblioteca em cada Município*] alegavam (...), mas a questão não é não ter, a questão é que não há programas efetivos que estimulem essa formação de bibliotecários (...), qualquer país desenvolvido, Inglaterra, Estados Unidos, França, Portugal, qualquer programa de bibliotecas nesses países é uma discussão em que o bibliotecário ou o profissional capacitado está envolvido. Isso faz uma grande diferença, (...) você está melhorando não é a

> qualidade só do sistema, mas você está melhorando a qualidade da comunidade local, tendo um profissional ali capacitado. (informação verbal)[71].

Como vimos até aqui, o projeto mobilizou opiniões pró e contra sua forma de concepção e de implementação.

Lindoso (2005), por exemplo, mesmo sendo crítico da forma como foi executado o projeto, assim se coloca quanto à sua validade:

> Olha, o programa teve aspectos positivos: vários! Em primeiro lugar, é importante dizer, é que desde o Collor, e até antes dele, que não se [fazia nada para a área]. Só o fato de ter recolocado a questão já é um mérito importantíssimo, porque colocou a [a questão em] discussão, sem dúvida nenhuma. Devo dizer também que uma boa parte dessa discussão é decorrente da observação da execução desse tipo de programa. O que eu estou lhe falando hoje não é uma coisa igual ao que eu pensava há 10 anos, isso é um processo, todo mundo aprende. De qualquer forma, eu acho que tinha essas duas questões [como falhas]: primeiro uma enorme desconfiança em relação aos prefeitos, uma impaciência de querer resolver o problema que não se resolve da noite pro dia, é um processo educativo muito lento, o investimento na educação desse pessoal que está na ponta, na formação, tem que ser muito grande, muitas vezes em termos de recursos deve ser maior até que a própria compra de acervo, porque você tem que formar as pessoas, inclusive a procurar os recursos localmente e a entender essa dinâmica da comunidade usuária da biblioteca com a própria biblioteca, para gerar essa demanda, porque senão fica sempre uma coisa de cima para baixo. O "x" da questão é você gerar a demanda e canalizar essa demanda de forma produtiva. Mas de qualquer forma foi um ponto importante, sem dúvida nenhuma, ter tido a iniciativa de fazer o programa, independentemente das críticas, independentemente dos erros de execução. Acho que esse foi um aspecto altamente positivo do Ottaviano. O que não o exime das críticas... (informação verbal)[72].

[71] Entrevista com Fernando Modesto em 15 mar. 2006.
[72] Entrevista com Felipe Lindoso em 6 set. 2005.

5.2 – A Biblioteca Pública e o Município

O objetivo deste tópico é apresentar a análise do projeto nos municípios onde foi aplicado, no Estado de São Paulo.

Na análise dos dados, cruzando as informações obtidas nas três fases de coleta – contato telefônico, aplicação de questionário e entrevistas semi-estruturadas e em profundidade realizadas com agentes sociais dos municípios selecionados para visitação - **procurei observar as razões que levaram a administração pública local a realizar a abertura ou revitalização da biblioteca, como se configurou a estrutura de funcionamento e a dotação orçamentária da biblioteca municipal para os casos de bibliotecas abertas pelo programa, como se está dando a expansão do acervo, a relação com os usuários e os efeitos do curso de capacitação profissional com o incentivo à formação e atuação da Sociedade Amigos da Biblioteca, considerada, pelo projeto, como elemento importante na manutenção da vida ativa da biblioteca pública municipal.**

Para melhor entendimento da realidade de cada um dos três municípios visitados, uma breve descrição.

Barra do Chapéu possui 4846[73] habitantes e é considerado o município mais pobre do Estado, com baixos índices de escolaridade e distribuição de riqueza[74]. Vive só da agricultura, fundamentalmente plantação de tomate; não há indústrias; a mão-de-obra não empregada na agricultura divide-se entre o serviço público e comércio local. Sem oportunidades no município, é comum a saída dos jovens à procura de emprego ou continuidade de estudo em outros municípios, sendo a procura maior por Sorocaba. Não há estrutura de lazer; para chegar ao município mais próximo, distante cerca de 23 km, um pouco maior e mais rico, conta-se com transporte coletivo em horários muito reduzidos: um pela manhã, outro à tarde. A estrada está em péssimas condições, toda esburacada.

Saltinho apresenta uma população de 6252 habitantes. Também fundamentalmente agrícola, vive da plantação da cana-de-açúcar. Por ser cidade muito próxima a Piracicaba, (aproximadamente 12 km de distância), e contar com bom serviço de transporte público, os

[73] A consulta sobre o número de habitantes para os municípios de Barra do Chapéu, Saltinho e Santo Antônio da Alegria foi realizada no site do IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/. Acesso em: abr. 2006.
[74] Segundo a Fundação Seade, no Índice Paulista de Responsabilidade Social, o município ocupa o 645º lugar quanto à riqueza, 614º lugar em escolaridade e 392° lugar em longevidade. Ver Seade. Disponível em: http://www.seade.gov.br. Acesso em: abr. 2006.

moradores utilizam-se muito do município vizinho e de toda a infraestrutura que ele oferece, como oportunidade de trabalho, escolaridade de nível superior e espaços de lazer[75].

Santo Antônio da Alegria tem 6146 habitantes. A agricultura praticada no lugar divide-se entre o plantio do café e da cana-de-açúcar. Todos os municípios vizinhos são pequenos e com infraestrutura similar. Os municípios mais próximos a oferecer melhor infraestrutura distam cerca de 100 km, em especial Batatais e Ribeirão Preto. Não há oportunidade de empregos e continuidade de estudos em nível superior, o que ocasiona, como em Barra do Chapéu, a saída de jovens. Não há, semelhante ao caso de Barra do Chapéu, estrutura de lazer no município. O isolamento não chega a ser tão forte como o sentido em Barra do Chapéu, pois além de um bom serviço de transporte público, as estradas estão em bom estado[76].

5.2.1 – Recebendo o projeto

Como o município ficou sabendo do projeto? Por que a opção pela abertura da biblioteca? O que foi necessário fazer para obter do MinC o benefício? Como foi o processo de negociação com o Ministério?

Embora o gestor do projeto tenha nos dado idéia de como se desenrolavam estes processos, **é imprescindível conhecer integralmente o que eles significaram na prática e do ponto de vista do local.**

Estas questões só puderam ser verificadas onde foi feita visita *in loco*[77].

Em Barra do Chapéu procuramos a prefeita e a secretária de Educação e Cultura para nos dizer os motivos que levaram à abertura da biblioteca pública na cidade. Nenhuma das duas pessoas foi encontrada. Por diversas vezes procuramos contato telefônico, algumas conversas rápidas, apenas para apresentar a intenção da pesquisa, foram possíveis com a Secretária de Educação e Cultura, que mandou por e-mail as respostas para as perguntas que eu lhe fazia.

[75] No Índice Paulista de Responsabilidade Social, o município ocupa o 37º em escolaridade, 122º lugar em riqueza e 138º lugar em longevidade. Ver Seade. Disponível em: http://www.seade.gov.br. Acesso em: abr. 2006.

[76] No Índice Paulista de Responsabilidade Social, o município ocupa o 351º lugar em longevidade, 552° lugar em escolaridade e 593º lugar em riqueza. Ver Seade. Disponível em: http://www.seade.gov.br. Acesso em: abr. 2006.

[77] O questionário elaborado para envio aos municípios não apresentou estas questões, pois entendemos que tais informações significavam um aprofundamento só devidamente alcançado tendo por método as entrevistas. Além do quê, o questionário foi enviado a municípios que receberam o projeto tanto para a abertura da nova biblioteca como para revitalização da biblioteca já existente, e neste último caso, estas perguntas não caberiam.

Sobre os motivos que levaram o município a optar pela abertura da biblioteca, um discurso formal e pronto, que à primeira vista pode parecer pouco esclarecedor, mas com um olhar mais atento podemos observar alguns elementos importantes:

> A Prefeita Maria Anunciata da Silva, numa reunião com os seus secretários municipais, pediu que todos fizessem um levantamento das prioridades de cada secretaria. Na Secretaria da Educação e Cultura notifiquei Ausência de uma Biblioteca Pública Municipal. Imediatamente corremos atrás, tomando as medidas cabíveis, através do Ofício G. S nº 738/2001, do Governo do Estado de São Paulo – Secretaria de Estado da Cultura – Gabinete do Secretário, de 09 de agosto de 2001, protocolado na Prefeitura Municipal – data 23/08/2001 – nº do Prot. 207.
>
> O município decidiu pela abertura da Biblioteca, porque é uma das metas, a Informação, a matéria prima do desenvolvimento do homem e da nação. A capacidade de obter informação e gerar conhecimento é fator fundamental na sociedade contemporânea, onde informação é poder, dando oportunidade a todos. A Biblioteca Pública deve assumir o papel de centro de informação e leitura da comunidade. Nenhum educador tem dúvidas sobre o centro de importância de uma unidade escolar: é a biblioteca , porque o livro é o instrumento essencial da educação; seu lugar de morada, mesmo de proximidade, repouso avizinhado é a biblioteca, onde está a sabedoria da Escola, sua competência escrita.
>
> Assim, sem ela não há ensino. Se for boa e bem usada, o ensino pode chegar às culminâncias de qualidade. O Papel Pedagógico da biblioteca escolar como centro de cultura e lazer. (SARTI, Neuza. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem pessoal recebida por <jomozer@terra.com.br> em 12 abr. 2006).

O texto começa afirmando a importância da biblioteca pública como local de informação e acaba falando da importância da biblioteca escolar e sua função. Há, claramente, uma confusão sobre os papéis de ambas, sendo tratadas como uma coisa só. O tom formal do texto sugere discurso pronto, colhido de algum texto oficial. Fala-se em direito à informação, oportunidades para todos, formação de leitura na comunidade e educação de forma muito geral,

superficial. A não explicação direta sobre a escolha da abertura da biblioteca, e conhecendo as condições em que ela funciona, como veremos mais adiante, nos sugere ser a abertura da biblioteca **fruto muito mais da intenção de aproveitamento de um recurso federal que um projeto cultural ou educacional do município.**

No município estão em ação programas federais para a área social, como o Bolsa Família (que reúne o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil/PETI, e programas do governo estadual como o Renda Cidadã e o Escola da Família. E por ser um município pequeno e carente, a maioria das famílias do local é atendida por, pelo menos, um desses programas[78]. O projeto *Uma Biblioteca em Cada Município*, ao que parece, significou, para a administração municipal, **mais um projeto de caráter social que devia ser "aproveitado",** disponibilizado para a população.

A atual funcionária responsável pelo funcionamento da biblioteca, assim se expressa sobre o comportamento da administração local em relação aos projetos sociais federais e estaduais:

> (...) são projetos bons. A prefeita é quem traz. Tudo quanto é projeto ela traz para cá. (...) Se tem esses projetos bons aqui é por que ela vai atrás. (...) Por isso não pára na prefeitura, esta sempre correndo. (informação verbal).[79]

A secretária de Educação e Cultura, assim se expressou em relação à pergunta sobre as negociações com o MinC para o beneficiamento do projeto, também de forma lacônica e em tom oficial:

> **A** - Solicitação à Diretora que a Prefeitura Municipal instale na sede do município, uma biblioteca (espaço físico), contendo os equipamentos – "Setores e Equipamentos básicos de uma Biblioteca Pública"; **B** – Ofício ao Secretário da Cultura; **C** – Preencher o Questionário, informando que a Biblioteca está criada, mas não instalada. Lei Municipal nº 015/01, de 17 de maio de 2001. **D** -

[78] Informação baseada nas entrevistas realizadas no município. Não foi feito um levantamento consistente para averiguar a extensão da presença desses programas no local.
[79] Entrevista com Ana Paula Ribas em 21de fevereiro de 2006.

> Treinamento da Agente de Leitura. As negociações tiveram início em 2001, em 2003 recebemos o nosso acervo. Duração-02 anos. (SARTI, Neuza. *Publicação eletrônica* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <jomozer@terra.com.br> em 12 abr. 2006).

Não é possível saber, por exemplo, a que Diretora ela se refere. De qualquer forma, apesar das nebulosas que acompanham esta resposta, é possível saber que a tramitação levou dois anos[80].

Em Saltinho, como houve a possibilidade de uma conversa direta com o prefeito, Wanderlei Torrezan, foi possível conhecer melhor não só os motivos da opção pela abertura da biblioteca municipal como a forma de negociação entre o município e o MinC para estabelecer o convênio.

> Na verdade, a biblioteca era uma necessidade em nível de município. Como município, se emancipou há pouco tempo, são 14 anos. Na época [abertura da biblioteca] eram 10, (...) e era uma necessidade... era essencial que tivesse uma biblioteca. Uma que a prática da leitura é ainda muito pouco realizada no país como um todo, e aqui não é diferente. E nós não tínhamos [biblioteca]. Nós tínhamos uma [biblioteca] na escola estadual, de acesso restrito, só para alunos da escola, não tinha abertura para a população. Então era um sonho montar esse círculo do livro através da biblioteca [pública]. Através do MinC, a gente foi buscar em Brasília esse acervo. Mas ainda é pouco. (...) Eu sei que estamos caminhando muito lentamente nesse sentido, porque não tivemos nenhuma atividade que envolve o livro. E é um pecado capital, estamos perdendo tempo nisso. Mas por outro lado, o pessoal tem utilizado bastante a biblioteca. Falta bastante ainda, principalmente em acervo, nós temos muito pouco. (informação verbal)[81].

[80] O tempo não foi o mesmo para todos os municípios. Em Barueri, por exemplo, o tempo total entre a solicitação e o recebimento do *Kit* foi menos de um ano. Em Santo André, pouco mais de um ano. Em Saltinho, por volta de 6 meses, como veremos.
[81] Entrevista com Wanderlei Torrezan em 24 fev. 2006.

Diz-nos ele que era um desejo seu antigo, desde os tempos em que era vereador:

> (...) Na verdade, eu já queria quando eu fui vereador, em 1993, eu fui presidente da Câmara. Mas o vereador tem limites. Não é função dele criar nada, a função do vereador é legislar, é fiscalizar. A minha frustração foi essa, eu achava que como presidente da Câmara eu conseguiria, mas não. Não é função do vereador. (...) eu venho trabalhando com a comunidade há muitos anos, antes mesmo da emancipação da cidade. Essa luta na comunidade pela cultura, educação, saneamento... isso vem de muito antes, quando Saltinho ainda pertencia a Piracicaba. A vontade é antiga e a gente vai amadurecendo, buscando... Agora meu sonho é realmente montar esse anfiteatro, junto com a biblioteca e ampliar o nosso acervo. (informação verbal)[82].

Para este prefeito, a biblioteca representa um equipamento que deve haver em seu município, um serviço que sua administração deve prestar. Entretanto, há limitações quanto ao empenho; o serviço é considerado legítimo, mas não deve representar custos. Isso fica evidente quando pergunto como ele chegou a conhecer o projeto de implementação da biblioteca:

> Em Brasília. (...) lá no Ministério eles mandam [mostram], no final de ano, uns cronogramas do governo, e aí você vê [os programas]. [Você] tem de procurar o parlamentar mais próximo de você e tentar entrar através dele.
> (...)
> O sistema do governo é complicado. Foi difícil, levamos uns seis meses. Até achei que a gente nem ia conseguir. Mas de tanto a gente cobrar, acabou vindo. Não foi tão fácil, não...
> (...)
> O primeiro contato foi através de ofício. Eu levei o ofício para o assessor do Gabinete do [deputado] João Hermes, e ele fez o contato. Depois ficou a critério do Marcelo, que é o assessor [do deputado], e ele ficou em contato direto com o Ministério [da Cultura], cobrando.
> (...)
> O importante para mim é que foi custo zero. (informação verbal)[83].

[82] Idem.
[83] Entrevista com Wanderlei Torrezan em 24 fev. 2006.

O importante era não custar nada para receber o projeto. Isto porque, segundo o prefeito, o dinheiro do orçamento municipal é todo comprometido, e como cultura não tem uma verba carimbada, fica mais difícil, para os municípios mais pobres, investir na área. Por ser um benefício federal, de custo zero, o projeto era por si só muito atraente, ainda que para firmar o convênio fosse necessário algum investimento por parte da prefeitura, como o local de funcionamento, o funcionário e a criação da biblioteca por lei para garantia de dotação orçamentária. Veremos a relação de funcionamento da biblioteca e verbas a elas destinadas com mais detalhamento quando tratarmos das questões relativas à estrutura de funcionamento das bibliotecas abertas.

Uma das exigências do MinC para firmar o convênio era que a prefeitura comprovasse, através de fotos e plantas baixas, o local onde a biblioteca seria instalada. Isso indica que o município deveria escolher o local com antecedência. Entretanto, isso não ocorreu da mesma forma em todos os lugares, como sugere a experiência de Saltinho:

> Olha, eles [Ministério] exigiram um monte de coisas, inclusive bibliotecária. Exigiram um monte de coisas e, de repente, não exigiram nada. Sem comprovação de nada, não precisou de nada. (...) Esqueceram. Mandaram o acervo e pronto. (informação verbal)[84].

Não foi possível saber, através dessa pesquisa, em que medida as exigências do MinC foram amenizadas para contemplar os municípios. De Fiore fala um pouco disso, dizendo que muitas das exigências acabaram por ser perdoadas porque muitos municípios não conseguiam cumpri-las.

> (...) Havia algumas coisas que nós aliviamos porque era inútil colocá-las. A coisa básica era a posse ou a garantia de aluguel do lugar e a nomeação de um funcionário para tomar conta disso e um lugar na legislação municipal. Do resto, nós abrimos mão. (informação verbal)[85].

[84] Entrevista com Wanderlei Torrezan, 24 de fev. 2006.
[85] Entrevista com Ottaviano De Fiore, 10 out. 2004.

No caso de Saltinho, sequer o mínimo foi exigido, segundo o relato do prefeito. E se isso foi uma constante durante os anos de vigência do projeto é algo que não foi possível saber pela pesquisa. Entretanto, não se trata de dado de pouca relevância. O afrouxamento de regras ao sabor dos ventos pode influir sobre o destino posterior da biblioteca, isto é, se o convênio é firmado sem o cumprimento da contrapartida municipal, **pode significar muito mais um oportunismo político que um projeto de caráter social com continuidade**. Evidentemente que não é uma relação de causa e efeito, mas não se pode deixar de considerar a possibilidade, muito plausível, afinal.

Em Santo Antônio da Alegria, os motivos para a abertura da biblioteca no município tiveram origem na convicção de uma professora estadual sobre a necessidade de se reabrir a biblioteca pública, desativa há mais de vinte anos. Quando vice-prefeita, em 1997, ela nos conta que começou seu trabalho para a reabertura da biblioteca, de como soube do projeto e das exigências do MinC para firmar convênio:

> (...) era um sonho fazer voltar a biblioteca municipal. Nós tínhamos [a biblioteca], eu me lembro ainda de meu tempo de juventude, que ela funcionava onde hoje é o prédio do Banespa. A biblioteca funcionou lá por muito tempo e era um ponto de lazer também. Porque ali a juventude se encontrava para ouvir música, para dançar, para jogar.. De repente, veio o Banespa para cá e o que fez o prefeito da época? Cedeu o prédio para o banco e a biblioteca foi levada para o prédio da prefeitura, onde o pessoal não tinha acesso e ficou praticamente inativa.
>
> (...)
>
> [Quando] eu passei a ser a diretora da escola, o que eu fiz? Como os livros estavam lá [na prefeitura], as estantes "carunchando", eu decidi trazer parte da biblioteca para a escola e quando fosse criada, novamente, a biblioteca municipal, eu levaria os livros de volta para a biblioteca pública. E eu fui lutando... Então surgiu o programa de bibliotecas para municípios, e como eu fazia parte da administração, entramos em contato e eles [MinC] passaram todas as informações de como deveríamos agir para ter a biblioteca. (...) Entramos em contato e eles mandaram o roteiro do que deveríamos fazer, quais eram os requisitos. O requisito mais importante era o prédio e esse aqui dava para iniciar a biblioteca. Não pensamos duas vezes: montamos o projeto. E não pensamos só na biblioteca: como eu também queria muito ter um museu, decidimos criar a Casa da Cultura onde funcionar as duas coisas, embora muito apertadinho,

> como você pode ver. O Fundo Social e a prefeitura nos ajudaram e conseguimos o prédio para criar os dois. (informação verbal)[86].

Quando perguntei se precisaram contar com a ajuda de algum parlamentar ou outro mediador para conseguir o benefício, ela responde:

> Não. Nós estivemos na Secretaria de Estado para ganhar uma Banda que o Ministério estava dando, ele [MinC] queria implantar em todos os municípios a Banda de Coreto. E nós fomos contemplados e eu fui lá buscar. Tinha representantes dos Ministérios, o Secretário de Estado estava lá. E já se falava nas bibliotecas. (...) Não teve intervenção de ninguém. Em reuniões de prefeitos com o governador, às vezes se falava disso, nas reuniões de secretaria de cultura, também se comentava. Fomos vasculhando [procurando informações] e entendemos que nós podíamos fazer. (informação verbal)[87].

Interessante pensar um pouco sobre a história da biblioteca pública desse município. Ainda que pese certa nostalgia de Sebastiana (hoje uma senhora de mais de sessenta anos) ao relatar a importância da biblioteca em seu tempo de juventude e, por conta dela, carregar um pouco nas qualidades e vantagens de um tempo que já não volta mais, é interessante que em suas memórias a biblioteca esteja associada não a um espaço de pesquisa escolar enfadonho, mas a um ambiente dinâmico, ativo, para realização de atividades sociais como a dança e os jogos[88]. Significativo, também, é o progressivo desmonte simbólico da biblioteca para que possibilitasse, anos depois, ser desativada para se instalar a agência do Banespa, possivelmente entendido, pela administração pública e pela comunidade local, como um moderno símbolo de desenvolvimento, necessário ao município.

[86] Entrevista com Sebastiana Gentil em 9 mar. 2006. Sebastiana Gentil, conhecida por todos como Tianinha, foi vice-prefeita do município e atualmente é Dirigente de Cultura.
[87] Entrevista com Sebastiana Gentil em 9 mar. 2006.
[88] Atualmente, a cidade não oferece espaços de lazer e encontros sociais para jovens, como danceterias, bares, cinemas. Não é impossível, portanto, que há época o espaço onde funcionava a biblioteca fosse utilizado, também, para atividades de socialização por jovens.

5.2.2 – O Investimento e a Estrutura de Funcionamento da Biblioteca Pública Municipal

Ponto nevrálgico do sistema de bibliotecas públicas: a qualidade de seu funcionamento e a verba que a administração local lhe destina.

O projeto *Uma Biblioteca em cada Município* trabalhou segundo a crença de que uma vez dado o incentivo de abertura, as administrações municipais assumiriam a biblioteca e fariam dela um espaço cultural dinâmico. A realidade demonstrou que não há uma relação de causa e efeito. Não houve no passado, como vimos no capítulo anterior, e não houve com a experiência agora em análise.

Neste item, abordaremos as condições de funcionamento das bibliotecas beneficiadas pelo projeto analisando dotação orçamentária, espaço físico, constituição de acervo e capacitação profissional **através dos dados obtidos dos questionários respondidos e das entrevistas realizadas nos municípios visitados.**

a) Dotação orçamentária

Todas as bibliotecas foram abertas por lei municipal e possuem dotação orçamentária, como pretendia o projeto. Entretanto, isso não significa que tenha havido repasse de dinheiro para sua adequada manutenção.

Dos 55 municípios que responderam ao questionário, 51 afirmaram ser a biblioteca criada por lei municipal, e 37 disseram que elas não recebiam repasse de verbas da administração municipal.

Em Barra do Chapéu, a Secretária de Educação registra, em seu texto em resposta a esta questão, que:

> Quanto aos recursos, contamos com a Unidade Orçamentária 03, Projeto Atividade 2009 – 62-3.3.90.30.00, podendo ser suplementada conforme a Lei 26/2005. Recebemos doações da: Secretaria Estadual da Cultura; Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP, SEBRAE e voluntários, sendo insuficiente para suprir a necessidade da Biblioteca. As necessidades prioritárias são: Equipamentos, TV, vídeo, fitas de vídeo, CD, mapas e computador. (SARTI, Neuza. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <jomozer@terra.com.br> em 12 abr.2006).

Resposta, que não é muito esclarecedora, segue em tom formal. Importante marcar a questão das doações e da ação voluntária que, veremos, parece ser a força motriz das bibliotecas municipais.

Quando de minha visita na cidade, na impossibilidade de falar com a prefeita e com a secretária de Educação, procurei pelo secretário administrativo da prefeitura para obter algumas informações. Segundo ele me disse, a dotação orçamentária para a biblioteca existe, mas não a verba:

> Nós temos a dotação orçamentária, mas não temos verbas. [A biblioteca] é ligada à Educação. Se precisar alguma coisa, a gente faz, mas é limitado. É uma verba para a Educação, e tem uma verba aprovada no orçamento, destinada à biblioteca, mas ligada à Secretaria de Educação, Esporte e Cultura. Não tem verba específica para a biblioteca. (...) Não fizemos compra para a biblioteca, não. Os livros que nós temos são todos doação. (informação verbal)[89].

A fala da ex-funcionária da biblioteca municipal de Barra do Chapéu, que lá permaneceu desde a sua inauguração até dezembro de 2005, assim se coloca quanto às dificuldades de trabalho sem repasse de verbas:

> [Verba] Não tem. É muito pobre o município, aqui falta muita coisa. Então, às vezes, eu não sei o que eles pensam, se é uma coisa que pode ser deixada de lado, que tem alguma coisa que é prioridade, como a saúde... às vezes eles não nos ajudam por isso, pela precariedade. Tanto que ela [prefeita] tem que ficar correndo atrás de uma coisa e de outra [verba para o município]. (...) D. Neusa [secretária de educação] falou [para a administração municipal] que precisava de mais estantes e eles falaram que não tem um dinheiro exclusivo para biblioteca. Pelo menos foi o que ela me respondeu. Não tem dinheiro só para a biblioteca. (informação verbal)[90].

[89] Entrevista com Ezequiel em 21 fev. 2006.
[90] Entrevista com Sandra Lima em 21 fev. 2006.

Um pouco mais adiante, faz uma comparação com o investimento do município na área da saúde: "(...) É a saúde em primeiro lugar. Então eles dão sempre prioridade para a saúde. Compram remédio, gasolina para a ambulância...". Quando Sandra desenvolveu uma atividade de incentivo à leitura com alunos de 1ª a 4ª série por dois anos, os prêmios dos alunos vencedores foram comprados com o seu dinheiro, como nos conta:

> (...) eu fiz por conta própria porque eu pedi para comprar as estantes e ninguém atendeu. Eu pensei em fazer a gincana [de leitura] e nem fui lá pedir nada. A única coisa que eu pedi foi para que tirassem as fotos, mas até hoje eles não nos deram as fotos... (informação verbal)[91].

A carência do município de Barra do Chapéu contrasta, a olho nu, com a situação mais abastada da cidade de Saltinho. Entretanto, isso não significa que Saltinho trate sua biblioteca municipal de forma muito diferente no que diz respeito à dotação orçamentária.

Segundo o prefeito, além de sua administração carecer de recursos para um investimento adequado na biblioteca, existem dificuldades que são inerentes à forma como a União determina os gastos públicos dos municípios. Algumas áreas têm sua dotação orçamentária carimbada, como educação e saúde, outras não. E cultura não tem, ficando à mercê das possibilidades financeiras do município e da capacidade de gerenciamento do orçamento municipal por parte da prefeitura. Nas suas palavras:

> Ela [biblioteca municipal] tem a dotação, mínima, porque o nosso orçamento é restrito, nós não temos indústria. Então nós trabalhamos mais com repasse de ICMS, e é mais restrito. Precisamos [gastar] 25% na educação, 15% na saúde, mas nós estamos colocando 25% também. Então você fica [com orçamento] restrito na hora do investimento [em outras áreas]. O investimento fica reduzido, nós estamos, a cada ano, com 4 ou 5% para investimento, o que dá por volta de 300, 400 mil reais para investimento e custeio.

[91] Entrevista com Sandra Lima em 21 fev. 2006.

> (...) O poder de investimento é pouco, se você não vai buscar verba parlamentar em nível federal e estadual, alguma verba extra para o investimento, você não consegue, é muito pouco. Ainda bem que nós conseguimos, nesses anos passados. E assim dificulta em todos os ângulos e com a biblioteca não é diferente, porque você tem uma despesa, não é? (...) Na verdade a gente vive de passar o chapéu, de sentar na soleira da porta e dizer do que precisa. É uma troca, é uma barganha, e dificulta, viu? Isso dificulta. O político quer voto e troca pela solução de necessidades que a gente apresenta, e a gente diz que vai trabalhar para ele. E funciona assim.
>
> (...)
>
> [A biblioteca] Está ligada à [Secretaria de] Educação, mas não sai verba da Educação. Não pode utilizar. Todos os gastos são só com a educação. (...) [A verba sai] do Gabinete, da Administração, não sai da Educação porque não pode, por lei. Essas são as confusões que tem na repartição do bolo total. Eu tenho 8 milhões para gastar no ano e tem que ser dividido assim.
>
> (...)
>
> eu não consigo entender porque cultura e educação não andam juntas, são separadas, não consigo entender. (informação verbal)[92].

Ainda que tais obstáculos realmente existam e possam dificultar o investimento em equipamentos culturais, não podemos nos esquecer tratar-se de uma opção do administrador público que, de olho nas intenções de voto, procura investir com maior empenho em áreas reconhecidas pela população como indispensáveis. Não é exatamente este o caso da biblioteca pública, no Brasil.

O município de Santo Antônio da Alegria não apresenta quadro diferente. A atual dirigente da cultura do município, ex-prefeita que implementou a biblioteca municipal, assim responde à pergunta sobre ter a biblioteca uma dotação orçamentária:

> Não. A secretaria que menos tem dinheiro é a Cultura. Nós estamos lutando, já montei duas vezes o projeto para que a cidade se transforme em estância turística. Por quê? (...) As estâncias recebem, Batatais recebeu há pouco tempo 800 mil reais, e eles aplicam na cultura também. Nós pedimos 50 mil reais para

[92] Entrevista com Wanderlei Torrezan em 24 fev. 2006.

> a nossa festa de carnaval. O secretário de Estado da Cultura nem respondeu. O pouco que a prefeitura tem, a gente vai gastando. (informação verbal)[93].

E, mais adiante, fala do estilo de administração do atual prefeito, que considera muito competente e empreendedor, relatando todos os investimentos que ele tem feito na cidade e a forma como consegue as verbas:

> (...) nosso prefeito é muito atuante. É um prefeito empreendedor. (...) Ele é de muita garra, é jovem. E é muito "pidoncho" [pede com insistência]. Às vezes o deputado fala "ah, dá o que esse moço está pedindo senão ele não sai daqui". Ele vai atrás, ele consegue mesmo. Somos o município de menor arrecadação da região, mas um dos que tem 100% de tratamento de água e esgoto. Nós temos três estações de tratamento de água e temos um aterro sanitário que prepara, pesa e recicla o lixo, uma beleza o aterro. Ele busca mesmo. Só que não tem muito dinheiro, então... o que é prioridade? Saúde e educação. Cultura é? É. Nossa cidade tem o nome de cidade-folclore, nossas festas folclóricas são as melhores da região. Só que a gente não recebe verba para isso.
>
> (...)
>
> Nós estamos para construir, já veio verba, [o prédio para] a nossa escola municipal, porque ela funciona junto com a escola do estado e o espaço está insuficiente. Agora conseguimos verba, [ela] terá 12 salas, com sala de computação, com pista de atletismo, com tudo. Conseguimos uma verba inicial para o primeiro bloco do Hospital, que hoje funciona na praça, [como] uma Unidade Básica. (...) Saúde vai muito bem, temos um PSF [Programa Saúde Família[94]] funcionando muito bem. Mais dois serão criados. (...) Nós temos um clínico geral, um pediatra, dois cardiologistas, um anestesista, um ginecologista (...). Vacinação [infantil estão] todas em dia. Cidade pequena, se eles [médicos] vêem que a criança não vem [no posto], eles vão até à casa para dar a vacina. Todo mundo recebe atendimento. A saúde é muito boa, área de assistência social é muito boa. (informação verbal)[95].

[93] Entrevista com Sebastiana Gentil em 9 mar. 2006.
[94] Este é um programa do governo do estado de São Paulo.
[95] Entrevista com Sebastiana Gentil em 9 mar. 2006.

Olhando para as informações das três administrações quanto ao investimento na área cultural, em especial a biblioteca, é possível perceber – e, em certa medida, reafirmar o que tantas vezes já foi dito por quem se ocupa em refletir sobre política cultural - que o não investimento do setor público na área revela-se como uma opção política. A cultura não costuma ser prioridade das administrações, e a falta de verbas pode vir do não entendimento de sua importância para o desenvolvimento do município. E, mais ainda, da não importância que lhe atribui a própria população. Não há demanda criada para bibliotecas públicas. Sem demanda, pouca atenção vem da administração municipal.

b) Espaço físico

Onde funciona a biblioteca? As respostas são muito variadas.

Segundo os dados obtidos pela resposta aos questionários, 32 municípios afirmaram ter a propriedade sobre o imóvel onde funciona a biblioteca, e este dado pode incluir os 10 municípios que afirmaram que o prédio foi construído especialmente para abrigar a biblioteca[96]. 15 municípios afirmaram estar a biblioteca locada em sala cedida por outro órgão público, como Câmara Municipal, Prefeitura, Fundo Social; 8 municípios afirmaram estar a biblioteca em Centro Cultural; 6 afirmaram estar em local alugado e 2 que a biblioteca funciona em sala dentro de prédio escolar.

Nos municípios visitados, apenas a administração de Santo Antônio da Alegria possui a propriedade do prédio onde está instalada a biblioteca. Trata-se de um galpão onde antes funcionava o refeitório do CDHU, conseguido pela prefeitura por permuta. Não houve adaptações. Não há divisões internas. Tudo se acumula visualmente. Entre as mesas de consulta dos usuários da biblioteca, ficam as peças do Museu, que também funciona no galpão. O prédio é cercado por um muro alto e um portão todo fechado, de ferro. De fora, impossível ver o espaço interno. A identificação fica no alto do galpão – “Casa da Cultura” - em letras garrafais pintadas à tinta. O local é distante do centro, mas ao lado de um conjunto habitacional e de duas escolas. Na Casa da Cultura há um aparelho telefônico cuja linha é extensão da escola municipal, vizinha. Existe computador, mas só para uso dos funcionários e sem internet. Há um aparelho de TV e outro de vídeo-cassete, mas mal localizados e sem uso.

[96] A pergunta oferecia várias opções não excludentes, mas nem todas as respostas se valeram de mais de uma alternativa, o que deixa questionável a exatidão das respostas.

Em Saltinho, a biblioteca fica num imóvel alugado, originalmente construído para ser uma residência. Não houve adaptações. Onde seria a sala, funciona a recepção. No cômodo ao lado, que seria o quarto, ficam as estantes com os livros. No que seria o segundo quarto, ao lado, ficam uma mesa redonda e duas cadeiras, para possíveis consulentes. No que seria a cozinha, mais uma mesa, mas esse espaço fica fechado por uma porta, só utilizado se houver necessidade. Na frente, há a identificação da Biblioteca, por uma placa bem visível. Está bem localizada, no centro da cidade. Tem linha telefônica, um computador para uso da funcionária e outro para uso do consulente, ambos conectados à internet e localizados na sala de recepção. Os computadores foram comprados pela prefeitura.

Em Barra do Chapéu, a instalação é mais precária. O espaço também é alugado, originalmente um imóvel construído para residência. No pavimento térreo funciona o Fundo Social, no pavimento superior fica o espaço destinado à biblioteca, ocupando apenas um cômodo. Também não houve adaptações, mantendo a configuração espacial original. Não há mesas para os consulentes, computador ou telefone. A funcionária utiliza uma carteira escolar para trabalhar. As estantes com os livros ficam lado a lado, encostadas nas paredes. Há um banheiro, onde ficam as caixas com livros que não encontram lugar nas estantes (faltam estantes). Não há identificação alguma no imóvel indicando ser ali uma biblioteca, e por funcionar no piso superior, tampouco fica à vista de quem passa pela rua. A localização é boa, bem no centro da cidade, em frente à igreja.

Fachada da biblioteca pública municipal de Barra do Chapéu, SP, piso superior

Escada de acesso para a biblioteca pública de Barra do Chapéu, SP.

Interior da biblioteca pública de Barra do Chapéu, SP.

Fachada da biblioteca pública de Saltinho, SP.

Interior da biblioteca pública de Saltinho, SP. Local de atendimento e uso de internet

Fachada da biblioteca pública de Santo Antônio da Alegria, SP.

Fachada do imóvel onde funcionava a biblioteca pública de Santo Antônio da Alegria antes da chegada do Banespa.

Interior da biblioteca pública de Santo Antônio da Alegria, SP.

c) Constituição do acervo

Os relatos são semelhantes.

Dos 55 municípios que responderam ao questionário, 10 afirmaram ser o acervo constituído apenas por doação e 45 municípios dizem ser seu acervo formado a partir de "doação e compra", mas é muito provável que uma parcela significativa dos que assinalaram a opção "doação e compra" vivam a realidade constante da doação. É possível identificar isso pelas respostas dadas a outra pergunta, sobre ser a biblioteca capaz de adquirir as obras sugeridas pelos usuários; 33 municípios afirmaram o não atendimento das solicitações por falta de verba para compra. Observando as respostas a uma outra questão, sobre a periodicidade de aquisição de acervo, 47 municípios afirmaram ser a aquisição sem periodicidade definida. Isso pode indicar não só a falta de política de aquisição como uma possível – e provável – não aquisição, sendo o acervo constituído basicamente pelas doações.

O acervo das bibliotecas é formado basicamente por livros, divididos entre obras de referência, didáticos, infantis, literatura em geral.

Isso fica evidente nas falas dos funcionários responsáveis pelas bibliotecas dos municípios que foram visitados. Importante dizer que não há, nessas cidades, bancas de jornal e revistas ou livrarias, sendo necessário que a população se desloque para a cidade mais próxima caso queira adquirir produtos comercializados por esses estabelecimentos.

Em Barra do Chapéu, o acervo disponibilizado para a população, pela biblioteca, é todo ele fruto de doações, e pouco cresceu desde a doação inicial do projeto *Uma Biblioteca em cada Município*. O projeto doou cerca de 2500 livros e o acervo atual da biblioteca é de 3387 títulos. Acervo constituído apenas por livros e revistas, sendo estas de segunda mão, pois a biblioteca não possui assinatura de periódicos de espécie alguma.

> (...) a maioria dos livros que você está vendo aqui foi doada pelo projeto *Uma Biblioteca em cada Município.* Recebemos, também, doação do FNDE. Esses livros aqui [me mostra outros, didáticos], nem se usa porque são muito antigos, são de 1959, só ficam aí, ocupando espaço.
>
> (...)
>
> Esses usados foram doados pela prefeita, acho que alguém mandava para ela e ela encaminhava para cá. E revistas... mas usadas, só revistas velhas.
>
> (...)

> A FAAP está dando uma assistência ao município, através do projeto Governança, e a D. Neusa [secretária de educação] falou para eles que nós tínhamos poucos livros (...). Então eles doaram alguns livros. Mas tem alguns livros [doados pela FAAP] que são muito velhos, que não dá para ler ou usar na pesquisa... Quando alguém vem emprestar [esses livros velhos], eu aviso [serem muito antigos].
> (...)
> [A] maioria é por doação. Compra é muito pouco. Eu registrei aqui alguns que foram comprados, a D. Neusa pediu, mas eles nem ficam aqui [ficam na escola], são para os professores, material para eles. (...) Tudo o que está aqui é doação. (informação verbal)[97].

A biblioteca municipal de Saltinho apresenta um acervo de 4 mil títulos. Crescimento pequeno, também, considerando ter a biblioteca mais de três anos de funcionamento. Palavra chave em relação ao acervo: doação!

> Compra, não. Tem doação, só. Não fizemos nenhuma compra ainda. Este ano, o prefeito falou que pretende fazer compras. Estamos precisando. Tem procura por livros que eu não tenho aqui. (...) [As doações foram] do MinC. E as outras doações são de pessoas aqui do município. Dizem que em casa está tomando espaço, então doam o livro para a biblioteca. (informação verbal)[98].

A biblioteca pública de Santo Antônio da Alegria possui um acervo de 6.200 títulos. Não apresenta quadro muito diferente dos demais municípios quanto à dependência de doação para crescimento de acervo. Entretanto, há uma diferença que merece ser destacada. A biblioteca de Santo Antônio da Alegria não recebeu o *kit* pronto do MinC, como foi o caso dos outros dois municípios. Foi beneficiada pelo projeto quando o MinC repassava verba em dinheiro às prefeituras. Os responsáveis pela montagem da biblioteca pública, neste município, escolheram os livros e a quantidade de títulos a serem adquiridos, respeitando as quantidades mínimas por gênero indicadas pelo Ministério. A dirigente de Cultura da cidade, à época

[97] Entrevista com Sandra Lima em 21 fev. 2006.
[98] Entrevista com Maria Cecília Milani em 24 fev. 2006.

responsável pelo processo de implementação da biblioteca, conta como se desenvolveu o trabalho de escolha do acervo:

> Qual era a parceria [contrapartida] da prefeitura? A Cultura (MinC) entraria com 40 mil reais e nós [prefeitura] com 10 mil reais para a compra dos equipamentos, porque nenhum convênio é feito sem a parceria do município. (...) Em relação ao acervo, nós éramos obrigados a ter 25 obras de referência, 600 obras literárias, 600 obras não literárias, 600 obras infanto-juvenis. Nós tínhamos que fazer licitação, com pelo menos três editoras para a aquisição dessas obras. Eu fui a Ribeirão e visitei todas as editoras de lá: FTD, Saraiva, Moderna, Scipione, Maravilha [de Curitiba]. Fiz a licitação, as editoras mandaram seus catálogos. O Ministério estimou uma média de 20 reais por livro a ser adquirido. Mas nós conseguimos comprar muito mais do que 600 títulos de cada um porque nós não íamos comprar só livros de 20 reais, nós compramos livros de 13 reais, de 8 reais, 2 reais, 17 reais... às vezes eram livros de mais de 20 reais. Nós reunimos os professores de 1ª a 4ª, de 5ª a 8ª [séries] e de segundo grau e pedíamos sugestão. Apresentávamos o catálogo das editoras e queríamos que eles nos indicassem quais eles achavam ser, para a nossa clientela, [mais] viável. Então nós, da administração, não fizemos sozinhos. Os professores ajudaram a escolher os livros, inclusive livros de pesquisa, livros para vestibulares. Com a ajuda deles nós soubemos atender a todo o público que a gente ia ter. Então nós escolhemos muito bem porque era o que nosso público precisava. Vieram então os 40 mil [reais] do MinC e os 10 mil [reais] da prefeitura.
>
> (...)
>
> As editoras mandavam os seus catálogos e a gente teve um trabalho insano para classificar as obras. Claro que infantil e infanto-juvenil você já vê de cara, mas tem livro que você precisa analisar se ele é literário ou não literário. Uns são característicos, outros você precisava ler pelo menos o resumo para saber onde você iria encaixá-lo. Essa seleção foi difícil. Nós trabalhamos dias a fio, com os professores, para a classificação. Temos no acervo as obras classificadas como literárias, não-literárias, literatura estrangeira, literatura brasileira, juvenil, infanto-juvenil, infantil, auto-ajuda, religiões... e os de pesquisa propriamente dito. Diante disso fechamos o convênio. Aí o cronograma de desembolso. Em março terminamos o projeto e seria feito o envio do dinheiro. Tudo foi

> concluído em março [1999]. Foi [encaminhado] o nosso projeto de trabalho, o Ministério aprovou, já mandou o dinheiro e nós começamos a compra do acervo. (...) Firmamos o convênio, aprovou, mandou o dinheiro, gastamos, compramos e implantamos.
>
> (...)
>
> Como nós visitamos todas as editoras, elas davam o catálogo com o preço e nós estudamos. Compramos daquelas que vendiam mais barato. Mas aí fizemos um joguinho: se no campo literário a Moderna oferecia livros mais em conta, nós jogávamos tudo para ela. Nós trouxemos, de cada editora, um representante em dias diferentes e diante do preço que ofereciam, mostrávamos o preço da concorrente. E eles iam negociando, baixando os preços, porque eles queriam ganhar e não era pouco o que eles iam vender. A gente tinha que consultar pelo menos 3 editoras. (informação verbal)[99].

É possível observar que, nesse formato do projeto, o envolvimento das pessoas responsáveis pela abertura da biblioteca é muito maior. Talvez seja, realmente, um elemento importante para a continuidade da biblioteca, já que a sua implantação envolveu o esforço e o querer de tantas pessoas, como defende Lindoso (2004, 2005), Modesto (2006) e Milanesi (1996, 2006). Entretanto, não foi possível comprovar, por esta pesquisa, que o fato da participação de pessoas da comunidade – no caso professores - na escolha do acervo e compra de equipamentos tenha sido fator determinante para a manutenção de longo prazo da vida ativa da biblioteca; mas pudemos observar que, mesmo com tanta participação e empenho, as compras subseqüentes para crescimento do acervo não aconteceram com regularidade. A biblioteca municipal de Santo Antônio da Alegria também vive de doações, exatamente como a realidade dos outros municípios visitados e dos tantos outros contatados por questionário.

> (...) nós temos muitas doações. São livros usados, mas ainda [servem] para pleno uso. Tanto romances quanto revistas. Temos uma moça, que era aqui de Santo Antônio, que agora mora em Araraquara. Ela assina muita revista e, toda vez que vem para a cidade, vem com o carro cheio de revistas e nos dá. Para nós, não importa que sejam usadas, a gente usa

[99] Entrevista com Sebastiana Gentil em 9 mar. 2006.

> ou para pesquisa, ou para recorte. Jornais também. Recebemos livros didáticos, também, e usamos esses livros para recorte ou pesquisa. Sempre tem uma utilidade. A gente aceita. (...) Nós tínhamos uma Barsa e ganhamos outra, semi-nova. Faleceu o sogro de um rapaz daqui, em São Paulo. Eu fui buscar a biblioteca desse senhor. A estante dele ocupava toda a parede da sala, cheinha de livros: nos deram todos. Era a biblioteca dele. Deu a impressão de que ele era uma pessoa muito culta. Trouxemos todos. Ofereceu, a gente vai buscar. (informação verbal)[100].

Quando pergunto sobre a possibilidade de compra, ela diz:

> Nem sempre [é possível]. O que a gente mais procura atualizar, são os livros que atendem aos vestibulandos. Eles procuram sempre e a gente tem dó, são pessoas que não conseguem comprar o livro. Agora, os demais, a gente tem conseguido pela doação. E tem entrado muita doação. Nossos gibis estão caindo aos pedaços, porque as crianças gostam muito. Eu pedi para o prefeito um dinheirinho e vou comprar gibis para as crianças. (GENTIL, Sebastiana, depoimento, 2006).

d) Capacitação profissional

Não havia, no questionário enviado aos municípios, pergunta que pedisse a formação profissional do responsável pela biblioteca, pois o bibliotecário de formação não era requisito imposto pelo projeto, como vimos. Sendo assim, a grande maioria dos funcionários responsáveis pela biblioteca pública dos municípios atendidos pelo projeto não é de bibliotecários. Tratarei dessa questão relacionando as experiências de funcionários responsáveis pelas bibliotecas com a realização do curso de capacitação e com a formação da Sociedade Amigos da Biblioteca, pois contam como requisitos do projeto.

[100] Entrevista com Sebastiana Gentil em 9 mar. 2006.

Das bibliotecas que responderam ao questionário, apenas 26 delas afirmaram que o(s) funcionário (s) fez (fizeram) o curso de capacitação. 17 responderão NÃO; 6 responderam não saber e 6 deixaram sem resposta.

Várias coisas podem interferir no resultado: (1) dependendo do ano de recebimento do projeto, ele ainda não oferecia o curso; (2) rotatividade de funcionários na biblioteca e perda da informação; (3) desconhecimento da oferta do curso.

Não foi possível, na pesquisa, conhecer o caso específico de cada um dos 105 municípios atendidos.

Com maior exatidão, pude conhecer os casos vividos pelos municípios visitados.

A biblioteca do município de Barra do Chapéu tem uma funcionária em período integral e uma professora readaptada, que lá fica por 4 horas diárias. A funcionária que fez o curso de capacitação foi transferida para o Posto de Saúde no início deste ano e a atual funcionária, que também nada conhece sobre bibliotecas, não fez o curso. A antiga funcionária fala sobre o curso:

> Eu aprendi tudo aqui [e mostra o livro elaborado para a capacitação]. (...) eram 12 pessoas [fazendo o curso]. Eu assistia antes a fita [fita cassete parte do curso de capacitação] e ajudava a D. Neusa [secretária de educação] a passar [o conteúdo] para as outras pessoas do grupo. Então, a D. Neusa achou que eu estava mais apta a ficar na biblioteca, e eu fiquei. O curso é ótimo. Muito bom, mesmo. A noção que eu tenho, eu aprendi tudo aí [material do curso]. (informação verbal)[101].

Em Saltinho, a biblioteca tem uma funcionária e ela não soube da existência do curso. O acervo doado pelo MinC não foi acompanhado do material de capacitação. Como nunca havia trabalhado com biblioteca, ela visitou a bibliotecária de uma faculdade particular no município de Piracicaba para aprender o básico.

> Foi um desafio muito grande! Eu nunca tinha entrado numa biblioteca. Eu sempre li, sabe? Mas livros que eu emprestava de um e de outro, na escola, quando eu estudava... Mas nunca tinha entrado numa biblioteca. Daí ele [o

[101] Entrevista com Sandra Lima em 21 fev. 2006.

> prefeito] me colocou aqui. Mas eu fui até a Biblioteca, em Piracicaba, pedi informação, e a bibliotecária de lá foi muito atenciosa comigo e me passou as explicações e eu comecei a montar a biblioteca daqui. (...) Ela me disse como etiquetar e numerar. Eu tenho o cadastro dos livros, dos consulentes, no programa próprio para a biblioteca, no computador. Tenho o livro ata com todos os livros do acervo. E assim eu fui, pesquisando uma coisa, pesquisando outra. (...) [Eu] não sabia que tinha que catalogar, carimbar, não sabia nada! (...) Eu fui secretária da paróquia! Não tinha nada a ver com a biblioteca! Foi ela [a bibliotecária] quem me ajudou. E não é um bicho de sete cabeças, não é?! E é uma coisa que eu gosto de fazer. Adoro escrever, adoro ler.(...) Eu aprendi tudo com a bibliotecária da Faculdade Maria Imaculada. (informação verbal)[102].

Apesar de a biblioteca municipal de Santo Antônio da Alegria ter sido aberta pelo projeto em sua primeira fase, quando ainda não havia oferta do curso de capacitação, os funcionários da biblioteca puderam fazê-lo em 2003. Foram notificados pela Divisão de Bibliotecas da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo que o curso seria oferecido: inscreveram-se e receberam o material. Na época eram três as pessoas que ficavam na biblioteca; atualmente, são duas, sendo um funcionário e a dirigente de cultura do município, dona Sebastiana. E é ela quem conta como fizeram o curso:

> Fizemos (...) o curso à distância. A gente fazia os exercícios, as TIPs[103], mandávamos as tarefas e temos até o certificado. Fizemos eu, Roberto e Maria José, que trabalhava comigo. Hoje ela está em Batatais, mas estamos querendo trazê-la de volta. Ela estava comigo na Cultura, ela é artista plástica. Foi via Secretaria de Estado de Cultura [que fez a notificação do curso]. Eles mandaram a notícia por correio, nós fizemos a inscrição e recebemos o material. Foi bom o curso. (informação verbal)[104]GENTIL, Sebastiana, depoimento, 2006).

[102] Maria Cecília Milani em 24 fev. 2006.
[103] TIPs: Tarefas Individuais Programadas, que deveriam ser enviadas ao gestor do curso, idealizado e organizado por Walda Antunes pela empresa WA-CORBI, em Brasília.
[104] Entrevista com Sebastiana Gentil em 9 mar. 2006.

Perguntei como foi possível a organização da biblioteca sem bibliotecários e sem orientação profissional, já que receberam o curso de capacitação muito tempo depois da abertura da biblioteca. A solução foi a mesma encontrada pela funcionária do município de Saltinho: ir a município vizinho, visitar uma biblioteca, pedir orientação aos bibliotecários, e segundo esclareceu, não houve mudança na organização da biblioteca após o curso de capacitação, pois consideram que a biblioteca funciona bem com a solução que deram desde o início:

> Fomos a Ribeirão [Preto], na Unip. Fomos ao Colégio Auxiliadora, em Batatais. Fomos pesquisando. Mas aí nós não copiamos de ninguém porque achamos melhor montar um programa próprio. Catalogamos, numeramos os livros de acordo com a sua especialidade e fizemos o nosso programa, e funciona. Temos o acervo separado em livros de registros: para literários, não literários, referências, literatura estrangeira... são todos numerados.
> (...)
> [Após o curso, não houve mudança na organização da biblioteca]...porque a nossa estava funcionando bem, foi mais a título de conhecimento e como lidar com o público, [que] aproveitamos mais [essas informações]. (informação verbal)[105].

Como vimos em capítulo anterior, o curso de capacitação elaborado sugeria que se formasse a Sociedade Amigos da Biblioteca. Dos 55 questionários respondidos, 47 afirmaram que não há uma Sociedade Amigos da Biblioteca, e apenas 7 responderam SIM.

Entre as bibliotecas que responderam sim, está a biblioteca de Barra do Chapéu. Entretanto, a fundação da Sociedade, nesse município, deu-se mais para responder às exigências colocadas pelo projeto *Uma Biblioteca em cada Município*, caindo em esquecimento logo depois, tal como conta a funcionária que fez o curso de capacitação e participou da elaboração da Sociedade:

[105] Entrevista com Sebastiana Gentil em 9 mar. 2006.

> Olha, a Sociedade Amigos da Biblioteca é só para preencher ata, não funciona. No início, funcionou, a gente fez reuniões e tal. As pessoas que faziam parte da Sociedade eram pessoas da educação, e como eram pessoas conhecidas, o pessoal votou nelas. [Tiraram fotos da Sociedade] e essas fotos foram mandadas para Brasília, porque tinham as TIPs e a gente tinha que mandar as fotos para comprovar [curso de capacitação]. Essas pessoas da educação foram saindo... a Sociedade foi deixando de atuar por isso. Quando eu respondi o questionário [enviado por mim, Josiane], eu procurei a presidente da Sociedade, a Iara [na época, Iara era assessora de Educação]. Ela me ajudou. [A Sociedade] nunca mais se reuniu. Eu acho que precisa encontrar pessoas que gostem de biblioteca, sabe? Pessoas que querem ver pessoas lendo para poder ir para frente, senão não vai. (...) A Iara está com muitos problemas de saúde e nem trabalha mais. Tinha a Mariele, que agora é oposição [política-partidária] e ela não quer que fale com ela sobre isso, mais. E tem a Nilcilene, que é a Secretária da Sociedade, mas agora ela é padeira, não tem nem tempo, mas quando ela estava aqui, ela gostava de ler, ela trabalhava nesse prédio, no Fundo Social. (LIMA, Sandra, depoimento, 2006).

A opinião de uma moradora da cidade, ex-membro da Sociedade e usuária da biblioteca não é muito diferente:

> Aí veio esse curso [de capacitação para a biblioteca] e a Neusa, da Educação, como sabe que eu leio bastante, me chamou. Então fizemos. [A Sociedade Amigos existiu] só enquanto aconteceu o curso. Acabou o curso, acabou tudo. Não teve mais nada. Estava todo mundo muito animado na época. Inclusive, se formasse um grupo bom, ela disse [secretária da Educação] que iria trazer até uma Kombi para montar uma biblioteca ambulante para os bairros... mas morreu tudo. (informação verbal)[106]

[106] Entrevista com Mercedes em 21 fev. 2006.

5.2.3 – A Biblioteca Pública Municipal e os Usuários

Já se registraram afirmações sobre serem os estudantes de nível médio e básico os principais usuários das bibliotecas públicas municipais. Nos municípios atendidos pelo projeto, essa realidade se confirma, também.

Para as 55 bibliotecas que responderam aos questionários enviados, 50 afirmaram ser a freqüência maior de estudantes.

Os serviços ofertados pelas bibliotecas limitam-se ao empréstimo de livros e disponibilização de materiais impressos para pesquisa. Apenas 24 bibliotecas responderam oferecer acesso à internet; 17 afirmaram possuir, em seu acervo, CDs sonoros, e 12 responderam possuir CD-Rom.

Ainda que em menor grau, há os freqüentadores da comunidade em geral, aqueles que gostam de ler e procuram a biblioteca municipal para empréstimo de livros.

Do universo das bibliotecas que responderam ao questionário, 36 afirmaram realizar trabalhos de incentivo à leitura, contra 16 que disseram não realizar estes trabalhos; 3 não responderam à questão.

Vejamos o caso dos municípios visitados.

O atendimento feito pela biblioteca municipal de Barra do Chapéu é majoritariamente para estudantes de primeiro grau do período diurno. A maioria da população é da zona rural, e não são usuários da biblioteca, a menos que, por serem estudantes, dela precisem para pesquisas escolares.

A população não estudante da cidade procura muito pouco pela biblioteca, que não oferece serviços atraentes a estes não-usuários. Há, inclusive, um desconhecimento da existência da biblioteca pública por parte da população, como conta a então funcionária da biblioteca:

> [A população usa] muito pouco, eles não ligam muito. Teve época em que eu saía para cobrar os livros, de casa em casa, época de férias, e ai é que os pais ficavam sabendo da biblioteca e perguntavam se eles também podiam pegar livro emprestado. Eu falava que emprestava, que a biblioteca é para todos, mas eles não vinham. Eles não se interessam pela leitura. Às vezes eu colocava alguns títulos que, na minha opinião, eu achava que eram mais interessantes, como [livros] de dieta, culinárias, porque o pessoal gosta, e eu colocava

> [anunciava] na rádio. E vinham alguns [usuários], mas por aquele tempo que anunciava na rádio. Quando parava [o anúncio], eles paravam de vir. Então, tem que ser uma coisa [um trabalho] constante. (...) Eu acho que se tivesse o jornal, as revistas Veja, Época, Isto É, eu acho que talvez chamasse a população, as pessoas que se interessam por assuntos de política... Porque no início eles vinham procurar, bem no comecinho, e como não tinha, eles pararam de procurar... (informação verbal)[107].

A opinião de um morador da cidade não é muito diferente da apresentada pela funcionária. Quando perguntei a ele sobre a biblioteca municipal, ele deu sua visão de morador e, inicialmente, confundiu a biblioteca municipal com a biblioteca escolar, que fica dentro da escola. Ao informá-lo sobre a existência da biblioteca municipal, que fica em frente à igreja, ele se lembrou e disse nunca ter entrado lá. Em suas palavras:

> Até onde eu sei, é muito pouco freqüentada pela população. Fica dentro da escola, o acesso é um pouco restrito, então tem fatores que interferem um pouco e nem está muito no costume, também.
> (...)
> Talvez a da escola funcione melhor que esta municipal. Porque a municipal, eu nem sei direito onde fica e nem que livros tem lá. Eu leio, mas leio jornais, revistas. (...) Mas eu acho o local meio escondido. Eu acho que tinha que ser um local mais à vista, que a pessoa pudesse ver da rua. As pessoas já não têm muito interesse e a biblioteca fica num local meio escondido (...). Não posso dizer com certeza, mas não acho que ela seja atraente e não tenho visto participação grande da população. Pode ser que alunos usem, com indicação dos professores, mas a população em geral, acho que não. (...) Não teve divulgação [da existência da biblioteca]. Mas se fosse num lugar mais aberto, mais à vista, acho que o pessoal daqui poderia utilizar mais, porque gera a curiosidade e a facilidade para entrar no local. E pode até querer ler o livro e passar a

[107] Entrevista com Sandra Lima em 21 fev. 2006. Importante lembrar não existir, na cidade, nem livrarias, nem bancas de jornal.

> freqüentar. Agora se é numa sala lá no fundo, fechada, fica mais difícil. (informação verbal)[108].

Não há, por parte da biblioteca, nenhum trabalho de incentivo à leitura[109] ou de expansão dos seus serviços, levando livros aos pontos distantes da cidade, no caso a zona rural, como nos conta Sandra:

> [Levar livros para a zona rural] esse tipo de coisa eu nunca fiz. (...) Grande parte da população de lavradores é analfabeta, então fica complicado para trabalhar com eles por isso, também. (...) mesmo que eles não souberem ler, tem as figuras, livros com figuras, como os de arte, com fotos. A criança gosta do que é colorido, e eu penso que quem não sabe ler gosta do que é colorido, também. No caso, tem a [alternativa da] biblioteca ambulante, não é?, pegar os livros e sair. Mas o problema é carro. Não tem carro para isso. (informação verbal)[110].

Há, entretanto, os usuários espontâneos, que usam a biblioteca para ter acesso a livros de leitura, a leitura por prazer. A biblioteca registra o número de 320 leitores inscritos. Para parte dessas pessoas, a abertura da biblioteca, no município, significou muito, pois antes as dificuldades de acesso ao livro eram grandes. Além da inexistência de pontos de venda do livro na cidade, o preço sempre é citado como uma grande barreira.

> Para quem gosta de leitura, acho que melhorou bem [com a abertura da biblioteca]. Minha mãe, que gosta de livros, tinha que ir para Apiaí, na biblioteca de lá. Agora ela usa a biblioteca daqui, que tem bastante livros que ela gosta. Eu não sou muito fã, não, de leitura. (informação verbal)[111].

[108] Entrevista com José Maria dos Santos em 21 fev. 2006.
[109] O único trabalho de incentivo á leitura foi a realização da gincana da leitura com os alunos de primeiro grau. Alunos de segundo grau e população em geral nunca foram alvo de atividades de incentivo à leitura, neste município.
[110] Entrevista com Sandra Lima em 21 fev. 2006.
[111] Entrevista com Henrique em 21 fev. 2006.

A senhora que é mencionada acima, dona Mercedes, é a senhora que participou do curso de capacitação e da formação da Sociedade Amigos da Biblioteca. É usuária freqüente da biblioteca. Acha o acervo da biblioteca bom e considera atender às suas necessidades. Quando perguntei sobre os livros que não encontrou na biblioteca, disse que isso nunca aconteceu, porque escolhe os livros que estão disponíveis no acervo, dificilmente vai à biblioteca com a intenção de pegar um livro em específico.

> Isso não, porque eu não vou procurar um livro, eu olho o que tem lá. Eu leio o resumo, se me interessar eu pego. Ás vezes tem indicação, também. A Pamela [usuária] me indicou 'Memórias de um sobrevivente'. É história verídica, gosto muito de história verídica. Triste! Eu gosto de história triste! (informação verbal)[112].

Quanto ao acervo, Pamela, a usuária mencionada acima, tem restrições. Acha que a biblioteca oferece um acervo muito restrito às suas necessidades.

> Bom, eu acho que são poucos os livros que tem lá [na biblioteca] e que me interessam. Eu já li vários, eu sou uma das que mais lê, e eu acho que são poucos os livros.(...) E sequer novidade tem mais na biblioteca. Já tem uns seis meses que eu não empresto livro porque não tem. Já li todos o que me interessam. Então é bem difícil aqui, os livros [o acesso aos livros]. Eu acho que a biblioteca de nosso município é muito precária, acho que deveria ter mais livros. Eu li livros sem o mínimo interesse por falta de opção. (...) Eu queria ler o [livro] Carandiru e ele está sempre emprestado. E eu nunca fiz sugestão de compra porque eu nunca soube que pudesse pedir alguma coisa, nunca soube como eles obtêm os livros. (informação verbal)[113].

Em Saltinho, os usuários registrados como leitores na biblioteca são 817, um número um pouco maior que o registrado pela biblioteca de Barra do Chapéu. Há, evidentemente, uma junção de estudantes e não estudantes no registro geral de leitores.

[112] Entrevista com Mercedes em 21 fev. 2006.
[113] Entrevista com Pamela Raul em 21 fev. 2006.

Não é feito nenhum trabalho de incentivo à leitura na biblioteca municipal. A procura dos usuários é totalmente espontânea. Mas há uma vantagem: ela é visível aos passantes e tem placa de identificação.

Para a funcionária, a freqüência de usuários espontâneos é boa e majoritariamente feminina. Ela considera a biblioteca muito importante para o município:

> A maioria é de estudantes, que pesquisam e usam a internet. Mas vêm pessoas não-estudantes também. A maioria são mulheres, e [a procura] é [por] romance.
> (...)
> Na época de férias, eles [os estudantes] vêm e pegam livros de leitura, porque daí nem querem saber de pesquisa, não é?! Muitos dos que vêm aqui, falam que não tinham esse hábito de leitura. A abertura da biblioteca foi um incentivo. Acho que como antes não tinha a biblioteca, então não tinha incentivo para ler. (...) Aqui, a biblioteca é uma novidade, porque não tinha. Então, muitas pessoas que vêm aqui é mais por curiosidade, para saber o que é, se pode emprestar... (...) antes mesmo de abrir, as pessoas passavam e perguntavam o que iria funcionar aqui. Eu falava que seria a biblioteca. Tinha um menino que vinha quase todos os dias saber se já podia retirar livros. (informação verbal)[114].

Pergunto sobre trabalhos de incentivo à leitura e ela diz:

> Só se a Secretária da Educação tiver algo em mente. Nós aqui, não. E também nem é a gente que pensa nessas coisas, tudo vem de lá para cá [da Secretaria para a biblioteca]. Minha função é mais cuidar da biblioteca, mesmo. (informação verbal)[115].

[114] Entrevista com Maria Cecília Milani em 24 fev. 2006.
[115] Idem.

Abaixo, a opinião de alguns usuários que foram à biblioteca enquanto lá estive, e aproveitei para ouvi-los:

> Quando a biblioteca abriu, meu filho era bem pequeno ainda, ele estava no pré. Eu fiquei muito tempo sem ler, e recomecei porque eu entrei aqui e vi os livros... Antes eu comprava livros, mas agora eu não faço mais isso. Não tem condições, é muito caro. Eu acho que o preço dos livros não tem nada a ver com a nossa realidade, parece que é de propósito para as pessoas não lerem, mesmo. Tem livros super interessantes para as crianças que custam 50 reais, não tem condição. Tem quem possa pagar, mas para a maioria, não dá. É mais difícil. Nesse sentido, a biblioteca ajuda bem, com certeza (informação verbal)[116].
>
> *
>
> Os meus pais estão sempre trabalhando e eu fico em casa, sem fazer nada, e venho aqui pegar livro para ler (informação verbal)[117].
>
> *
>
> [Antes da abertura da biblioteca] eu lia, mas era mais difícil. Eu sempre gostei de ler e com a biblioteca fica mais fácil. Tem variedade de livros, você pode pegar. As crianças também gostam de pegar livros (informação verbal)[118].
>
> *
>
> Antigamente eu não lia muito... não consigo lembrar. Mas antes da biblioteca, raramente eu pegava livro na escola, era mais difícil. Comecei a pegar livros para ler depois que abriu aqui (informação verbal)[119].

Em Santo Antônio da Alegria, o número de leitores inscritos na biblioteca é de 512.

Segundo a dirigente de cultura do município, a freqüência de estudantes e não estudantes é equilibrada[120].

---

[116] Entrevista com Ana Lúcia em 24 fev. 2006. Tem 37 anos, moradora da cidade, mãe de um garoto, que ela leva sempre à biblioteca para retirar livros.

[117] Entrevista com Wellington em 24 fev. 2006. Ele tem 9 anos. Segundo a funcionária, ele realmente é um freqüentador da biblioteca.

[118] Entrevista com Lucilene em 24 fev. 2006. Ela tem 31 anos, casada, dois filhos.

[119] Entrevista com Fabiana em 24 fev. 2006. Ela tem 18 anos, estudante de enfermagem. Faz o curso em Piracicaba e diz que agora tem menos tempo para ler.

[120] Sebastiana, a dirigente de cultura, trabalha com mais um funcionário na biblioteca, e é ele, segundo relatou, quem faz o trabalho de atendimento ao público. Infelizmente, ele estava em licença médica no dia de minha visita.

> Eu acho que equilibra. Nós temos muitos jovens e muitas crianças. E adultos também. Agora, o que nós menos temos, e eu estou fazendo uma campanha para a busca deles, é a terceira idade, para terem o hábito de ler. (...) Quanto aos leitores, nós temos quinhentos e poucos registrados, mas nós temos mais de mil leitores porque a ficha é no nome de [apenas] um [morador] da casa. Basta um da casa a ter a ficha e todos podem retirar. Tanto que os menores não têm ficha aqui, é a mãe quem a faz. Só pode ter a ficha no seu nome a partir de 16 anos. (informação verbal)[121].

O trabalho de incentivo à leitura desenvolvido pela biblioteca limita-se aos estudantes de 1ª a 4ª série, como a Hora do Conto. Envolvendo a comunidade houve um concurso de poesia. Não há trabalho de extensão dos serviços da biblioteca, como facilitar o acesso da população rural abrindo outros postos de empréstimo ou serviços de biblioteca itinerante.

> Ele [o contador de histórias][122] coloca a criançada no chão, ele se senta também, e começa a contar a história. Às vezes ele só conta e eles ouvem, às vezes ele pede para as crianças recontarem; às vezes pede para fazer a reescrita. E às vezes ele encena. Para a escola [municipal] ele escala um dia da semana e vem a classe "x" da escola. Ele escolhe os livros à altura daquela faixa etária e espalha pelas cadeiras. Vem a professora com os alunos e eles escolhem o que querem. O Roberto registra as saídas para ter como cobrar depois. Com as crianças da creche, ou nós vamos até lá, ou trazemos as crianças para cá. É uma aula especial, também. E aí varia de acordo com o que eles pedem: ou eles pegam os livros para ler, ou a gente vai ler com eles. Já fizemos o concurso de poesias, com a participação de toda a comunidade. As pessoas da comunidade eram convidadas a lerem suas poesias; com o material, fizemos uma exposição.

Por conta disso, ela decidiu fechar a biblioteca, considerando que o atendimento atrapalharia a nossa conversa, o que me impossibilitou conhecer os seus usuários.

[121] Entrevista com Sebastiana Gentil em 9 mar. 2006.

[122] O contador de histórias é Roberto, funcionário da biblioteca.

Sobre a extensão dos serviços bibliotecários, assim se expressa:

> Até no curso [de capacitação] se fala disso, não é? A gente acha inviável, porque nós temos muitos bairros. Antigamente havia as escolas rurais e tinha as bibliotecas nas escolas, mas era para alunos. Para a gente criar bibliotecas rurais, elas seriam o quê? Itinerante? Um tempo lá outro cá? Vai criar em todos os bairros? Quem sabe se a gente pensa nisso. É interessante, podemos pensar numa itinerante. Quase todas as comunidades têm salão de festas, a biblioteca poderia ficar um mês em cada comunidade. Você falou em perua... sabe que até seria uma boa idéia? Nós temos o odontomóvel, que está desativado, o veículo dele podia até ser uma biblioteca... (informação verbal)[123].

Apesar de a biblioteca estar fechada ao público quando de minha visita, foi possível conversar com duas jovens moradoras da cidade, fora do espaço da biblioteca. São trabalhadoras do comércio local; consegui travar conversa e ouvi-las a respeito da biblioteca:

> Eu já [fui usuária da biblioteca]. Bastante. Acho que deve ter minha ficha lá, ainda. Eu fui embora da cidade, agora voltei. Dei uma distanciada. A loja começou faz pouco tempo... não dá tempo, mas eu gosto [de ler]. (...) Falta um pouquinho de livro [na biblioteca], se tivesse mais, seria melhor. Na época, eu pegava romance espírita, lá tem essa opção. Sempre que eu ia lá, eu pegava algum livro, nunca saí de lá sem levar algum livro.(...) eu vou e, chegando lá, é que eu escolho [o livro]. Eu nunca vou com nada em mente[124].
>
> *
>
> Eu já fui à biblioteca com a escola, mas eu nunca peguei livros lá[125].

[123] Entrevista com Sebastiana Gentil em 9 mar. 2006.
[124] Entrevista com Edilaine de Lima em 9 mar. 2006. Ela tem 23 anos. Trabalha numa loja de celulares.
[125] Entrevista com Daniela de Souza em 9 mar. 2006. Ela tem 17 anos. Trabalha na loja de celulares com Edilaine de Lima.

6 – Ações Governamentais pós 2002 e Ações Não Governamentais para Bibliotecas Públicas

O conteúdo deste capítulo apresenta a reunião de informações, levantadas pela pesquisa, que considero de relevância para ilustração da dinâmica social brasileira em relação à promoção do acesso democrático ao livro, através da abertura de bibliotecas públicas, tanto por parte da esfera governamental como por parte da sociedade civil.

Não foi minha intenção, aqui, fazer uma análise em profundidade dessas iniciativas, pois não possuo dados suficientes para tanto. Além do quê, o exame aprofundado dessas experiências escapa da proposta da pesquisa aqui apresentada. Trata-se tão somente de uma descrição inicial, prevendo já a ampliação e continuidade desse estudo em momento posterior.

6.1 – Fome de Livro

Algumas alterações estruturais ocorreram no MinC na gestão Gilberto Gil, iniciada em janeiro de 2003. A Secretaria do Livro e Leitura/SLL deixou de existir e suas atribuições foram assumidas pela Fundação Biblioteca Nacional.

Segundo Lindoso (2004), a extinção da SLL foi um erro estratégico com conseqüências sérias à efetivação de políticas para o setor.

> Essa reforma significa, de fato, um retrocesso. A Secretaria do Livro e da Leitura do MinC (...) convenientemente estruturada, estava na posição correta para ser o órgão operador de uma política nacional para o livro. Sua extinção fez reverter à estrutura institucional do tempo do governo Collor. (LINDOSO, 2004, p. 180).

Foi lançado o programa *Fome de Livro*, que, entre outras coisas, prevê a continuidade da ação de abertura de bibliotecas através de convênios com municípios, nos moldes então iniciados pelo projeto *Uma Biblioteca em cada Município*. Entretanto, Galeno Amorim, coordenador do programa, afirma ser esta uma ação completamente diferente da anterior:

A primeira coisa importante a destacar é que são coisas completamente distintas [os projetos *Uma Biblioteca em cada Município* e *Programa do Livro e da Leitura*]. *Uma Biblioteca em cada Município* é um projeto de implantação de bibliotecas públicas. O *Plano Nacional do Livro e Leitura* que está em gestação e elaboração e de alguma forma já vem sendo executado, na verdade é a materialização de todas as visões e estratégias que compõem as diretrizes básicas da política nacional do livro e leitura e bibliotecas no período de vinte anos. Dentro desse plano, inclusive, tem programas de implantação de bibliotecas públicas. Poderia haver uma certa similaridade, digamos, entre um desses projetos ou programas que compõe o plano. Esse plano já na sua primeira edição, é composto por mais de 70-80 programas e projetos, cada um deles com dimensões de todos os tipos: coisas um pouco menores e programas que, um único deles significa por exemplo 600 milhões por ano. Então são ações muito distintas entre si e de comparação impossível. Então, deixa-me dar algumas informações para ajudar a clarear isso que eu acabo de dizer. Uma das primeiras iniciativas foi buscar criar um projeto para implantação de mil bibliotecas públicas no país. E aí, esse projeto de implantação de mil, ai sim, teria alguma similaridade com o programa *Uma Biblioteca em cada Município*. Só que à medida que nós começamos a dialogar com os vários setores da sociedade, percorrer todas as regiões do país para expor aquilo que começaria a ser feito, uma coisa ficou muito clara, a grande prioridade da sociedade brasileira na verdade não era este ou aquele projeto, a grande demanda era para se ter uma política de médio a longo prazos, uma política que pudesse dar rumos, pudesse dizer quem é que executa, quem formula, quem financia, o papel de cada um dos atores da sociedade. E ganhou uma condição de concretude na forma de um documento chamado *Diretrizes Básicas da Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas 2005-2022*. Como que isso se torna real, sai do campo das diretrizes estratégicas e básicas para ganhar materialidade? A materialidade é o *Plano Nacional do Livro e Leitura*. Esse Plano tem periodicidade trienal e é formado por ações do Estado (governo Federal, governos estaduais, governos municipais), do setor privado e de organizações do terceiro setor. Retomando o que eu disse no início, na sua primeira versão ele já é composto por 70-80 projetos e programas. Um desses programas é o Programa *Livro Aberto*, e este sim prevê a instalação de bibliotecas.

> Então, o *Fome de Livro* é um nome, nesse primeiro período, do *Plano Nacional do Livro e Leitura*. Que é algo que vem com a incumbência de ser permanente dentro do Estado brasileiro, ou seja, ter a condição ou status de uma política de Estado, não de um programa de governo. Então, o *Livro Aberto* ou o *Uma Biblioteca em cada Município* são ações de governo, enquanto o *Plano Nacional do Livro e Leitura* é uma política de Estado onde se encaixam os diversos projetos e programas. Só queria começar fazendo essa distinção pra justificar o por quê de eu dizer que é impossível comparar o que são coisas muito distintas (*Fome de Livro* e *Uma Biblioteca em cada Município*). (informação verbal)[126].

Para Milanesi (2006), as ações governamentais, desde o INL até o programa *Fome de Livro*, são baseadas em concepções autoritárias, das quais ele discorda:

> Eu não sei como foi engendrada a política estabelecida pelo INL, mas mesmo sendo um projeto voltado para bibliotecas e leituras, num campo claramente humanístico, tinha alguns arreganhos autoritários, isso na minha concepção. Por exemplo, havia um poder central que determinava um pacote de livros que se mandava para municípios dentro de algumas condições. Quando foi instituído o Sistema de Bibliotecas em 1983, [em São Paulo] era totalmente diferente desse modelo. E agora, exatamente no governo do PT, nós voltamos ao espírito do Instituto Nacional do Livro e desses arreganhos autoritários. São esses os paradoxos... (...) O projeto *Uma Biblioteca em cada Município* é [tem] o mesmo espírito do Galeno [programa *Fome de Livro*]. (informação verbal)[127].

E, em trecho mais adiante:

> (...) eu fui procurado pelo Galeno quando o Lula assumiu e [ele] veio com a proposta, completamente fora do tempo – *Fome de Livro* – quer

[126] Entrevista com Galeno Amorim em 20 set. 2005.
[127] Entrevista com Luís Milanesi em ?? mar. 2006.

> dizer, voltava lá para o tempo do Estado Novo, política do INL, e eu não concordava com aquilo. Nós tínhamos uma experiência, tínhamos que colocar coisas para além dessa experiência. Voltar a fazer pacotinho de livro não dá. Eu fiz um monte de sugestões para o Galeno: "Galeno, vamos começar a ouvir as pessoas, vamos organizar simpósios, vamos trazer essas pessoas para cá, vamos para algum lugar e ficamos lá três dias conversando, a gente passa o que estamos pensando, eles passam o que estão pesando... é muito bom isso, daí que realmente vamos ter políticas que todos assumem e não políticas que estão na cabeça de um Galeno ou de um Milanesi. Não é isso". Mas eu não consegui. Ele dizia "não sou eu, isto é política desse governo, é isso que eles querem..." *Fome de Livro, Uma Biblioteca em cada Município*. Está aí essa nhaca. (informação verbal)[128].

Outros pontos de desconfiança, em relação aos conceitos nos quais se baseiam os programas federais, são levantados por Fernando Modesto:

> (...) porque o grande interesse no Ministério [sobre o projeto *Uma Biblioteca em cada Município*] era não financiar as bibliotecas já existentes, mas era criar novas bibliotecas, o mesmo defeito que tem o atual projeto do governo Lula [sobre o programa *Fome de Livro*], porque quer criar bibliotecas, mas não há mecanismos [de melhoria] dentro dos programas para as bibliotecas já existentes, que também carecem de recursos (...) passa a ser apenas um interesse político, é por quantidade e não por qualidade. Então vamos criar, criar, criar... Cria-se um monte [de bibliotecas] da noite para o dia, você tem aí milhares de cidades com bibliotecas, e depois de um ano, dois, você volta lá e essas bibliotecas... o acervo você não sabe onde está, o imóvel de repente desapareceu e virou qualquer outra coisa. Então, são essas as fragilidades desse tipo de sistema, porque você precisa ter uma estrutura de fiscalização dos recursos, de acompanhamento e também planejamento de consolidação, o grande problema do Brasil. Porque teve projetos maravilhosos, *Uma Biblioteca*

[128] Entrevista com Luís Milanesi em ?? mar. 2006.

> *em cada Município* é um projeto lindíssimo, mas no papel, porque na hora da aplicação, bate com uma realidade nacional muito distinta. Hoje (...) há a questão da automação, a questão dos recursos (...) pessoal capacitado, aliás, pessoal qualificado, e qualificado para mim é gente que entenda do ramo e que não transforme livro ou qualquer material de informação em uma pilha de nada, mas [em] um serviço que efetivamente mude, desenvolva a comunidade local. (...) sei que foram criadas algumas bibliotecas, milhares aliás (...) mas em termos de contratação de bibliotecários, nada!, em termos de consolidação da biblioteca pública, nada!, do fortalecimento dos sistemas estaduais, nada! Não ficou pedra sobre pedra, e isso é que me deixa um pouco cético em relação à própria política atual, desse *Fome de Livro*... (informação verbal)[129].

6.2 – São Paulo: um Estado de Leitores

Em nível estadual, durante a gestão de Cláudia Costin como secretária da Cultura de São Paulo, foi lançado, em 2003, o projeto *São Paulo: um Estado de Leitores*. A proposta, ainda em execução, é semelhante ao que propôs o projeto *Uma biblioteca em cada Município*, pois objetiva a abertura de bibliotecas públicas em cidades do Estado onde elas não existissem. Através de convênio, os municípios oferecem a infraestrutura e o Estado se compromete a encontrar padrinhos, junto à iniciativa privada, para montar o acervo a ser destinado às bibliotecas. Esses padrinhos oferecem o acervo, mediante lista elaborada pela Secretaria de Cultura, o mobiliário e equipamentos[130]. A Secretaria de Cultura realiza a operacionalização. Doações de pessoas físicas também são aceitas, e a Secretaria coloca postos de recebimento em vários locais.

> No esquema tripartite montado, os padrinhos fornecem um computador e um acervo básico de 600 ou 1000 títulos (dependendo do número de habitantes dos municípios), definidos numa listagem criada pela Secretaria. A capacitação dos

[129] Entrevista com Fernando Modesto em ?? mar. 2006.
[130] Segundo nos informa o site da Secretaria de Estado da Cultura, os padrinhos colaboradores do programa foram, até hoje, Banco do Brasil, ABN AMRO Bank, Santander Banespa, BankBoston, Instituto Itaú Cultural, Grupo Silvio Santos, Bovespa, Tim, FAAP (Fundação Armando Álvares Penteado) e as fundações Nestlé, Camargo Correia, Telefônica e Victor Civita. (SECRETARIA de Estado da Cultura. Programa São Paulo: um Estado de Leitores. Disponível em: http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC. Acesso em: 11 abril 2006).

> funcionários municipais e as atividades de estímulo à leitura ficam sob responsabilidade da Secretaria. Às Prefeituras cabe oferecer as áreas para a implantação das unidades, além dos profissionais para operá-las. (SECRETARIA de Estado da Cultura. Programa São Paulo: um Estado de Leitores. Disponível em: http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC).

Foram abertas 84 novas bibliotecas públicas e, segundo dados oficiais, com esta ação, todos os município do Estado contam com uma biblioteca pública.

Segundo Márcia Rosetto, bibliotecária envolvida na implementação do programa, a definição dos municípios do Estado sem bibliotecas públicas pode não estar de acordo com a realidade. Isto porque, segundo ela, partiu-se da informação prestada pelos municípios em resposta ao questionário enviado pela Secretaria de Estado da Cultura, para a definição das cidades do Estado sem biblioteca pública. E o resultado obtido se mostrou, posteriormente, duvidoso, já que foi possível saber que alguns municípios afirmaram possuir bibliotecas públicas sem realmente possuí-las. As falsas informações foram descobertas porque, no momento em que se tornaram conhecidos os motivos do questionário, os mesmos municípios solicitaram a participação no projeto e assumiram não possuir a biblioteca pública municipal.

> Pela estatística do Estado, havia 84 cidades que não tinham bibliotecas, mas na verdade são mais, porque com o passar do tempo, nós fomos descobrindo que cidades que responderam ter biblioteca, na verdade não tinham, e a Secretaria de Cultura trabalhou com as estatísticas dos municípios que disseram que não tinham [a biblioteca].
> (...) aí [quando] viram qual era o objetivo do questionário, que era exatamente o Estado conseguir recursos para ajudar esses municípios (porque a Secretaria da Cultura do Estado não tinha recursos para isso, mas foi atrás de recursos, de apoios externos, como doação) voltaram atrás, disseram não ter biblioteca. (ROSETTO, depoimento, 2006).

Ela aponta, também, o envolvimento do poder público municipal como requisito de êxito nesse tipo de ação:

> (...) a gente sabe que facilitando o acesso aos livros, não quer dizer que você esteja resolvendo o problema, porque teria que ter uma ação do município para se apropriar melhor desse espaço, junto com as escolas e com a comunidade que ele está gerenciando. Então, não adianta pôr livros lá [na biblioteca], tem que ter um trabalho para trazer os usuários para o espaço, e isso quem tem que fazer é o próprio município, o município tem que ter esse entendimento! E, olha, existe uma diferença muito grande quando o prefeito adota realmente a biblioteca e quando não adota, porque você vê o espaço, ele esta melhor organizado, ele tem o desenvolvimento de atividades para a população. Então o espaço [a biblioteca] tem que ser apropriado devidamente pelas escolas, pelos professores, pelo bibliotecário junto com os administradores [do município], os secretários da cultura, os gerentes culturais... (informação verbal)[131].

6.3 – Algumas Experiências de Ongs e Comunidades na Ação por Bibliotecas Públicas

Para além das ações governamentais, Ongs, empresas e até moradores abnegados de comunidades carentes têm realizado ações em prol de abertura de bibliotecas ou locais de acesso ao livro. Vejamos alguns exemplos.

O **Instituto Brasil Leitor/IBL**, tem por princípio

> (...) desenvolver projetos apoiados nas instituições de massa, em especial a escola, para expandir o uso e a familiaridade com os livros, jornais, revistas e computadores entre jovens, crianças, famílias e professores, em especial os das grandes periferias, abandonadas à barbárie da urbanização selvagem.
> O IBL tem como objetivo criar as bases da nova sociedade da informação (que não deve ser confundida com a sociedade da informática) entre os

[131] Entrevista com Márcia Rosetto em ?? mar. 2006.

> marginalizados do novo *apartheid* - o *apartheid* da informação - fonte primária desta nova barbárie. Os objetivos do IBL presumem um relacionamento íntimo e constante com toda iniciativa privada (grandes, médias e pequenas empresas) com pessoas físicas, instituições oficiais e internacionais.(IBL.Objetivo. Disponível em: http://www.brasilleitor.org.br. Acesso em: 12 abril 2006).

O Instituto age através de parcerias com empresas privadas, instituições governamentais e instituições internacionais.

Atualmente desenvolve três linhas de ação envolvendo bibliotecas, livros e leitura: os projetos *Ler é Saber*, *Embarque na Leitura* e *Ação Leitura*.

Ler é Saber objetiva a criação de bibliotecas em escolas da primeira infância (crianças de 0 a 6 anos), escolas de segundo grau, associações, comunidades. Sua meta é criar, até o ano de 2007, 100 bibliotecas pelo Brasil. O Instituto se responsabiliza pela manutenção do conceito que anima a iniciativa do projeto – *Geração de Leitores*, pelo acervo inicial e de reposição, numa periodicidade de 6 meses, promoção de oficinas de leitura e treinamento de monitores e professores. O conteúdo geral de cada unidade do *Ler é Saber* é, segundo informações do site:

> Acervo geral com reposição semestral; Acervo de utilidade familiar; Material das oficinas de leitura; TV, vídeo e instalações; Mesas, cadeiras e estantes; Gibiteca; Videoteca; Treinamento de professores / monitores; Brinquedos educativos; Computador, periféricos e softwares; Instalação geral; Identidade visual, papelaria e periféricos; Monitoração; Sistema de informática e controle de gestão; Divulgação e coordenação; Auditoria. (IBL. Ler é Saber. Disponível em: http://www.brasilleitor.org.br. Acesso em: 12 abril 2006).

As unidades oferecem atividades para interação com a comunidade: *Quebra Galho*, em que voluntários – professores ou outros profissionais, aposentados ou não – possam auxiliar crianças e jovens que necessitam de apoio em suas atividades escolares; o *Roda da Leitura* ou *Hora do Conto*; *Memórias*, em que moradores são convidados a contar a história particularidades da história da comunidade ou mesmo suas experiências de vida; *Viagens*, em que pessoas da comunidade são convidadas e relatar suas viagens; encontro com escritores; organização de encontros e debates sobre temas de interesse da comunidade.

O IBL estima atingir, através do projeto *Ler é Saber* e da realização de sua meta de implantação de 100 unidades por todo o país, 300.000 adultos, 600.000 jovens e 1.200 professores e educadores.

O projeto *Embarque na Leitura* objetiva a criação de pontos de acesso de livros, com empréstimo a domicílio. Foram inauguradas duas unidades nas estações Paraíso e Tatuapé do Metrô, São Paulo.

> A Biblioteca *Embarque na Leitura* é um módulo de empréstimo de livros de impacto visual e corporativo que compartilha a identidade do **Instituto Brasil Leitor**. Ali a população tem a oportunidade de levar livros atraentes para casa. Cada biblioteca conta com mais de 3.000 títulos que podem ser consultados por meio de um sistema de pesquisa automatizado. (IBL. Embarque na Leitura. Disponível em: http://www.brasilleitor.org.br. Acesso em: 12 abril 2006).

Para ser um associado e ter a possibilidade de levar livros para casa, no máximo dois títulos, o interessado deve apresentar RG, foto, comprovante de endereço. Receberá uma carteirinha de sócio. O acervo total da unidade Paraíso é de 3.995 títulos e o número de sócios inscritos é de 9.548 pessoas. Na unidade Tatuapé, inaugurada em primeiro de setembro de 2005, o acervo total é de 2.462 títulos e o número de sócios inscritos é de 1.775. (RELATÓRIO Biblioteca Embarque na Leitura. Metrô Paraíso, novembro de 2005; _____. Metrô Tatuapé, novembro de 2005)[132].

Segundo William Nacked, diretor geral do IBL, o índice de inadimplência é menor que 1%.

> (...) a gente pensava que, se estivesse lá dentro [do Metrô], puxava para a gente a respeitabilidade daquela bandeira, e se trabalhássemos como a Siciliano, a Saraiva, a Fnac trabalham o seu cliente, deveríamos ter sucesso. E emplacou (...) Nós temos hoje, com 10 meses só [de funcionamento, Metrô Paraíso], 8 mil sócios. Já emprestamos 31 mil livros. Quantos não devolvidos? 23! Então é 0,000...%, é uma das menores inadimplências. Então o acesso à leitura traz quem gosta de ler e

[132] Os relatórios citados foram cedidos pelo IBL para a autora.

> não tem recurso, estimula quem não gosta de ler só se tiver estímulo, serviço e ajuda para ele escolher o livro. (informação verbal)[133].

Ainda segundo os dados fornecidos pelo relatório, alguns fatos de interesse: quanto ao gênero, as mulheres são as maiores usuárias, representando 7.644 do universo total de inscritos. Por faixa etária, a maior incidência recai sobre pessoas entre 20 e 30 anos, 4.319 inscritos. Por escolaridade, alunos do ensino médio representam 4.480 inscritos[134].

O projeto *Ação Leitura* tem por objetivo incentivar a prática de leitura entre policiais e seus familiares. Idealizado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, conta com a parceria da Rede Globo e do Instituto Sou da Paz, com a execução do IBL. Foram implantadas bibliotecas na Academia de Polícia Militar do Barro Branco e no Centro de Formação de Soldados Cel. Eduardo Assumpção, pertencentes à Polícia Militar de São Paulo. (IBL. Ação Leitura. Disponível em http://www.brasilleitor.org.br. Acesso em: 12 abril 2006).

O **Instituto EcoFuturo**, criado em 1999 por iniciativa do Grupo Suzano, também vem desenvolvendo ações nesse sentido com o programa *Ler é Preciso*[135].

O objetivo deste programa é:

> Valorizar a cultura, a partir do estímulo à leitura, propondo a prática como possibilidade de busca e descoberta do prazer que vem da aquisição do conhecimento e do seu potencial de renovação e transformação. A leitura é um instrumento fundamental para o desenvolvimento humano e pessoal, para o processo formativo e para o exercício pleno da cidadania. O prazer pela leitura vem da liberdade que ela sugere.
>
> (...)
>
> Tem como principais ações a implantação de bibliotecas comunitárias, capacitação de mediadores de leitura, os promotores de leitura, concursos de redação, edição de obras literárias que resgatam a cultura e a história nacionais; apoio a debates e palestras sobre como incentivar a leitura e utilizar a literatura

[133] Entrevista com Willian Nacked em ?? jul. 2005.

[134] Os números apresentados referem-se à soma dos dados relativos à unidade Paraíso e Tatuapé, divulgados pelos relatórios.

[135] Além do Ler é Preciso, o Instituto EcoFuturo desenvolve os projetos *Parque das Neblinas* e *Movimento Cooperativa de Material Reciclável*, ambos visando educação ambiental. Vide Instituto EcoFuturo em <http://www.ecofuturo.org.br>. Em seu site, há a divulgação de pesquisa realizada pelo Instituto, cruzando dados de vários órgãos como o IBGE, PNUD, Ministério da Ciência e Tecnologia, Coordenadorias de Sistemas Estaduais de Bibliotecas, Prefeituras Municipais, Biblioteca Nacional, revela a existência de 14 mil bibliotecas de atendimento à comunidade, no Brasil. Entretanto, a pesquisa mostra que, em sua maioria, são bibliotecas com funcionamento extremamente precário. O site não informa o ano de realização da pesquisa.

> como instrumento pedagógico de apoio ao ensino de temas transversais, intercâmbio entre todos os envolvidos com a questão do estímulo ao hábito da leitura no País. (Instituto EcoFuturo. Ler é Preciso. Objetivo/Ações e Resultados. Disponível em: <http://www.ecofuturo.org.br>. Acesso em 12 abril 2006).

Os projetos integrantes do programa são *Biblioteca Comunitária*, *Concurso de Redação*, *Clube do Ler* e *Selo Ler é Preciso*[136].

Biblioteca Comunitária é uma parceria do Instituto EcoFuturo e a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. Apóia a implementação de bibliotecas com acervo inicial de 500 livros, capacitação de promotores de leitura. Destina-se a crianças e jovens das zonas rural e urbana. Foram 9 bibliotecas criadas entre os Estados de São Paulo e Bahia, perfazendo um total de 4.176 usuários, sendo 2.826 adultos e 1.350 crianças[137].

Concurso de Redação é destinado a crianças entre 7 e 14 anos. As redações escolhidas, ao todo 60, são reunidas em livro publicado e distribuído entre os participantes. Até 2003, foram realizados 4 concursos, envolvendo 4.500 crianças e 5 mil escolas das redes pública e privada. Em 2005, lançamento do 5º Concurso, em parceria com o Instituto Ayrton Senna, envolvendo 12 mil escolas das redes pública e privada e um número aproximado de 50 mil crianças.

Clube do Ler é um canal de comunicação entre o Instituto e os participantes das ações do programa *Ler é Preciso*. Através do *Clube*, foram criadas ações como *Cultura da Bandeja*, que era a divulgação de trechos de livros nos papéis utilizados nas bandejas da praça de alimentação do Shopping Iguatemi, em São Paulo; *Salão do Livro para Crianças e Jovens; Campanha de Incentivo à Doação* e *Consumo de Livros*, em que cada exemplar doado valia um cupom com descontos na aquisição de livros nas livrarias do Shopping Iguatemi, São Paulo, sendo arrecadados 1500 títulos.

Selo Ler é Preciso foi criado com o objetivo de viabilizar a edição de obras. 1% da renda obtida com a venda de livros com o selo é destinada às ações do programa *Ler é Preciso*.

---

[136] As informações a seguir foram retiradas do site do Instituto EcoFuturo, no endereço http://www.ecofuturo.org.br. Acesso em 12 abril 2006.

[137] Os dados do site são anteriores a 2002. Na época, estava prevista a criação de mais 10 bibliotecas entre os Estados do Rio de Janeiro, Maranhão e Minas Gerais.

O **Leia Brasil** vem desenvolvendo desde 1991 ações de promoção da leitura e de acesso ao livro. Criado inicialmente como um programa da Petrobrás, em 2002 passou por reestruturação e transformou-se em Organização Não Governamental[138].

> Os projetos realizados pelo Leia Brasil têm o objetivo de promover a leitura na comunidade escolar da rede pública de ensino. São mais de 700 escolas atendidas na Bacia de Campos, Paraná e Santos, em parceria com a Petrobrás; e no Grande Rio com o patrocínio da Ampla. (Leia Brasil. Disponível em: <http://www.leiabrasil.org.br>. Acesso em 12 abril 2006).

Os projetos desenvolvidos são *Caminhões Biblioteca*, *Treinamento de Educadores*, *Publicaçõe* e *Sedução de Leitores*.

Caminhões Biblioteca são projetados para transportar um acervo aproximado de 20 mil livros de literatura, para empréstimo gratuito a 50 escolas conveniadas. Ao longo do ano letivo, as escolas podem retirar até 400 livros e assumem o compromisso sobre sua circulação entre a comunidade, envolvendo, além de alunos e professores, vizinhos, parentes e amigos.

Treinamento de Educadores é um projeto com o objetivo de capacitar professores da rede pública, promovendo oficinas, palestras, encontros.

Publicações: publicação do Cadernos de Leituras Compartilhadas, que são revistas temáticas apresentando textos literários e artigos especializados, informações sobre experiências de promoção da leitura em sala de aula e em outros espaços.

Sedução de Leitores são eventos culturais com o objetivo de conquistar novos leitores. Podem ser realizados por contadores de história, mímicos, palhaços, mágicos, peças de teatro, shows musicais, bate-papos, encontro com autores, etc.

A **Associação Vaga Lume** é uma entidade sem fins lucrativos fundada em 2001 e responsável pelo projeto *Expedição Vaga Lume*, que objetiva implantação de bibliotecas comunitárias e capacitação de mediadores de leitura nas comunidades da Amazônia Legal.

Em sua primeira etapa de funcionamento, iniciada em 2002, o projeto abriu 32 bibliotecas em comunidades espalhadas por 20 municípios. As bibliotecas contavam com acervo inicial de 300 títulos, estantes de madeira certificada fabricadas por internos do Presídio Metropolitano de Maituba, Pará. Capacitação de 500 mediadores de leitura e distribuição de 12 mil livros a cerca de 1.500 crianças.

[138] Todas as informações apresentadas foram consultadas no site da Ong: http://www.leiabrasil.org.br. Acesso em 12 abr. 2006.

Na sua segunda etapa, iniciada em 2004, o retorno aos mesmos municípios e comunidades para a consolidação das bibliotecas, através da realimentação de acervo, formação de novos mediadores de leitura, organização de assembléias comunitárias com o objetivo de criação de um Regimento para as bibliotecas e constituição de Conselho Gestor.

> A *Expedição Vaga Lume* surgiu no ano de 2000, como um projeto cujo principal objetivo era conhecer e contribuir com comunidades remotas da Amazônia brasileira.
>
> Por que a Amazônia? A intenção de contribuir com a Amazônia brasileira nasceu antes da *Expedição Vaga Lume* ter esse nome e optar por trabalhar com implantação de biblioteca. Para as fundadoras do projeto parecia inconcebível que uma região tão rica como a Amazônia recebesse tão poucos investimentos em seus habitantes.
>
> Por que bibliotecas? Porque uma biblioteca é um patrimônio coletivo, e deve ser administrado e zelado pela comunidade. Assim como a floresta, o rio, as danças e as línguas são patrimônios coletivos que devem ser preservados pela comunidade. Além de exercitar a organização comunitária, a biblioteca traz o fascinante mundo da leitura e trabalha com professores para elevar a qualidade de educação em escolas rurais.
>
> (...)
>
> Por que Expedição Vaga Lume? Porque o trabalho em locais tão remotos tem um caráter expedicionário (é só conferir o mapa!). E, como o vaga-lume, por onde a Expedição passa, ilumina comunidades com as luzes da biblioteca. (Expedição Vaga Lume. Nossa História. Disponível em: http://www.expedicaovagalume.org.br. Acesso em 12 abril 2006).

Temos, também, algumas notícias de cidadãos ou grupo de cidadãos que decidiram abrir bibliotecas em suas comunidades.

Em 1998, Evandro dos Santos, pedreiro de origem sergipana, semi-analfabeto (sabe ler, mas não sabe escrever), teve a idéia de montar uma biblioteca na garagem de sua casa, no bairro da Penha, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, quando viu, por acaso, livros para doação num balcão de uma loja de auto-peças. Pegou os livros e iniciou o projeto. Para chamar a atenção sobre sua idéia, ligou para o jornal *O Dia* sugerindo uma matéria sobre o seu caso, enfatizando ser pedreiro e semi-analfabeto. A matéria saiu e lhe rendeu doação de mais de mil

livros. Em sua biblioteca, hoje chamada Biblioteca Comunitária Tobias Barreto, não há registros, cadastros ou cobranças de prazo. As pessoas levam o que querem pelo prazo que desejam. (informação verbal)[139].

Claudemir Cabral fundou a única biblioteca do bairro do Morumbi, São Paulo, em 1995, quando tinha 15 anos. A idéia nasceu da necessidade. Morador da favela Paraisópolis, onde vivem cerca de 60 mil pessoas, iniciou seu projeto com um acervo de 15 livros na sala da sua casa. No primeiro dia de funcionamento da biblioteca, todos os livros foram retirados. Ela teve que ser fechada e reaberta uma semana depois, quando os livros foram devolvidos. Hoje, a biblioteca, chamada Biblioteca Escola Crescimento Educação Infantil, Becei, conta com um acervo superior a 12 mil livros, atende cerca de 100 pessoas por dia e recebe incentivo e doações de várias empresas e pessoas físicas. (Diário Popular, São Paulo, 11 ago. 2001. Disponível em: http://www.diariopopular.com.br/11_08_01/mf070806.html. Acesso em: 12 abril 2006).

Moradores do bairro do Itaim Paulista, zona leste de São Paulo, inauguraram sua biblioteca comunitária em 2005, graças à iniciativa de Alessandro Buzo, escritor e morador do bairro. A idéia nasceu devido à dificuldade que vivia para conseguir publicações. Fez parceria com a Escola de Samba do bairro, a Unidos de Santa Bárbara, que cedeu uma salinha em sua sede para abrigar a biblioteca. Conseguiu doações e abriu a biblioteca com um acervo de 1000 livros. (Matéria publicada em OESP, São Paulo, 25 jul. 2005. Também disponível em: http://www.crmariocovas.sp.br/notícia.php. Acesso em 12 abril 2006).

A Biblioteca Zumaluma, criada por iniciativa de César Mateus, também conhecido por Vulto, foi fundada em maio de 2002 na Favela do Inferninho, em Embu das Artes. O espaço apropriado por Vulto para a instalação da biblioteca, no centro da favela, era uma construção utilizada para desmanche de motos e carros e para o tráfico e consumo de drogas. A biblioteca faz empréstimos de livros a sócios inscritos, que levam os livros e os devolvem dentro do prazo estipulado. Vive de doações. Com o apoio da comunidade, o espaço se transformou em Associação Zumaluma, que, além da biblioteca, oferece à comunidade, gratuitamente, oficinas de Hip-Hop, capoeira, aulas de inglês, informática, percussão, artesanato e ginástica. Zumaluma foi um nome criado a partir das iniciais de líderes do movimento negro: Zumbi (ZU), Malcom X (MA), Martin Luther King (LU) e Nelson Mandela (MA). (Matéria publicada em Bocadaforte em 13/05/05. Disponível em:

[139] Entrevista no programa Jogo de Idéias, Itaú Cultural, apresentado em 27 mar. 2006.

http://bocadaforte.uol.com.br/Portal/Conteudo/Informacao/Informanos/Materias/. Acesso em: 12 abril 2006).

Em dezembro de 2005 foi inaugurada, por iniciativa de Severino Manuel de Souza, uma biblioteca para as 468 famílias do MSTC, Movimento dos Sem Teto do Centro, que invadiram, em 2002, o prédio Prestes Maia, considerado a maior favela vertical da cidade. Severino encontrava livros no lixo e não tinha coragem de encaminhá-los para a reciclagem, daí nasceu a idéia de formar uma biblioteca. O acervo, conseguido através de doações e da coleta de publicações dos lixos da cidade, conta com 3.500 obras entre livros, revistas, gibis e enciclopédias, e é possível encontrar títulos de Machado de Assis, Balzac, Jorge Amado, Paulo Coelho e a coleção de Harry Potter. A biblioteca funciona no sub-solo do prédio. (Folha de S. Paulo, 01/02/06. Disponível em: http://www.cbl.com.br/news.php?recid=3375&hl=sem%20teto. Acesso em: 13 abril 2006).

Cada uma das ações acima descritas merecem um olhar mais atento. Qual o seu real alcance? Têm conseguido atingir os seus objetivos?

O que possuem em comum é a crença de que o acesso ao livro e ao ato de ler podem significar aquisição de conhecimento, o que levaria a uma melhoria das condições de vida dos indivíduos, principalmente em países com enormes diferenças sociais como o nosso.

Não foi nosso intuito, aqui, realizar uma análise detalhada de cada uma dessas ações não governamentais, até porque não temos um levantamento consistente de dados para tanto. Nossa intenção foi, tão somente, apresentá-las e, ao fazê-lo, demonstrar que há uma preocupação social latente para a questão da exclusão cultural e educacional.

7 – Considerações Finais

Com o que foi possível reunir de conhecimento sobre o projeto *Uma Biblioteca em cada Município,* apresento, como resultado parcial, o que considero serem reflexões iniciais sobre a gestão pública no campo cultural, que merecem ser aprofundadas posteriormente, no doutorado.

Para a realização desta pesquisa foi necessário enfrentar alguns constrangimentos, sendo o mais decisivo a restrição temporal. Como se sabe, as novas imposições do governo federal, através da CAPES, aos programas de pós-graduação exigem, cada vez mais, a realização de dissertações e teses num curto espaço de tempo.

Ainda assim, reuni esforços para conjugar o tempo disponível ao compromisso em realizar uma pesquisa que ultrapassasse a obrigação formalista de conclusão de curso e pudesse, ainda que de forma embrionária, contribuir com as discussões sobre gestão pública e cultura no Brasil.

7.1 – Principais considerações

1- Política pública x projeto

Retomando a idéia que abriu este estudo, a formulação de políticas públicas para o campo cultural exige de seu formulador suficiente conhecimento desse campo para evitar, assim, cair em soluções rápidas que não consigam criar as raízes necessárias para a modificação da realidade de carências que comumente se apresenta no campo cultural, no Brasil.

A opção por ampliar a rede de bibliotecas públicas através de um projeto baseado em convênios com prefeituras municipais revelou-se insuficiente para modificar o quadro de carências. O projeto baseou-se em convênio que previa a satisfação de alguns requisitos como local para o funcionamento da biblioteca, funcionário fixo para dela cuidar e colocá-la em lei municipal para a garantia do recebimento de recursos. Como foi possível observar, esses requisitos ou não foram plenamente cumpridos pela administração local ou não foram, por si, capazes de garantir que a biblioteca implantada seguisse com sua vida ativa de acordo com os objetivos do Ministério, que eram: ampliar o acesso ao livro e gerar mais leitores.

As bibliotecas municipais não recebem, por parte da administração local, verbas suficientes para a sua adequada manutenção e crescimento, e não realizam trabalhos consistentes de geração de leitores.

O quadro pede formulação de uma política pública ampla, que garanta a sua continuidade independente do governo em exercício, seja no âmbito federal ou local.

A definição, em âmbito federal, do percentual a ser gasto com a biblioteca pública por cada município da União, como uma obrigatoriedade, assim como acontece com a saúde e a educação, pode ser uma forma de criar, nos municípios, o compromisso com o desenvolvimento do equipamento cultural biblioteca.

2- Não realização de avaliações consistentes das ações precedentes

A observação da atuação do Ministério da Cultura para a ampliação da rede de bibliotecas públicas sugere que não houve uma satisfatória avaliação das ações precedentes. O estabelecimento de convênios entre a esfera federal e os municípios da União, seja através do MEC ou do MinC, provaram, pelas ações do INL, não serem eficientes para os objetivos propostos. Necessário, portanto, na elaboração de projetos ou políticas de âmbito federal, principalmente para o campo cultural, tão desprovido de informações consistentes, que a iniciativa para a realização de avaliações de ações precedentes não seja negligenciada, pois poderá evitar desperdício de tempo, esforços e dinheiro.

3- O isolamento das bibliotecas municipais

O projeto não conseguiu quebrar o isolamento em que vivem as bibliotecas municipais. Excetuando algumas bibliotecas localizadas em grandes cidades, a grande maioria das bibliotecas públicas municipais do Estado de São Paulo vive fechada sobre si mesma, sem troca de informação com suas vizinhas ou com instâncias governamentais como a Secretaria de Estado da Cultura, que possui a Divisão de Bibliotecas Públicas, ou com a Fundação Biblioteca Nacional, que coordena o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. As funcionárias das bibliotecas públicas dos municípios visitados afirmaram, sem exceção, nunca terem tido qualquer contato com estas esferas administrativas criadas especialmente para cuidarem dos assuntos relacionados às bibliotecas públicas.

4- Constituição do acervo

Um dos pontos mais criticados por alguns agentes sociais entrevistados, especialmente setor editorial e bibliotecários, foi a forma adotada pela Secretaria do Livro e Leitura, MinC, para a aquisição de acervo a ser enviado às bibliotecas. Penso que esta questão merece especial atenção.

Segundo vozes do setor editorial, as compras descentralizadas têm duas funções: incentivar a abertura de livrarias nos municípios e promover o escritor e o editor regionais. Para bibliotecários, significa a democratização da escolha do acervo, que seria mais condizente com os gostos ou interesses da comunidade local. Os argumentos são válidos e importantes, mas não os vejo como uma real contraposição ao envio do acervo inicial através da compra centralizada por parte do Ministério da Cultura. Por ser um acervo que iniciará o funcionamento da biblioteca, nada impede – e é altamente desejável – que a administração local promova compras periódicas, posteriores, para a atualização do acervo da biblioteca sob sua responsabilidade. As compras periódicas de acervo por parte das bibliotecas municipais poderiam ser capazes de satisfazer as expectativas do setor editorial quanto ao aquecimento do mercado livreiro local, com conseqüente abertura de livrarias. Se as compras se encerrarem no momento da abertura da biblioteca, o problema apontado pelo setor editorial permanecerá, independente de ser a compra inicial, financiada pelo MinC, centralizada ou descentralizada. Apresento o mesmo raciocínio para a argumentação dos bibliotecários: a participação da comunidade na escolha do acervo só pode acontecer, satisfatoriamente, se as administrações municipais realizarem a compra periódica do acervo. O problema real, portanto, não está na compra inicial ser descentralizada ou centralizada, mas no como garantir que as compras municipais ocorrerão com constância e sem interrupção.

Uma outra questão, relacionada a está, diz respeito à escolha dos títulos por comissões de “sábios”. Algumas pessoas se manifestaram claramente contra, apontando uma atitude que consideram ou paternalista ou autoritária por parte do Estado. É possível, entretanto, ver sob outro ângulo: o projeto funcionou por dois anos com repasse de verbas em dinheiro e o restante do tempo, com o envio dos kits. Na observação de campo, a comparação entre a biblioteca aberta com repasse de verbas e a biblioteca aberta com o envio de dinheiro para a compra de acervo e equipamentos, não apresentou diferenças significativas, pois a escolha dos títulos para a composição do acervo se deu através de formação de uma comissão, no caso, professores da rede municipal e estadual do município de Santo Antônio da Alegria. Ou seja, a lógica foi mantida.

A questão, talvez, não seja a escolha por uma comissão, mas os critérios dessa escolha. Se o objetivo de um projeto como este é o de promover a leitura por prazer, ou seja, a fruição da leitura através da disponibilização de obras de ficção com qualidade estética, a escolha de títulos é uma estratégia que, se bem utilizada pelo Ministério da Cultura, se faz justificável. Para isso, entretanto, é necessário haver uma total isenção, por parte do poder público, em relação às editoras e livrarias. É imprescindível que as escolhas se dêem por critérios baseados na hierarquia de consagração existente no campo literário, como bem demonstra Bourdieu (2003, 2005).

A montagem de um catálogo por parte do MinC, que pudesse ser permanentemente renovável, segundo os critérios da consagração de autores no campo literário, com ênfase na literatura nacional, e disponibilizado aos municípios e profissionais das bibliotecas públicas municipais, seria uma forma de orientar novas aquisições, uma contribuição permanente do Ministério que se estenderia para além do momento da doação inicial dos livros.

5- Ausência de profissionais qualificados nas bibliotecas municipais

As bibliotecas abertas pelo projeto e por mim observadas, não conseguem oferecer bons serviços. Provavelmente, parte das deficiências tem relação com a baixa qualificação profissional daqueles que as administra. A boa remuneração de profissionais bibliotecários, incentivo de carreira e melhoria na formação desses profissionais para atuação no setor público não me parece assunto de menor relevância para um país que pretende abrir bibliotecas públicas assim como elevar a qualidade dos serviços que prestam à população.

6- Padronização e controle

A administração municipal de Barra do Chapéu sequer identifica, para a população, o prédio sede da biblioteca municipal. A questão que se coloca é: como proceder, em projetos como este, para impor um padrão mínimo de qualidade a ser seguido pela administração local?

O Ministério da Cultura pode, através de critérios claros, fazer uso de recursos administrativos disponíveis, e já praticados por outros setores da administração pública, como saúde e educação, para regular padrões de funcionamento e qualidade de serviços. Sem controle ou regulação, será difícil que projetos do campo cultural atinjam níveis satisfatórios de desenvolvimento e qualidade.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas Populares**: características e confrontos. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1992.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **A construção do sonho**: implantação e desenvolvimento do sistema de bibliotecas públicas do Estado de São Paulo – 1983-1986. 1989. 195 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1989.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A palavra e o silêncio**: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil. João Pessoa: UFPB, 2002.

ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. Roxo (Org.); CARVALHO, M. C. Brant (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE: PUC, 2001. p.42-56.

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo. (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998. p. 29-39.

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2004.

BARI, Valéria Aparecida. **Dimensão social das bibliotecas públicas no Brasil, trabalhando o pleno exercício da cidadania**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, Nova Série, v. 1, n.2, p.86-95, 2000.

BARKER, Ronald; ESCARPIT, Robert. **Fome de ler**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: INL, 1975.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003.

BETANCUR, Adriana A. **La biblioteca pública em la perspectiva del desarrollo local**: uma estratégia para la democracia. In: IFLA Council and General Conference, 68, 2002. Glasgow.

Disponível em:. Disponível em: <http://www.ifla.org/IV/ifla68/papers/124-084s.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2006.

BIRDSALL, Willian. Uma economia política da biblioteconomia? Belo Horizonte, **Perspectiva Ciência da Informação**, v. 10, n. 1, p. 86-93, jan./jun. 2005.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, abr./maio 2001. p. 73-83.

BOTELHO, Isaura. **Romance de formação**: Funarte e política cultural, 1976-1990. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

BOTELHO, Isaura; FIORE, Maurício. **O uso do tempo livre e as práticas culturais na região metropolitana de São Paulo**. Relatório da primeira etapa de pesquisa. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/pdf/relatorio_etapa1.pdf>. Acesso em: 21 maio 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CAIDEN, Gerald E.; CAIDEN, Naomi, J. Enfoques y lineamientos para el seguimiento, la medición y la evaluación del desempeño en programas del sector público. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 52, n. 1, jan./ mar. 2001. p.77-103.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO et al. Retrato da Leitura no Brasil. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.cbl.org.br/pesquisasretratos.asp>. Acesso em: 13 novembro 2005.

CAMPOS, Cláudia Arruda; SOUZA, Maria Lúcia Zoega de. Adolescentes e livros: a mediação da escola. In: Dietzsch, Mary Júlia Martins (Org.). **Espaços da linguagem na educação**. São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP, 1999. p. 143-166.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. **Vários escritos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2004. p. 169-191.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1).

CASTRO, Raquel Cardoso de. A sociedade em rede. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. especial, p. 134-144, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/pcionline/viewissue.php?id=6> . Acesso em: 10 fev. 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes do fazer. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

CHARTIER, Roger. (Org.). **Práticas da leitura**. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CULTURA Brasil 1996. Relatório anual do MinC. Disponível em: <http://www.minc.gov.br/textos/tm04.htm#6.2>. Acesso em: 12 ago. 2005.

CULTURA Brasil 1997. Relatório anual do Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.minc.gov.br/textos/tm03.htm#8.1>. Acesso em: 12 ago. 2005.

CULTURA Brasil 1998. Relatório anual do Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.minc.gov.br/textos/tm02.htm>. Acesso em: 12 ago. 2005.

CULTURA Brasil 1999. Relatório anual do Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.minc.gov.br/textos/re99.doc>. Acesso em: 12 ago. 2005.

CULTURA no Brasil 1995. Relatório anual do Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.minc.gov.br/textos/tm05.htm.> Acesso em: 12 ago. 2005.

DE FIORE, Ottaviano. **Livro, biblioteca e leitura no Brasil**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br>. Acesso em 6 ago. 2005.

DÍAZ GRAU, Antonio; GARCÍA GÓMES, Francisco Javier. La biblioteca pública como recurso ante situaciones críticas o carenciales, endémicas y transitorias. **Boletin de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios** , n. 69, p. 9-24, dic., 2002. Disponível em: <http://www.aab.es/BaaB69.html> . Acesso em: 10 fev. 2006.

DIRECTRICES IFLA/UNESCO para o desarrollo del servicio de bibliotecas públicas, 2001. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001246/124654s.pdf>. Acesso em abr. 2006.

DRAIBE, Sônia. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C. Roxo (Org.); CARVALHO, M. C. Brant (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE: PUC, 2001. p. 13-42.

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, abr./maio 2001. p. 66-72.

DURAND, José Carlos. **Política e gestão cultural**: Brasil, USA e Europa. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2000. Relatório de pesquisa, n. 13.

DURAND, José Carlos. Profissionalizar a administração da cultura. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 6-11, abr./jun. 1996.

EARP, Fabio Sá; KORNIS, George. A economia da cadeia produtiva do livro. Rio de Janeiro: BNDES, 2005. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2006.

EM busca dos leitores. **Valor**, São Paulo, p. 10-15, 26-28 mar. 2004.

FERRAREZI, Elisabete. **Capital social**: conceitos e contribuições às políticas públicas. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 54, n. 4, out./ dez. 2003. p. 5-19.

FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde.; DIAS, Maria da Graça B. A escola e o ensino da Leitura**. Psicologia em Estudo**, Maringá, v.7, n. 1, p. 39-49, jan./jun. 2002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722002000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 maio 2006.

FHILADELFIO, Joana Alves. Literatura, indústria cultural e formação humana. **Cadernos de Pesquisa**, n. 120, p. 203-219, nov. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 maio 2006.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983.

FRANCA, Maria Isabel Cabral da. Una alternativa para implementar un contingente de bibliotecas públicas en un país en desarrollo. In: IFLA Council and General Conference, 68, 2002. Glasgow. Disponível em: <http://www.ifla.org/IV/ifla68/papers/018-84s.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2006.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se complementam. 17 ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1987.

GARCIA CANCLINI, Nestor. Reconstruir políticas de inclusão na América Latina. In: **POLÍTICAS culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p. 21-38.

GIRALDO ARREDONDO, Claudia Maria. Modelo de aseguramento de la calidad em bibliotecas: el caso del departamento de cultura y bibliotecas de COMFENALCO Antioquia. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 26, n. 1, p. 125-153, ene.-jun. 2003.

GOMES, Sonia de Conti. Biblioteca e sociedade: uma abordagem sociológica. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 14-21, mar. 1982.

GUTIÉRREZ VALENCIA, Ariel. La lectura: una capacidad imprescindible de los ciudadanos del siglo XXI: el caso de México. **Anales de Documentación**, n. 8, p. 91-99, 2005. Disponível em: <http://www.um.es/fccd/anales/ad08/ad0806.pdf> . Acesso em: 05 fev. 2006.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Edusp, 1985.

IFLA / UNESCO. **Public Library Manifesto 1994**. Disponível em : <http://www.iflanet.org>. Acesso em: 27 jan. 2006. Versão em português.

INSTITUTO Brasil Leitor. **Relatório Biblioteca Embarque na Leitura**. Metrô Paraíso, novembro de 2005.

INSTITUTO Brasil Leitor. **Relatório Biblioteca Embarque na Leitura**. Metrô Tatuapé, novembro de 2005.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. Projeto para implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Revista de Biblioteconomia, Brasília, v. 7, n. 2, p.236-249, jul./dez. 1979.

JARAMILLO, Orlanda; MONTOYA RIOS, Mônica. Revisión conceptual de la biblioteca pública. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 23, n. 1-2, p. 125-153, ene.-jun. 2000.

JOUVE, Vincent. **A leitura**. São Paulo: Unesp, 2002.

KLIKSBERG, Bernardo. **Capital social e cultura**: as chaves esquecidas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

LAJOLO, Marisa. **Literatura**: leitores e leitura. São Paulo: Moderna, 2001.

LAMOUNIER, Bolívar (Org.); FIGUEIREDO, Rubens (Org.). **A era FHC**: um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores**?: política para a cultura, política para o livro. São Paulo: Summus, 2004.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo**?: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

MARTINS, Maria Helena. Encruzilhada de leituras. In: Dietzsch, Mary Júlia Martins (Org.). **Espaços da linguagem na educação**. São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP, 1999. p. 85-113.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MENSAGEM ao Congresso Nacional 1997. Abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. Cultura. Brasília, 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/97MENS.HTM>. Acesso em: 12 ago. 2005.

MENSAGEM ao Congresso Nacional 1998. Abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura. Cultura. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/98MENS3I.HTM>. Acesso em: 12 ago. 2005.

MERLO VEGA, José Antonio. Biblioteca pública y municipio: convivencia y conveniencia. **Educación y Biblioteca**, n. 135, p. 42-50, may./jun. 2003. Disponível em: <http://exlibris.usal.es/merlo/escritos/municipio.htm>. Acesso em: 15 janeiro 2006.

MICELI, Sérgio. O processo de construção institucional na área cultural federal nos anos 70. In: **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MILANESI, Luís. **Centro de cultura**: forma e função. São Paulo: Hucitec, 1989.

MILANESI, Luiz. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MINISTÉRIO da Cultura. Secretaria do Livro e Leitura. Programa Uma Biblioteca em cada Município. Brasília, 2001. Versão atualizada.Disponível em: <http://www.minc.gov.br/projs/manual01.doc>. Acesso em: 12 ago. 2005.

MIRANDA, Antonio. A missão da biblioteca pública no Brasil. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, v.6, n.1, p. 69-75, jan./jun. 1978.

NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. A realidade da biblioteca pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 205-212, set. 1983.

NUNES, Clarice. A escola reinventa a cidade. In: HERSCHMAN, M.; PEREIRA, C. (Orgs.). **A invenção do Brasil moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 180-201.

NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no governo Vargas. In: Bomeny, Helena (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 103-125.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A Biblioteca fora do tempo**: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil 1937-1989. Tese, ECA, USP, 1994.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ORTIZ, Renato. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

O PODER das bibliotecas: memória dos livros no Ocidente. Direção Marc Baratin, Christian Jacob. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

PAULICS, Verônica. Programa Mala do Livro: bibliotecas domiciliares. In: FUJIWARA, L. M. et al. **20 experiências de gestão pública e cidadania**. São Paulo: FGV, 1999. p. 77-88.

PASSIANI, Enio. Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato, o público leitor e a formação do campo literário no Brasil. **Interfaces**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, jan./jun. 2002, p.254-270. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222002000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 maio 2006.

PONTES, Heloísa. Páginas de devoção e de sensação: gênero e história social do livro e da leitura. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 25, p. 391-398, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200014&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 21 maio 2006.

RABELLO, Odília Clark Peres. Atividades de leitura em biblioteca: equívocos de uma prática. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 130-142, set. 1987.

SANTOS, Plácida L. Ventura Amorim da Costa. **O discurso da biblioteca**. 1994. 217 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Maria Helena Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEQUEIROS, Paula. **Para quem abrimos nossas portas**: leitura pública e exclusão social. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/archive/00004903>. Acesso em: 16 mar. 2006.

SILVA, Ezequiel Teodoro da. Bibliotecas públicas e escolares face à estrutura e conjuntura nacionais. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, v. 18, n. 1, p. 129-143, jan./jun. 1990.

SODRÉ, Muniz. **O mercado de bens culturais**. In: MICELI, Sergio (Org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984. p. 135-144.

SOUZA, Clarice M. **Biblioteca pública**: parcerias y políticas públicas em América Latina y Caribe: el caso del Brasil. In: World Library and Information Congress, Oslo, 2005. Disponível em: <http://www.ifla.org/IV/ifla71/Programme.htm>. Acesso em: 15 janeiro 2006.

SPERRY, Suzana. A verdade oculta na população sobre a biblioteca pública: solução para revisar seu papel. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 22, n.2, p. 168-180, jul./dez. 1993.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n.2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.com.br>. Acesso em: 3 mar. 2006.

SUAIDEN, Emir José. Perspectivas das bibliotecas públicas no Brasil. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, v.6, n.1, p. 77-82, jan./jun. 1978.

WEFFORT, Francisco; SOUZA, Márcio (Orgs). **Um olhar sobre a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da Funarte, 1998.

YEPES OSORIO, Luis Bernardo. Biblioteca y lectura en la Colombia del año 2001: para herir susceptibilidades. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 24, n. 1, p. 13-22, ene.-jun. 2001.

YEPES OSORIO, Luis Bernardo. El Estado y la gestión de la biblioteca pública: una lección elemental en pocas líneas. **Pez de Plata, Revista de Opinión para el Desarrollo de las Bibliotecas Públicas**. Disponível em: < http://www.pezdeplata.org/numeros%20anteriores/articuloYepes.pdf>. Acesso em 05 fev. 2006.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

ZAID, Gabriel. **Livros demais***!* : sobre ler, escrever e publicar. São Paulo: Summus, 2004.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Sobre a atualidade do conceito de indústria cultural. **Cadernos Cedes**, ano 21, n. 54, ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 maio 2006.

ANEXOS

ANEXO A – Questionário aplicado na pesquisa de campo – modelo

Caro colaborador:
Este é um questionário que visa entender o funcionamento de sua biblioteca, a sua relação com os usuários e comunidade local, assim como a sua relação com o poder público local (prefeitura) e outras instâncias de poder (Governo de Estado e Governo Federal).
O objetivo é acadêmico. Trata-se de pesquisa de Mestrado que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós Graduação da Fundação Getúlio Vargas/SP.
Sua participação é muito importante.
Qualquer dúvida no preenchimento, favor entrar em contato com:
Josiane Mozer
Fones: (11) 9980-9229 / (11) 3288-2088
e-mail: jomozer@terra.com.br / jomozer@gvmail.br

IDENTIFICAÇÃO

Nome da Biblioteca:

Endereço:

Município:

Telefone:

Pessoa responsável pela biblioteca:

Pessoa responsável pelo preenchimento do questionário:

FUNCIONAMENTO

Horário
Segunda a sexta, das _____ às _____ / _____ às _____
Sábado, das _____ às _____

Você considera o horário de funcionamento adequado para atender à demanda?
( ) sim ( ) não

Por que?

Serviços Prestados
(assinalar todos os serviços que a sua biblioteca presta aos usuários)

Empréstimo ( ) Leitura local de periódicos ( ) Acesso à Internet ( )
Hemeroteca ( ) Auxílio à pesquisa ( )

A Biblioteca promove atividades de incentivo à leitura? Sim ( ) Não ( )
Se a resposta é afirmativa, descreva as atividades e o público alvo.

Freqüência de público
Mensal:
Anual:

Tipo de maior freqüência
Estudantes ( ) Comunidade em geral ( )

Número de leitores inscritos (usuários que retiram livros):

Em relação aos leitores inscritos:
Fazem solicitação de novas obras ? Sim ( ) Não ( )
Biblioteca consegue atender aos pedidos? Sim ( ) Não ( ). Por que?

Faixa etária dos leitores inscritos (que retiram livros periodicamente)?

Existe uma Sociedade de Amigos da Biblioteca? Sim ( ) Não ( )
Se a resposta é afirmativa, como esta associação participa da gestão da Biblioteca?

Usuários / comunidade têm possibilidade de fazer sugestões? Sim ( ) Não ( )
Se a resposta é afirmativa, a Biblioteca sempre consegue atender às solicitações/sugestões?

ESTRUTURA

Acervo
Tipo de acervo disponível na biblioteca:
Livros ( ) CDs ( ) CD-Rom ( ) Periódicos ( ) Obras de Referência ( )

Número total do acervo?

Catálogo da Biblioteca está informatizado?
Sim ( ) Não ( )

Formação de acervo se dá por:
Só doação ( ) Doação e compra ( ) Só compra ( )

A verba para aquisição de acervo e equipamentos necessários à Biblioteca vem:
Da Prefeitura ( ) Da prefeitura e da iniciativa privada ( ) Outras formas ( )
Se outras formas, especifique:

Freqüência com que a Biblioteca adquire acervo
Mensal ( ) Semestral ( ) Anual ( ) Superior a 1 ano ( )
Sem periodicidade definida ( )

Você considera o acervo adequado à demanda da comunidade? Sim ( ) Não ( )
Por que?

As instalações da Biblioteca (local em que funciona) são:
Ruins ( ) Razoáveis ( ) Boas ( ) Muito boas ( ) Excelentes ( )

Descrição das instalações:

O espaço onde funciona a Biblioteca é:
Próprio ( ) Alugado ( ) Sala cedida e localizada nas dependências de outro órgão público ( )
Sala dentro de prédio escolar ( ) Centro Cultural ( )
Prédio construído para ser uma biblioteca ( ) Outro ( )
Se OUTRO, especifique.

O espaço necessita de melhorias para o bom funcionamento da Biblioteca? Por que?

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS

A Biblioteca foi criada por decreto/lei municipal?
Sim ( ) Não ( ) Não sei ( )

Data de fundação da Biblioteca?

A Biblioteca está em pleno funcionamento, atendendo à comunidade? Sim ( ) Não ( )
Se a resposta é negativa, qual o motivo?

Se a resposta é afirmativa, houve períodos em que a Biblioteca esteve fechada ao público? Por qual motivo?

Houve data (ou datas) de reabertura da Biblioteca?

Biblioteca está subordinada à:
Secretaria de Educação ( ) Secretaria de Cultura ( ) Outro ( )

Se outra secretaria, especifique:

Há repasse de verbas para a manutenção adequada da Biblioteca?
Sim ( ) Não ( )

Existem outras bibliotecas / salas de leitura no município?
Sim ( ) Não ( )
Se a resposta é afirmativa, informe o número de bibliotecas / salas e a localidade.

Existe projeto cultural na cidade envolvendo a Biblioteca? Sim ( ) Não ( )
Se a resposta é afirmativa, descreva o projeto.

Na sua opinião, a Biblioteca recebe atenção adequada por parte da administração do município? Por que?

A Biblioteca sofre alteração em seu funcionamento quando ocorre a mudança partidária na administração municipal? Por que?

A Biblioteca já foi beneficiada por programas públicos? Sim ( ) Não ( )
Se a resposta é afirmativa, por favor, diga quais programas e a instância de poder que o desenvolveu (se programa municipal, estadual ou federal).

A Biblioteca está ligada ao Sistema Nacional de Bibliotecas?
Sim ( ) Não ( ) Não sei ( )

A Biblioteca está ligada ao Sistema Estadual de Bibliotecas?
Sim ( ) Não ( ) Não sei ( )
Se as respostas são negativas, qual é o motivo?

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Cultura elaborou e desenvolveu um projeto para a abertura de novas bibliotecas / salas de leituras ou para a revitalização de bibliotecas em funcionamento chamado “Uma Biblioteca em cada Município”, com a doação de acervo e mobiliário (aproximadamente 2.500 títulos e estantes de metal). O projeto funcionou de 1996 a 2002.

Você ouviu falar deste projeto? Sim ( ) Não ( )

Sua Biblioteca foi beneficiada por este projeto? Sim ( ) Não ( )

Em seu Município, bibliotecas ou salas de leitura foram abertas por este projeto?
Sim ( ) Não ( ) Não sei ( )

Se as respostas acima são afirmativas:
Você considera que o projeto tenha sido adequado à realidade de seu município?
Sim ( ) Não ( )
Por que?
Como você avalia a qualidade do acervo e dos mobiliários doados?

Acervos e mobiliários doados atendem à demanda de sua Biblioteca?
Sim ( ) Não ( )
Por que?

O Projeto "Uma Biblioteca em cada Município" oferecia, também, curso de capacitação profissional para auxiliar funcionários na administração da biblioteca. Funcionários da sua Biblioteca fizeram este curso?
Sim ( ) Não ( ) Não sei ( )
Se a resposta é negativa, por qual motivo?

SUA OPINIÃO

Este espaço foi reservado para que você coloque tudo aquilo que achar importante sobre a sua Biblioteca (ou as bibliotecas de seu município), como a sua história, dificuldades enfrentadas, atividades realizadas, projetos a serem desenvolvidos, expectativas em relação a políticas públicas, a sua avaliação pessoal sobre as políticas públicas para bibliotecas e etc., ou o que mais julgar ser necessário e que não foi abordado neste questionário. Muito obrigada pela colaboração.

ANEXO B – Programa Uma Biblioteca em cada Município

MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO FEDERAL
Trabalhando em todo o Brasil

Secretaria do Livro e Leitura

PROGRAMA

UMA BIBLIOTECA EM CADA MUNICÍPIO

(Versão Atualizada)

Informações básicas

Brasília/DF
2001

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

1.1 Informações Básicas sobre o Programa

FORMULÁRIOS

Ofício de encaminhamento
Anexo I - Formulário p/ Cadastramento visando a obtenção de Kits p/ implantação de Bibliotecas Públicas
Declaração de que dispõe de "espaço adequado"
Termo de Entrega e Recebimento com Cláusula de Depósito
Anexo II – Documentos necessários p/ celebração de Termo de Entrega e Recebimento com Cláusula de Depósito – Check-List

3. ANEXOS

3.1 Endereços dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas
3.2 Modelo de Estatuto da Sociedade de Amigos da Biblioteca Pública Municipal
3.3 Modelo de Lei de Criação da Biblioteca Pública
3.4 Modelo de Regulamento da Biblioteca

Informações Básicas sobre o Programa

“UMA BIBLIOTECA EM CADA MUNICÍPIO”

1.Qual o objetivo deste Programa?

Seu objetivo é implantar **bibliotecas públicas** em municípios que não as possuem e – em casos muito especiais – **revitalizar** Bibliotecas Públicas agonizantes.

Entre 1996 e final de 2001, este programa terá criado **mais de 1300 novas bibliotecas** em todo o território nacional, constituindo-se na maior expansão bibliotecária de nossa história.

2.Quais os benefícios desse Programa?

O Município, o Estado ou a Entidade – que firmar *Termo de Entrega e Recebimento com Cláusula de Depósito* com a Secretaria Nacional do Livro e Leitura, do Ministério da Cultura – receberá:

a) Um acervo de até 2.600 livros, selecionados para este programa por uma equipe de bibliotecários, escritores e educadores.

O acervo contém:
- 1 enciclopédia Barsa
- Dicionários e obras de referência para estudantes e professores
- Literatura infanto-juvenil (inclusive livros de imagens para os mais pequenos)
- Paradidáticos de vários tipos
- Literatura adulta nacional e internacional, tanto clássica quanto recreativa
- Obras úteis para a saúde, a família, a mulher, a comunidade, a terceira idade e a cultura geral.

b) **Estantes** em metal para acomodar este acervo.

c) Um **curso de treinamento** para implantação da nova Biblioteca e sua gestão – destinado a seus **servidores** e aos **membros** da indispensável **Associação de Amigos** (que deverá, desde o início, acompanhar a implantação da nova biblioteca).

Este curso é resultado de uma parceria entre a Secretaria Nacional do Livro e Leitura, do Minc, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) do Ministério do Trabalho, a Força Sindical e a Universidade de Brasília.

3. Quanto à Informatização

Além dos benefícios acima, a nova biblioteca estará automaticamente inscrita no **Programa de Informatização das Bibliotecas Públicas** que, na presente data, se encontra em fase de elaboração.

Este projeto de informatização está nascendo de uma colaboração entre o programa “Sociedade da Informação” (sediado no Ministério da Ciência e Tecnologia), o Ministério das Telecomunicações, o Fundo de Universalização das Telecomunicações (FUST), a Comunidade Solidária, o Ministério da Cultura e a Biblioteca Nacional.

O objetivo deste novo programa será dotar as bibliotecas de computadores plenamente equipados, conectados à Internet – que servirão tanto para uso dos servidores quanto dos usuários da biblioteca. Prevê-se também o treinamento de ambos os tipos de usuários.

4. O que é uma Biblioteca Pública?

A biblioteca pública é uma instituição fundamental para o desenvolvimento educacional, cultural e social dos povos modernos, que não pode ser encarada como um simples depósito de livros. Nos países avançados, as bibliotecas públicas são centros de informação da comunidade – que trabalham ativamente para atrair seu público.

A biblioteca deve instalar-se em **lugar público**, aberto a todos nos **melhores horários para a maioria**. Deve ser um lugar onde o povo possa encontrar-se, trocar idéias, discutir problemas, saciar curiosidades, obter informações essenciais para a cidadania, trazer os filhos, levar livros para casa, ouvir conferências, participar de debates, auto-educar-se , colocar-se em contato com o mundo através da Internet, assistir a vídeos e – acima de tudo – **ler livremente** de tudo que possa lhe interessar em livros, revistas, jornais e computadores.

A Biblioteca Pública é uma das ferramentas fundamentais na batalha que estamos travando para nos tornar o Brasil uma <u>nação letrada</u> . Por essa razão, por intermédio da Associação de Amigos, a biblioteca deve:

a) **Associar-se à Escola,** auxiliando os professores e incentivando o hábito de leitura entre os alunos;

b) **Associar-se à Comunidade;**

c) **Associar-se ao PROLER –** programa federal sediado na Fundação Biblioteca Nacional – destinado a fomentar os programas de incentivo à leitura em todo o território nacional;

d) **Associar-se ao Sistema Estadual de Bibliotecas de seu Estado –** que, por sua vez, está conectado com o Sistema Nacional de Bibliotecas, sediado na Fundação Biblioteca Nacional. Uma biblioteca pública não deve manter-se isolada da experiência de suas irmãs em toda a nação.

e) **Ser dirigida por um bibliotecário formado.** Trata-se de uma **exigência legal.** Caso, por algum motivo, isto não seja possível, os Estados, as Prefeituras ou Entidades beneficiadas devem pedir a supervisão do Sistema Estadual de Bibliotecas de seu Estado.

f) **Ser criada por uma Lei Municipal,** para que se torne uma rubrica no Orçamento Municipal e tenha **garantidos os recursos** para sua manutenção e desenvolvimento.

Em resumo: a Biblioteca Pública deve apoiar a Escola, fomentar a auto-educação, atrair a juventude, incentivar o hábito de leitura, orientar o cidadão em busca de informações, servir ao público de forma eficaz, acreditar em sua missão de progresso e cidadania, difundir a cultura, ser dirigida por um servidor capacitado, associar-se às demais bibliotecas – e apoiar-se numa Associação de Amigos atuante.

No período de implantação da biblioteca, a Secretaria do Livro e Leitura fornecerá assessoria e orientação para todas estas questões.

5. Exigências da Secretaria do Livro e Leitura para firmar *Termo de Entrega e Recebimento com Cláusula de Depósito* com Estados, Prefeituras ou Entidades

Os Estados, Municípios ou Entidades que desejam ser beneficiados pelo programa "UMA BIBLIOTECA EM CADA MUNICÍPIO" deverão:

a) dispor de **espaço adequado** que comporte, **<u>no mínimo</u>**, as seis estantes, o acervo bibliográfico doado, dez mesas e respectivo equipamento – **o mais próximo possível** da(s) escola(s) e de **fácil acesso** para a comunidade. Isto deverá ser comprovado mediante:

1- Declaração de que dispõe do espaço adequado, assinada pelo Governador, Prefeito ou responsável pela entidade beneficiada (Conforme modelo anexo);

b) Planta baixa do edifício;
c) Escritura do imóvel ou do contrato de locação;
d) Fotografias externas e internas, sendo (02) duas internas e (02) duas externas.
e) Fornecer o CNPJ e endereço da Prefeitura (Estado ou Entidade beneficiada).
f) Fornecer **nome completo, endereço, CPF e identidade** do Prefeito (Governador ou responsável pela entidade).
g) Informar o **nome, endereço e telefone** da pessoa que será **diretamente responsável** pela implantação da biblioteca.

6. Como inscrever-se no Programa "UMA BIBLIOTECA EM CADA MUNICÍPIO"

Para inscrever-se no Programa, basta preencher o **Formulário Anexo** e devolvê-lo à Secretaria do Livro e Leitura, sito `a Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", sala 322 , telefones: 316-2221 / 316-2222 / 316-2217 , fax: 223-4210, e-mail: sll@minc.gov.br ; juntamente com o solicitado no item anterior.

A IMPLANTAÇÃO DA BIBLIOTECA FICARÁ CONDICIONADA A DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA.

Ottaviano Carlo De Fiore
Secretário Nacional do Livro e Leitura
Ministério da Cultura

F O R M U L Á R I O S

PREFEITURA MUNICIPAL DE _____

Ofício nº _____/2001
_____. de _____ de 2001

Senhor Secretário

Com o presente venho solicitar de Vossa Senhoria a **doação de livros** e **estantes** para a **Prefeitura Municipal de _____, UF _____**, mediante ***Termo de Entrega e Recebimento com Cláusula de Depósito***, destinado ao projeto cultural **Implantação de Biblioteca Pública**, em anexo.

Na oportunidade encaminho a documentação solicitada ao tempo em que declaro que as informações contidas no projeto e documentação são de minha inteira responsabilidade, podendo vir a ser comprovadas.

Respeitosamente,

Prefeito Municipal

A Sua Senhoria o Senhor
OTTAVIANO CARLO DE FIORE
Secretário do Livro e Leitura
Ministério da Cultura
Brasília/DF

Ministério da Cultura

Secretaria do Livro e Leitura

ANEXO I

Programa: Uma Biblioteca em Cada Município

FORMULÁRIO P/ CADASTRAMENTO VISANDO A OBTENÇÃO DE KITS P/ IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

DADOS CADASTRAIS

01 – Órgão Proponente			***02 – CNPJ***	
03 – Endereço do Órgão / Entidade				
04 – Cidade	***05 - UF***	***06 - CEP***	***07 - Fone***	
08 - Nome do Responsável pela Prefeitura/Entidade			***09 - CPF***	
10 - CI/Órgão exp.	***11 - Cargo/Função***		***12 - Fone/Fax/E-mail***	
13 – Endereço Residencial		***14 - Cidade***	***15 - UF***	***16 - CEP***
17 - Nome do Responsável pela Biblioteca			***18 – CPF***	
19 - CI/Órgão exp.	***20 - Cargo/Função***		***21 - Fone/Fax***	
22 – Endereço Residencial		***23 - Cidade***	***24 - UF***	***25 – CEP***

DADOS DO PROJETO

26 - Qual é a população do município ?	***27 - Qual é o número de estudantes ?***
28 –A biblioteca terá acesso a energia elétrica suficiente para iluminação e funcionamento de aparelhos eletrônicos ?	
29 – Existe outra biblioteca no Município ?	
32 – Qual a estratégia de captação de público para a biblioteca ? Campanhas ( ) Jornal ( ) Rádio ( ) Ação na Escola ( ) TV ( ) Outras ( )	
33 - O Município integra o Programa Comunidade Solidária: ( ) Sim ( ) Não	

Apresentado em ____/____/____	Analizado em ____/____/____	Aprovado em ____/____/____
Prefeito Municipal/Interessado	Área Técnica	Secretário do Livro e Leitura

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE ESPAÇO ADEQUADO

DECLARO para fins de celebração de Termo de Entrega e Recebimento com Cláusula de Depósito, junto ao Ministério da Cultura/Secretaria do Livro e Leitura que esta Prefeitura dispõe de espaço adequado para instalação da Biblioteca Pública, situado à (Rua, Avenida, Praça, etc) _____, nº _____,nesta cidade. Em atendimento ao que dispõe o Item 5, letra A, da Sistemática do Programa "Uma Biblioteca em Cada Município".

_____, de _____ de 2001

Prefeito Municipal

ANEXO II	MINISTÉRIO DA CULTURA – MinC	2001

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE ENTREGA E RECEBIMENTO COM CLÁUSULA DE DEPÓSITO DO MINISTÉRIO DA CULTURA/SECRETARIA DO LIVRO E LEITURA COM PREFEITURA MUNICIPAL

Documentos exigidos pelo MinC	**SIM**	**NÃO**
Ofício de encaminhamento do Projeto, **assinado pelo Prefeito**		
Anexo I – Formulário p/ Cadastramento visando a obtenção de Kits p/ implantação de Bibliotecas Públicas, **assinado pelo Prefeito**		
Declaração assinada pelo chefe do Poder Executivo (Modelo Anexo), **"espaço adequado".**		
Planta Baixa do edifício onde funcionará a biblioteca		
Cópia AUTENTICADA da Escritura Pública do Imóvel ou do Contrato de Locação		
Fotografias Externas e Internas do referido imóvel (2 externas e 2 internas)		
Preenchimento, assinatura e encaminhamento **das 4 vias assinadas**(**originais**) *do Termo de Entrega e Recebimento com Cláusula de Depósito - após o recebimento dos bens*		
Cópia AUTENTICADA do Cartão do Cadastro Geral de Pessoa Jurídica – **CNPJ**		
Cópia AUTENTICADA da **Carteira de Identidade** do Prefeito		
Cópia AUTENTICADA do Cartão Cadastro de Pessoa Física – **CPF**		
Cópia AUTENTICADA do Termo de Posse do Prefeito		
As cópias deverão ser autenticadas em Cartório, ou conferidas com o original por servidor público RECEBEDOR do projeto, mediante cotejo da cópia com o original.		

Observações:

A N E X O S

RELAÇÃO DAS COORDENAÇÕES ESTADUAIS DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS													
Nome Instituição										**Coordenador / Diretor**			
Endereço													
Cidade				**Estado**		**CEP**		**Telefone**		**Fone / Fax**			
BIBLIOTECA PÚB. ESTADUAL ESCRITOR PIO VARGAS										LEILA NOGUEIRA GOMES			
PRAÇA CÍVICA, 2													
GOIANIA				GO		74003-010		(62)212-4606 R.253		(62)225-9190			
BIBLIOTECA PÚB. ESTADUAL ELCY LACERDA										MARIA ANGELA DA COSTA			
RUA JOSÉ, 1800 - BAIRRO CENTRAL													
MACAPÁ				AP		68900-110		(96)212-5119		(96)212-5239			
BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS										ANA CHRISTINA ESTEVAM DOS SANTOS			
RUA BARROSO, 57 - CENTRO													
MANAUS				AM		69010-050		(92)232-4503		(92)234-0588			
DEPARTAMENTO DO LIVRO										MARIA HELENA COSTA P. DE LYRA			
RUA BARÃO STUDART, 505 - MEIRELES													
FORTALEZA				CE		60120-000		(85)231-3155					
BIBLIOTECA PÚB. DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO										SHIRLETE AMORIM CAMPOS			
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 1261 - CENTRO													
RIO DE JANEIRO				RJ		20071-004		(21)2299-1772		(21)2252-6810			
BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA										VIRGINIA ANA ZIMMERMANN			
RUA TENENTE SILVEIRA, 343 - CENTRO													
FLORIANÓPOLIS				SC		88010-301		(48)222-1378		(48)231-1596			
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - DIVISÃO DE BIBLIOTECA										ELVIA N. CERRI JORDÃO			
RUA MAUÁ, 51- 3º ANDAR, SALA 318 - LUZ													
SÃO PAULO				SP		01028-		(11)3351-8069		(11)220-0378			

						900							
SEBP/ES - BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL										NADIA ALCURI CAMPOS V. DA SILVA			
AV. JOÃO BATISTA PARRA, 165 - PRAIA DO SUA													
VITORIA				ES		29050-330		(27)3227-8088		(27)3227-8088			
SUP. BIB. PUB. - DIRETORIA REGIONALIZAÇÃO AÇÃO BIBLIOTECARIA										MARIA AUGUSTA DA N. CESARINO			
PRAÇA DA LIBERDADE, 21 - FUNCIONARIOS													
BELO HORIZONTE				MG		30140-010		(31)3291-7262		(31)3269-1108			
SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PUBLICAS										ROSA MARIA FERREIRA LIMA			
PRAÇA DO PANTEON, S/Nº - CENTRO													
SÃO LUIS				MA		65020-430		(98)232-9730		(98)232-9688			
SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS										HELENA CARLONI CAMARGO			
AV. GETÚLIO VARGAS, 389													
RIO BRANCO				AC		69900-150		(68)2231210		(68)223-1210			
BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DE ALAGOAS										WILMA MARIA NÓBREGA LIMA			
PALACIO BARÃO DE JARAGUA - PRAÇA D. PEDRO II, Nº57 - CENTRO													
MACEIÓ				AL		57020-130		(82)315-1921		(82)315-1928			
BIBLIOTECA PUB. CAMARA CASCUDO										REJANE LORDÃO MONTEIRO			
RUA POTENGI, 535 - PETROPOLIS													
NATAL				RN		59020-030		(84)221-6153		(84)221-6151			
BIBLIOTECA PÚBLICA JUAREZ DA GAMA BATISTA										HELENISE ASSIS DE OLIVEIRA			
RUA ABDIAS GOMES DE ALMEIDA, 800 - TAMBAUZINHO													
JOÃO PESSOA				PB		58042-100		(83)244-1360		(83)225-1082			
DIRETORIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DA BAHIA										MARIA APARECIDA CORREIA SANTANA			
RUA GENERAL LABATUT, 27 - 3º ANDAR - BARRIS													
SALVADOR				BA		40070-100							

								(71)328-2485			(71)328-3940				
SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS											IZABELLA MERCANTE PEREIRA				
RUA 14 DE JULHO, 992 - VILA GLÓRIA															
CAMPO GRANDE				MS		79004-393		(67)325-7181			(67)7255007				
BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ											MARILENE Z. MILARCH				
RUA CANDIDO LOPES, 133 - CENTRO															
CURITIBA				PR		80020-901		(41)224-0575			(41)225-6883				
BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL PRESIDENTE CASTELO BRANCO											GLEYDE COSTA VITOR				
RUA JOÃO LIRA, S/Nº - SANTO AMARO															
RECIFE				PE		50050-550		(81)3423-8446			(81)3221-3716				
SIS. EST. BIB. PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL											ROSÁRIA GARCIA COSTA				
RUA RIACHUELO, 1190 - CENTRO															
PORTO ALEGRE				RS		90010-273		(51)3212-2153			(51)3226-8752				
FUND. CULT. TURISTICA DE RONDONIA											GERALDO CRUZ				
AV. 07 DE SETEMBRO, 237 / 1º ANDAR - CENTRO															
PORTO VELHO				RO		78900-000		(69)2244671							
BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA											ANETE PINTO SARDEMBERG				
PRAÇA CENTRO CÍVICO JOAQUIM NABUCO, S/Nº - CENTRO															
BOA VISTA				RR		69301-380		(95)623-2629			(95)623-1788				
B. P. ESTADUAL EPIFÂNIO DÓREA											MARIA RAQUEL DOS REIS MORAIS				
RUA VILA CRISTINA, S/Nº - PRAIA 13 DE JULHO - PROLONGAMENTO															
ARACAJU				SE		49020-150		(79)224-2128			(79)211-7496				
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA											ROVENA MARIA DE MATTOS PEIXOTO				
AVENIDA NS2, 104 SUL, CONJUNTO 04, LOTE 01															
PALMAS				TO		77100-050		(63)218-1481			(63)218-1490				

SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS										MARIA CATARINA C. CURVO			
PRAÇA DA REPÚBLICA, 151 - ED.PALACIO DA INSTRUÇÃO - CENTRO													
CUIABÁ				MT		78005-440		(65)624-9098		(65)624-5456			
SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS										MARIA REGINA FARIA SAMPAIO			
AV. GENTIL BITTENCOURT, 650 - NAZARÉ													
BELÉM				PA		66035-340		(91)223-4365		(91)223-4721			
SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS										CÉLIA MARIA DE ALMEIDA			
										Secretaria de Cultura do DF -Diretoria de			
SDN - VIA N2 - ANEXO DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO										Bibliotecas			
BRASÍLIA				DF		70070-200		(61)325-6223		(61)325-6138 / 325-6223			
SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS										TEREZINHA MARY CORTES DE SOUSA			
PRAÇA DEMÓSTENES AVELINO, 1788													
TERESINA				PI		64000-100		(86)221-5541		(86)222-1350			
TOTAL GERAL : 27													
SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS													
SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS										SANDRA MARIA M. DOMINGUES			
										Coordenadora			
RUA DEBRET, 23 - 8º ANDAR - SALA 811 - BAIRRO CASTELO													
RIO DE JANEIRO				RJ		20030-080		(21)2220-4690		(21)2220-3040 Ramal. 232			

MODELO DE ESTATUTO DA SOCIEDADE AMIGOS DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

A Sociedade Amigos da Biblioteca Pública Municipal _____do Estado de _____reger-se-á na forma destes Estatutos.

CAPÍTULO I

Da "Sociedade e seus fins".

Art. 1º A Sociedade Amigos da Biblioteca Pública Municipal é uma entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade impulsionar o desenvolvimento cultural da coletividade e terá por objetivos:

a) construir um quadro social e realizar movimentos comunitários destinados a adquirir recursos visando ao momento e à atualização do acervo da Biblioteca Pública Municipal, bem como à melhoria de suas instalações;

b) incentivar, nas sedes dos Distritos do Município, através de um planejamento efetivo e contribuição de todos as entidades classistas, profissionais liberais, estudantis, professores e líderes da comunidade, a criação de "Bibliotecas Públicas", nos moldes preconizados pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas;

c) incentivar as entidades de classe, ou organismos particulares, para a criação de bibliotecas abertas ao público, visando favorecer a cultura local;

d) estimular a realização de atividades culturais no Município, de modo a atuarem como fatores dinâmicos do seu desenvolvimento;

e) incentivar o desenvolvimento de agentes culturais comunitários, apoiando o engajamento de pessoas e entidades ás ações da biblioteca;

f) promover, só ou juntamente com outras instituições, atividades culturais como: conferências ,simpósios , reuniões e exposições de caráter artístico e cultural , currículos de estudos ,debates , exposições , concertos ou retretas musicais;

g) incentivar a formação de animadores culturais e sua participação em programações da biblioteca;

h) participar ativamente dos programas educacionais do Município , principalmente os de alfabetização, desenvolver campanhas de leitura difundindo o uso do livro, estimulando o prazer de ler como caminhos para a formação do hábito da leitura.

Art. 2º A "Sociedade" terá como sede e foro a Comarca da cidade de_____

CAPÍTULO II

Da Diretoria e seus Membros

Art. 3º A" Sociedade Amigos da Biblioteca Pública Municipal " será administrada por uma Diretoria composta de um Presidente, um Secretário, um Tesoureiro e um Conselho Fiscal , que terão mandato de dois (2) anos, eleitos em assembléia geral dos sócios, e pelo responsável pela biblioteca.

Parágrafo Único . Serão membros-fundadores da "Sociedade " todos os que asinarem a ata da Fundação.

Art. 4º O exercício do mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal será inteiramente gratuito, considerando serrviço relevante prestado ao Município.

CAPÍTULO III

Da Assembléia dos Sócios

Art. 5º A "Sociedade" reunir-se-á ordinariamente, quinzenalmente e extraordinariamente, quando convocada pela Diretoria, sendo as convocações expedidas aos sócios com prazo mínimo de três (3) dias antes da realização.

CAPÍTULO IV

Da Administração

Art. 6º São deveres do Presidente:

a) presidir reuniões da Diretoria, bem como as Assembléias gerais e extraordinárias;

b) dirigir os trabalhos da Sociedade, dentro do plano de trabalho aprovado pela Assembléia;

c) supervisionar o andamento de campanhas em nome da biblioteca, das promoções artísticas, culturais, educacionais ou cívicas da Sociedade, e designar os grupos de trabalho;

d) juntamente com o tesoureiro e o responsável pela biblioteca, abrir conta bancária e assinar cheques;

e) exercer todas as atividades determinadas pela Assembléia.

Art. 7º São deveres do Vice-Presidente:

a) substituir o Presidente em todos os seus impedimentos.

Art. 8º Compete ao Secretário:

a) executar todo o expediente da sociedade, escriturando e zelando pela perfeita ordem de livros e papéis a seu cargo;

b) lavrar as atas de reuniões da Diretoria e das Assembléias;

c) organizar o livro de registro de sócios;

d) exercer todas as atividades designadas pelo Presidente.

Art.9º São deveres do Tesoureiro:

a) guardar todos os bens financeiros da Sociedade;

b) participar da abertura de conta bancária em nome da Biblioteca Pública Municipal e assinar cheques juntamente com o Presidente e o Responsável pela Biblioteca;

c) escriturar todos os resultados e rendimentos das campanhas financeiras;

d) escriturar a cobrança de mensalidades sociais;

e) responsabilizar-se pelos documentos e livros contábeis.

Art. 10º A Diretoria da "Sociedade Amigos da Biblioteca Pública Municipal" instituirá, para melhor auxiliar seus trabalhos, os seguintes setores:

a) Setor da Cultura:

b) Setor de Divulgação e Promoção.

Parágrafo único. Os dirigentes dos setores acima são de livre escolha e designação da Diretoria, em conjunto com o responsável pela Biblioteca, e poderão ser assessoados por estudantes, professores ou outras pessoas de representatividade local.

Art. 11º O responsável pela Biblioteca participará da Diretoria da Sociedade e terá por competência:

a)participar da abertura de conta bancária juntamente com o Presidente e o Tesoureiro da Sociedade em nome da Biblioteca Pública Municipal;

b)assinar cheques, em conjunto com o Presidente e o Tesoureiro da Sociedade.

Art. 12º O responsável pela Biblioteca será sempre o Coordenador oficial das reuniões da Sociedade.

Parágrafo único. Os dirigentes dos setores antes descritos são de livre escolha e designação da Diretoria, em conjunto com o responsável pela Biblioteca, e poderão ser assessorados por estudantes, professores ou outras pessoas de representatividade local.

Art. 13º Para constituição da Diretoria da Sociedade dar-se-á preferência às candidaturas de elementos de projeção local reconhecidamente dotados de capacidade de trabalho e liderança.

Art. 14º Sempre que possível, a Sociedade se entrosará com as entidades representativas de classe ou serviços, líderes religiosos, profissionais liberais, escolas locais, visando atingir o maior úmero de integrantes da comunidade.

CAPÍTULO V

Dos Sócios

Art. 15 A "Sociedade" será mantida por um grupo de sócios contribuintes, por doações da Lei nº 8.313,de 23/12/91, e por recursos oriundos de campanhas e outras iniciativas dessa natureza.

Parágrafo Primeiro - Os contribuintes das categorias *especiais* doarão importâncias fixadas pela Diretoria, que poderão ser pagas parceladamente , quantias estas destinadas à ampliação do acervo da Biblioteca , à melhoria de suas instalações , à realização de atividades e à prestação de serviços à comunidade.

Parágrafo Segundo - Todos os sócios das categorias acima receberão os respectivos Diplomas, conferidos nos termos do art. 6 º, item "e", destes Estatutos.

Art. 16 São direitos do sócio:

a) assistir às assembléias gerais e participar das respectivas discussões e deliberações;

b) votar e ser votado para cargos administrativos , excetuados quanto a estes as pessoas jurídicas;

c)sugerir à Diretoria e ao Conselho Fiscal , por escrito, medidas úteis aos interessados da "Sociedade".

Art.17 São deveres do sócio:

a)exercer os cargos ou comissões para que for eleito ou designado;

b)inscrever-se na biblioteca;

c)pagar contribuições;

d)concorrer para a realização dos fins da Associação e zelar pelo seu bom nome.

Art. 18 As campanhas e promoções da Sociedade, visando à contribuição de fundos ,participação da comunidade e/ou festividades específicas, tanto quanto possível serão orientadas de acordo com as instruções das Coordenações dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas ou sugeridas pelo Instituto Nacional do Livro.

Art.19 No caso de extinção da "Sociedade", seus bens e haveres reverterão em favor da Biblioteca Pública Municipal.

CAPÍTULO VI

Disposições Fiscais

Art. 20 O Conselho Fiscal será constituído de três (3) membros , eleitos pela Assembléia dos Sócios, e terá por fim examinar as contas da Diretoria, em parecer que será submetido à Assembléia Geral , anualmente.

CAPÍTULO VII

Disposições Finais

Art. 21 Setores autônomos da "Sociedade" poderão ser instituídos de acordo com as condições locais e as disponibilidades, dando interesse à motivação de atividades artísticas.

Art.22 A reforma destes Estatutos só será possível por deliberação da Assembléia Geral , representada por dois terços (2/3) dos sócios presentes.

Art.23 Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria da "Sociedade".

Art.24 O presente Estatuto será aprovado pela Assembléia Geral da Constituição da "Sociedade", entrando em vigor na mesma data.

Data:_____

Presidente
Secretário
Tesoureiro

MODELO DE LEI DE CRIAÇÃO DE BIBLIOTECA PÚBLICA

Lei nº , de de 2001.

Cria a Biblioteca Pública Municipal.

A Câmara Municipal de _____Estado _____aprovou e eu, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1 - Fica criada, na sede do Município, a Biblioteca Pública Municipal _____. Subordinada à administração do _____. (nome do serviço ou departamento).

Artigo 2 - Fica aberto, no orçamento vigente, o crédito(especial suplementar) de R$ _____(_____) destinado às despesas de instalação, manutenção e aquisição de material e ampliação do acervo para a biblioteca.

Artigo 3 - Fica o senhor Prefeito Municipal autorizado a despender no presente exercício_____ até R$ _____ (_____) para contratação (ou pagamento) de funcionários para os serviços da referida biblioteca, propondo a inclusão nos orçamentos anuais, de verba especialmente destinada a esse fim.

Artigo 4 - Fica o senhor Prefeito Municipal autorizado a firmar convênio com a entidade cultural estadual, para efeito de integração da referida biblioteca ao Sistema Estadual de Biblioteca Públicas e recebimento de toda a assistência prevista às unidades conveniadas.

Artigo 5 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeito Municipal de_____

Em / / 2001

OBS : Este modelo pode ser alterado ou adaptado pela municipalidade local.

MODELO DE REGULAMENTO DA BIBLIOTECA

(Deverá ser adaptado às condições locais)

1. Identificação da biblioteca:

Nome.....
Órgão mantenedor .....
Endereço completo:.....
.....

2. Horário de funcionamento:

De 2ª a 6ª das .....
Sábados das .....
Domingo das .....

3. Condições para consulta e empréstimo domiciliar:

- A biblioteca pública é uma entidade cultural sem fins lucrativos, aberta ao atendimento gratuito da comunidade em geral.
- Os membros da comunidade podem consultar e ler livros no próprio recinto da biblioteca, ou retirá-los por empréstimo.
- A inscrição do leitor é feita mediante a apresentação de um documento de identidade (serve carteira de estudante), comprovante de residência e preenchimento da ficha de inscrição com os dados pessoais do usuário.

A apresentação do "Cartão de Leitor" permite retirar 2 obras de cada vez, para empréstimo.

- O prazo do empréstimo é de 08 (oito) dias, e pode ser prorrogado caso a obra não tenha sido reservada por outro leitor. O não cumprimento dos prazos incorrerá em multa por dia de atraso no valor definido por portaria interna da direção da biblioteca.
- A data da devolução da obra deverá ser observada rigorosamente.
- A inscrição terá validade de um ano e é gratuita, podendo ser renovada por mais um ano.
- Material que não pode ser emprestado:

a) Obras de Referência (enciclopédias, dicionários, atlas, anuários, etc), por serem obras de rápida consulta e muito procuradas, e por isso, ter o seu uso restrito ao recinto da biblioteca.
b) Obras de edições esgotadas
c) Material de Seção de Memória do Município
d) Obras muito solicitadas das quais a biblioteca só tenha um exemplar
e) Períodos do mês corrente.

4. Cabe ao leitor:

- Devolver a publicação retirada nas condições em que foi recebida.
- Idenizar a biblioteca pela obra perdida (pagando o preço de uma nova, para reposição) ou obra danificada (pagando o preço de sua recuperação/encadernação)
- Comunicar à biblioteca qualquer mudança de endereço.

5. Consulta e orientação para os usuários:

- Cabe ao encarregado da biblioteca: auxiliar o leitor na busca de informações: orientá-lo quanto ao modo de conseguir melhores resultados com o material existente; informá-lo sobre o que fazer, no caso do acervo da biblioteca ser insuficiente para a solução do seu problema.
- Consulte o catálogo das publicações disponíveis na biblioteca ou base de dados para encontrar a obra desejada.
- Os livros são arrumados, nas estantes, por assunto. A etiqueta na lombada indica o número de classificação correspondente ao assunto.

TERMO DE ENTREGA E RECEBIMENTO
COM CLÁUSULA DE DEPÓSITO Nº_____/2001

O **MINISTÉRIO DA CULTURA**, por meio da Secretaria do Livro e Leitura, doravante denominado **MinC/SLL** estabelecido na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 3º andar, Brasília/DF, inscrito no CGC/MF sob o nº 01.264.142/0002-53, neste ato representado pelo Secretário do Livro e Leitura **DE FIORE OTTAVIANO CARLO**, Carteira de Identidade nº 1442.537-SSP/SP, e CPF nº _____ e a **Prefeitura Municipal de _____**, estabelecida em _____, neste ato representada pelo Prefeito em exercício _____, RG nº _____, CPF nº _____, doravante denominada **DEPOSITÁRIA**, acordam entre si, sob a égide dos artg. 1.265 a 1.281 do Código Civil , o seguinte :

CLÁUSULA PRIMEIRA – O MinC/SLL , em razão de depósito regular e voluntário , entrega à **DEPOSITÁRIA** bens móveis constituídos de livros e estantes , para comporem a Biblioteca Pública da Prefeitura Municipal de _____, visando a sua imediata disponibilização à sociedade, no âmbito do programa "Uma Biblioteca em Cada Município".

PARÁGRAFO ÚNICO - O Conjunto bibliográfico e estantes é constituído dos bens discriminados no anexo a este Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – A **DEPOSITÁRIA** declara que os bens , se encontram em perfeito estado de conservação e que os manterá sob sua custódia , conservando-os como se fossem seus.

DOS LIMITES DA UTILIZAÇÃO DOS BENS SOB A GUARDA

CLÁUSULA TERCEIRA – A **DEPOSITÁRIA** se compromete a utilizar os bens ora recebidos *EXCLUSIVAMENTE* nas atividades da Biblioteca Municipal , disponibilizando-os à todos os cidadãos no prazo máximo de 30(trinta) dias após o recebimento.

PARÁGRAFO ÚNICO - É expressamente vedado , sob qualquer pretexto, qualquer outra utilização ou destinação dos bens ora custodiados, que não sejam os referentes aos mecanismos normais e habituais dos serviços prestados por uma biblioteca.

CLÁUSULA QUARTA – Obriga-se, ainda , a DEPOSITÁRIA a:

a)Dispor de espaço adequado que comporte, no mínimo, seis estantes , o acervo bibliográfico depositados, dez mesas para leitura com quatro cadeiras cada e balcão para empréstimo , o mais próximo possível da(s) escola(s) e de fácil acesso para a comunidade;

b)Criar a Biblioteca por lei municipal ;

c) Estimular a criação de Associações de Amigos da Biblioteca ou de entidade privada, que tenha por objetivo o apoio à Biblioteca;

d) Aderir ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas;

e) Equipar a Biblioteca com o mobiliário necessário, composto, no mínimo, por 10 (dez) mesas para leitura com quatro cadeiras cada e balcão para empréstimo;

f) Disponibilizar um ramal ou uma linha telefônica para a administração da Biblioteca;

g) Incluir no orçamento municipal, anualmente, previsão de recursos para custear a manutenção e ampliação do acervo bibliotecário e dos espaços físicos;

h) Promover ações de caráter cultural que estimulem o comparecimento de pessoas à Biblioteca;

i) Estabelecer programas escolares que desenvolvam o hábito da leitura e da pesquisa;

j) Envidar esforços para que a Biblioteca disponha de profissional inscrito no respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia, em conformidade com as Leis nsº 4.084, de 30 de junho de 1962, 7.504, de 02 de julho de 1986 e 9.674, de 25 de junho de 1998 e Decreto nº 56.725/65, de 16 de agosto de 1965 . Caso isto não seja possível, comunicar o fato à Coordenação Estadual de Bibliotecas de seu Estado;

l) Informar ao MinC/SLL sobre as atividades relevantes da Biblioteca e, anualmente, o fluxo de leitores, pesquisas e outros assuntos culturais vinculados à sociedade local.

CLÁUSULA QUINTA – Este depósito terá a duração de 03(três) anos , podendo ser renovado por tantos e iguais períodos que forem de interesse das partes signatárias.

PARÁGRAFO ÚNICO – Decorrido o prazo inicial previsto ,atendidos os objetivos do Programa "Uma Biblioteca em Cada Município" mediante comprovação fundamentada pelo MINC/SLL, os bens discriminados no anexo referido no Parágrafo Único da Cláusula Primeira deverão ser incorporados ao patrimônio da **DEPOSITÁRIA**, como "**DOAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CULTURA**".

CLÁUSULA SEXTA - Da Divulgação

A **DEPOSITÁRIA** se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação da Biblioteca, por qualquer meio ou forma, a participação do **MinC** de acordo com os modelos e tamanhos abaixo, sendo expressamente vedadas as ações, de qualquer natureza, que importem promoção pessoal de quem quer que seja.

CLÁUSULA SÉTIMA – A inobservância das Cláusulas e condições aqui estabelecidas permitirá ao MinC/SLL exigir a devolução dos bens entregues , ou o valor correspondente dos mesmos , conforme relação anexa mencionada na Cláusula Primeira , independente de notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA – As partes elegem o foro da Justiça Federal pertinente, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo.

_____,_____de _____de 2001

_____	_____
Ministério da Cultura/SLL	**Depositária**

Testemunhas:

_____	_____
Nome:	**Nome:**
Endereço:	**Endereço:**
CPF:	**CPF:**
Carteira de Identidade:	**Carteira de Identidade**

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo